



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JULIANA LANDO CANGA BUZA

**NO FÚTILA, NO MAYOMBE: modernidade, desenvolvimento e riscos no
tempo de paz em Cabinda - Angola**

Belém/PA
2011

JULIANA LANDO CANGA BUZA

***NO FÚTILA, NO MAYOMBE: modernidade, desenvolvimento e riscos no tempo
de paz em Cabinda -Angola***

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais (Sociologia)

Aprovada por:

Prof^ª. Maria José da Silva Aquino (UFPA) – Orientadora

Prof. Luis Fernando Cardoso e Cardoso (UFPA) – Co-orientador

Prof. Horácio Antunes de Sant’Ana Jr (UFMA) – Examinador externo

Prof. Manoel Malheiros Tourinho (UFRA) – Examinador externo

Prof^ª. Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA) – Examinadora interna

Prof^ª. Denise Machado Cardoso (UFPA) – Examinadora interna

Prof^ª. Edila Arnaud Ferreira Moura (UFPA) – Suplente

Prof. Heribert Schmitz (UFPA) – Suplente

Belém, 14 de janeiro de 2011

Não te mandei eu? Sê forte e corajoso; não temas, nem te espantas, porque o Senhor teu Deus, é contigo por onde quer que andares. Josué 1.9

A minha gratidão a Deus, por estar comigo.

DEDICATÓRIA

Às minhas duas filhas, Ruth e Isabel, que foram verdadeiras companheiras em todos os momentos da elaboração desta tese;

Ao Alfredo Gabriel Buza, meu esposo, pela partilha, estímulo e confiança nos mesmos ideais em termos de formação, e ainda muito especial colaborador nos deslocamentos para o campo de pesquisa, na leitura e sugestões à tese;

À Josina e à Lucrecia, minhas sobrinhas e filhas de criação; à minha irmã Maria Josefina e à toda família pelo apoio;

Aos meus pais, Pedro Canga e Isabel Londa, exemplos de trabalho e garra, hoje ele com seus 79 anos e ela com 75 anos, ainda exercem a pesca e a agricultura, as atividades ancestrais para sobreviver;

À família Teodoro, na pessoa do casal pastor Elias e Irenice Teodoro, o acompanhamento;

À professora Maria das Dores Palha e a Manoela, sua filha, a amizade;

À Administração do município de Buco Zau, na pessoa da sua administradora e do responsável dos serviços socioeconômicos e produtivos, assim como ao coordenador da aldeia de Fútila pela disposição no apoio prestado;

Às pessoas moradoras de Fútila e da vila de Buco Zau, especialmente os interlocutores diretos: sem vocês não teria chegado até aqui.

Ao Instituto de Desenvolvimento Florestal de Angola, com a representação sediada em Cabinda, na pessoa do engenheiro Simão Zau, e o coletivo dos seus funcionários;

Aos representantes de Abílio de Amorim e os de Chevron-Exxon em Cabinda com os quais conversei;

AGRADECIMENTOS

Aos governos de Angola e do Brasil, pelos acordos diplomáticos e culturais estabelecidos, condições imprescindíveis ao meu percurso acadêmico, da graduação até o presente estágio de formação. Pretexto para uma experiência muito mais rica de possibilidades para troca de experiências em várias áreas, incluindo a de formação;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - PPGCS, especialmente ao professor Heraldo Maués, então coordenador do PPGCS, que me recomendou como aluna especial a frequentar algumas disciplinas quando ainda em 2007 fazia o mestrado no NPADC. E ao Colegiado do PPGCS, quando se manifestou favoravelmente à solicitação de minha entrada no doutorado como aluna regular justificada nos já mencionados acordos entre Brasil e Angola.

À professora Maria José da Silva Aquino, que se prontificou a orientar este trabalho e ao aceitar o desafio de ir para Angola para conhecer o campo de pesquisa especificamente a aldeia do Fútila e a vila do Bucu Zau.

Aos meus colegas do PPGCS e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, especialmente o Hisakhana Corbin, que discutiu comigo várias vezes esse trabalho e sugeriu livros para aprofundar esse debate;

Aos secretários do PPGCS, Rosângela Borges e Paulo Pinto, por todo o apoio recebido, enviando-me informações, preparando documentação, cuidando para que eu, em Cabinda, após o cumprimento dos créditos, não perdesse prazos de matrícula e superasse dificuldades burocráticas impostas pela distância entre os dois continentes;

À Casa Brasil-África de Cooperação Internacional da UFPA, na pessoa do então coordenador, Apolinário Alves Filho, por ter disponibilizado o espaço para a realização da sessão de qualificação da tese em março de 2009;

Aos professores Manoel Malheiros Tourinho e Luis Fernando Cardoso e Cardoso, pelas contribuições à ocasião da qualificação, estas extensivas à fase posterior ao cumprimento da formalidade dessa etapa.

Ao Lucival, que trabalhou comigo toda a parte de montagens de figuras e mapas, aquando da preparação do texto para a qualificação;

Ao Álvaro Pereira, pesquisador do LNEC em Lisboa, que muito atenciosamente providenciou o envio de sua tese de mestrado sobre a governação da água em Angola no contexto do SADC;

Ao grupo de pesquisa de formação de professores de 2005 do Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico – NPADC (UFPa), na pessoa dos professores Terezinha Valim, Tadeu Gonçalves, Sílvia Nogueira e Maria Rosália de Aragão, pela desconstrução e construção de novos olhares sobre a ciência.

A toda equipe que trabalhou comigo na coleta de dados em Cabinda: o prof. dr. Alfredo Gabriel Buza, docente Ms.c.Jermias Guilherme, e os estudantes, Otávia Quima, Josina Coche, Indira Manuel, Moisés Vungo, José Jaime, Armando Elisa, todos da Universidade 11 de Novembro.

Ao prof. Pierre Teisserenc pela versão do resumo em francês, assim ao Garreth Fuca, Monoela Tourinhopela versão em inglês.

Aos que não estão aqui nomeados, mas que direta e indiretamente juntaram-se a mim nessa caminhada, para sempre minha gratidão.

RESUMO

Neste estudo coloca-se como questão as relações contraditórias de integração entre duas localidades de Cabinda, província de Angola, com as atividades de exploração de recursos naturais, como petróleo e madeira: a aldeia de Fútila, nas proximidades do Campo do Malongo, onde se concentram as atividades petrolíferas sob a direção da Chevron-Texaco e a vila de Buco Zau, imersa em território contíguo à Reserva Florestal do Mayombe. Como eixo conceitual priorizou-se a modernidade, o desenvolvimento e o risco; como contexto mais geral, a Reconstrução de Angola após estabelecidos os Acordos de Paz em 2002, quando se percebe, em termos de concepção do desenvolvimento e da modernização, o estímulo a uma economia dirigida pelos interesses da exportação de bens primários como petróleo e madeira, apesar do forte apelo ao chamado desenvolvimento sustentável. Situando a constituição de Angola enquanto país integrado ao processo de modernidade, desde colônia portuguesa até a superação dos trinta anos de Guerra Civil, iniciados após a conquista da independência em 1975, procurou-se refletir sobre o significado, para populações mais diretamente atingidas por empreendimentos exportadores, da adoção do modelo de desenvolvimento sinônimo de crescimento econômico nas ações governamentais pela reconstrução do país. Atingidas muito mais na exclusão, procurou-se aqui evidenciar de que maneira se promove a vida, se resiste em meio à opulência, efetivamente se esforçam essas populações para superar os constrangimentos a elas impostos, de ordem cultural, social e político, assim como ambiental, relacionados às atividades de exploração dos recursos naturais. De outro lado, objetivou-se também perceber o significado das exigências ambientais em estratégias de legitimação empreendidas nas atividades de exploração dos recursos naturais, com vistas a mitigar os efeitos desfavoráveis no meio social e ambiental que as envolve. Em conclusão, apresenta-se incontestavelmente a face desintegradora de modos de vida locais, baseados na pesca, pequena agricultura e coleta, sob o risco imposto pelas atividades exportadoras, sem, no entanto, oportunizar ainda a integração do ponto de vista do desenvolvimento como liberdade substantiva, isto é, no sentido de propiciar a estas populações condições de vida digna, de operar estratégias inclusive políticas de reconhecimento coletivo e de valorização de outras racionalidades mais adequadas a uma reapropriação social da natureza.

Palavras-chave: Recursos Naturais, Desenvolvimento, Modernidade, Saberes e Práticas tradicionais

ABSTRACT

In this study, the relation of contradiction integration between two towns of Cabinda, province of Angola, is put into question, with activities of exploration of natural resources such as crude oil and wood. Futila village, nearby Malongo oil field, where oil activities are concentrated under Chevron-Texaco leadership. And the town of Buco-Zau immersed in a region next to the Forest reserve of Mayombe. Modernity, development and the risk are prioritized as the main concept in this study. And as a broader context, the reconstruction of Angola after the peace agreement, post civil war in 2002, when conception of development and that of modernization are perceived, the stimulus of an economy guided by interests of exportation of primary goods such as crude oil and wood, even though the strong appeal of so called sustainable development. Placing a constitution of Angola while the country is integrated in the process of modernity, since the Portuguese colony through thirty years of overcoming the civil war, started after the conquest of independence in 1975, reflection was sought about meaning, for the population who suffered directly from exporting enterprises, adoption of the development model synonymous of the economic growth in governmental actions to the reconstruction of the country. Affected so much by exclusion, evidence was sought of which way is better to promote life, if it is to resist by opulence, effectively to force those population to overcome the constraints imposed upon them, of cultural order, social and political, such as environmental, in relation to activities of exploration of natural resources. On other hand, it also aimed to perceive the meaning of environmental requirements in strategies of legitimating undertaken in activities of exploration of natural resources, in order to mitigate adverse effects in the social and environmental that involve them. In conclusion, features were clearly the face of disintegrating local ways of life, based in fishing, small agriculture and collection, under the risk imposed by exportation activities, therefore without, considering the integration of the point of view of development such as substantive freedom, this is, in a sense of propitiate to those populations a worthy conditions of life, to perform strategies including politics of collective knowledge and the valorization of other rationalities more suited to a social reappropriation of nature.

Key- Words: Natural resources, Development, Modernity, Knowledge and Traditional practices.

RÉSUMÉ

Notre étude porte sur la question des relations contradictoires d'intégration entre deux localités de Cabinda, province de l'Angola, caractérisées par des activités d'exploration des ressources naturelles comme le pétrole et le bois. D'un côté la collectivité de Futila, à proximité du Malongo le domaine d'exploration pétrolière où se concentrent les activités de la société Chevron-Texaco. Ensuite, la ville de Buco Zau immergée dans le territoire contigu de la Réserve naturelle de Mayombe. Du point de vue conceptuel, nous accordons une priorité à la notion de modernité, de développement et de risque. Du point de vue du contexte plus général, la reconstruction de l'Angola après les accords de paix signés en 2002 qui ont eu des effets en termes de conception du développement et de la modernisation du pays stimula une économie dirigée par les intérêts de l'exportation de ressources primaires comme le pétrole et le bois, avant d'être fortement interpellée par le développement durable. Du point de vue de la constitution de l'Angola en tant que pays intégré dans le processus de modernité, depuis la colonisation portugaise jusqu'aux trente années de guerre civile qu'a connu le pays depuis sa conquête de l'indépendance en 1975, on a cherché réfléchir sur le sens, pour les populations plus directement atteintes par les entreprises exportatrices, de l'adoption dans les actions gouvernementales pour la reconstruction du pays, d'une conception de développement comme croissance économique. On a cherché aussi mettre en évidence comment ces gens très fortement marqués par l'exclusion ont favorisé la vie et ont résisté dans un contexte d'opulence et, pour dépasser les contraintes qui leurs sont imposées du point de vue culturel, social et politique, et même environnemental, en relation avec les activités d'exploitation des ressources naturelles. D'un autre côté, elles perçoivent aussi le sens des exigences environnementales à travers des stratégies de légitimation qui concernent les activités d'exploration des ressources naturelles afin d'atténuer les effets défavorables sur le milieu social et environnemental qui en résultent. En conclusion, il apparaît incontestablement une image désintégrée des modes de vie locaux basés sur la pêche, la petite agriculture et la cueillette en raison du risque imposée par les activités d'exportation, sans pour autant faciliter les opportunités d'intégration du point de vue du développement conçue comme une liberté substantielle qui pourrait permettre à ces populations d'obtenir des conditions de vie dignes et de développer des stratégies politiques de reconnaissance collective et de valorisation des autres rationalités plus adéquates à une réappropriation sociale de la nature.

Mots-clés : Ressources naturelles, Développement, Modernité, Savoirs et Pratiques traditionnelles.

LISTA DE QUADROS

Quadro – 1	Indicadores socioeconômicos de Angola 2002 – 2008.....	57
Quadro – 2	Capturas do pescado em Cabinda na Pesca Artesanal de 2002 a 2008.....	143
Quadro – 3	Matriz qualitativa a partir dos interlocutores – 2010.....	149
Quadro – 4	Relação de Indicadores de produção, crescimento econômico e IDH – 2002 – 2008.....	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Origem etnolinguística dos sujeitos da amostra – Interlocutores – 2009.....	70
Tabela 2	Renda média familiar por mês em \$USD dos interlocutores – 2009.....	71
Tabela 3	Ocupação dos interlocutores – 2009.....	72
Tabela 4	Faixa etária dos interlocutores – 2009.....	73
Tabela 5	Nível de escolaridade dos interlocutores – 2009.....	74
Tabela 6	Grupo de fé religiosa dos interlocutores – 2009.....	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Cabinda, Angola e África.....	59
Figura 2	Mapa da área de exploração de petróleo em Cabinda.....	64
Figura 3	Mapa demonstrativo da área de exploração florestal/madeira no Buco Zau.....	65
Figura 4	Mapa geopolítico de Angola.....	82
Figura 5	Condomínios habitacionais planejados e existentes em Luanda – 2009.....	88
Figura 6	Potenciais produtos de origem petrolífera – 2010.....	157

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Encontro com as autoridades tradicionais em Buco Zau.....	68
Ilustração 2	Estádio do Chiazi (esquerda) e 11 de Novembro (direita).....	89
Ilustração 3	Transporte de lenha e gás para uso doméstico.....	90
Ilustrações 4	Acesso à água potável e saneamento básico – lixo.....	90
Ilustração 5	Mercado livre e aspecto de uma vivenda popular em adobe....	91
Ilustração 6	Duas realidades comuns: presença da antena parabólica e preparação de alimentos em cozinha ao ar livre.....	91
Ilustração 7	Canoas usadas na atividade pesqueira e um ancião pescador consertando suas redes de pesca – Fútila – 2009.....	119
Ilustração 8	Atividades de agricultura familiar observáveis em Fútila e em Buco Zau – 2009.....	121
Ilustração 9	Palmar para obtenção de dendên e marrufo, bebida local extraída mediante a seiva da palmeira – Fútila e Buco Zau – 2009.....	121
Ilustração 10	Criação de animais – pecuária – Buco Zau – 2009.....	122
Ilustração 11	Comercialização dos produtos excedentes obtidos da pesca e da agricultura – Praia de Artur e Mercado de Cabassango – 2009.....	123
Ilustração 12	Morte de peixe e praias atingidas pelo derrame de petróleo – Bacia de Malembo.....	141
Ilustração 13	Derrames de petróleo e seus impactos ambientais nos utensílios de pesca – Bacia de Malembo.....	142
Ilustração 14	Áreas devastadas e transporte de madeira extraída – Buco Zau.....	144
Ilustração 15	Extração de madeira – Buco Zau.....	145
Ilustração 16	Cerca separando dois mundos na mesma localidade – Fútila...	158
Ilustração 17	Falta de saneamento e casas confortáveis – Fútila.....	160
Ilustração 18	Edificações feitas através dos Projetos Sociais da Chevron na localidade de Fútila.....	161
Ilustração 19	Casas populares, e um detalhe: alunos em sala de aulas, assentados no chão – Vila de Buco Zau.....	165

LISTA DE SIGLAS

BBC	British Broadcasting Corporation
BM	Banco Mundial
Bpd	Barris por dia
BTI	Bertelsmann Stiftung–Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais
CABGOC	Cabinda Gulf Oil Company
DR	Diário da República
FAO	Food and Agriculture Organization
FLEC	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GPC	Governo da Província de Cabinda
GURN	Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
IDA	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IDF	Instituto do Desenvolvimento Florestal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPA	Instituto de Pesca Artesanal
INIAP/IPIMAR	Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas
MINADER	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NPAD	Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIKOS	Organização não-governamental para Cooperação e Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAM	Programa Alimentar Mundial
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRDR	Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural
SADC	Southern African Development Community
SARPN	Southern African Regional Poverty Netwok
SODIAM	Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola
SONANGOL	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
UNACA	União Nacional de Camponeses Angolanos
UNICEF	United Nations Children's Fund
UNITA	União Nacional Para a Independência Total de Angola

GLOSSÁRIO

- Fubá de bombom*– É uma farinha extraída da mandioca da qual se faz o funge, uma espécie de grude, comida típica de Angola;
- Gindungu*– Pimenta, que é um condimento muito utilizado na culinária angolana;
- N'zinkunza*– Palavra da língua kikongo, dialeto kisolongo para designar ramos de uma espécie de bambu, chamado de bordão, utilizados para fazer coberturas de habitações nas povoações dos meios rurais principalmente no norte de Angola;
- Zungueiras*–Zungueira é relativo ao verbo zungar que em quimbundo significa rodear;
- Tchikumbi* –Uma manifestação relacionada com o cumprimento de rituais de iniciação e de transição feminina;
- Tukula*– Tem o nome científico *Pterocarps tinctorius-Welw.* É o cerne da árvore reduzido a pó, serrim muito fino, com uma pigmentação vermelha e preparado como esfoliante que é pintada na pele da kikumbi durante os dias que estiver de resguardo cumprindo o ritual, clinicamente esses paus são conhecidos de lukunga ou (pl.zinkuga)
- Mwanza* –Uma espécie típica Jango com o teto feito de palhas;
- Alabamentos*– Dote ou casamento tradicional;
- N'pindi*– Utensílio que as mulheres usam para carregar produtos, principalmente agrícolas;
- N'tete*– Utensílio utilizado para o processamento de mandioca fermentada para preparação da mayaca ou chikuanga;
- Tchiteva ou sicuala*– Esteiras feitas de ramos de palmeira;
- N'tende*– Cestos de diversas utilidades;
- N'cosi*– Arco para palmar ou extrair marufo (vinho de palma);
- Disa*– Espécie de um cesto para pesca. Essa é especialidade praticada por mulheres na Vila de Buco Zau e é sazonal;
- Sungu-situma*– Pannelas de barro;
- N'Baça*–Utensílio feito de barro para guardar ou refrescar-se com água;
- N'koko*– Instrumento de comunicação sem fio feito de tronco de árvore escultada. Ao ser tocado comunica sons, sendo que, cada tipo de som significa uma mensagem;
- Lulongo-Lun'ti, Luto-Lun'ti, Soma -n'ti*– Talheres feitos de madeira;
- Dikelemba ou kichikila* – Associações de crédito de poupança rotativo, ou organizações economicamente conhecidas como roscas;
- Makaso* –É uma fruta típica de Cabinda com coloração lilás e um gosto amargo muito utilizado por camponeses e que serve para matar a fome;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I – AO ENCONTRO DE SI NA AVENTURA SOCIOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO E DA MODERNIDADE EM ANGOLA	30
1.1 PERCURSOS PESSOAIS E TENTATIVAS DE FORMULAÇÃO SOCIOLÓGICA DE INQUIETAÇÕES EM TORNO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIDADE.....	30
1.2 CABINDA, DE FLORESTA E DE PETRÓLEO: RECURSOS NATURAIS A PROPÓSITO DAS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO	44
CAPÍTULO II – CABINDA, BUCO ZAU E FÚTILA: DE LUGARES E CAMINHOS DE PESQUISA	60
2.1 UM OLHAR SOBRE CABINDA	60
2.1.1 Fútila: alguns traços	66
2.1.2 Bucu Zau: alguns traços também	68
2.2 INTERLOCUTORES, COM QUEM CONVERSAMOS, E PASSOS DA PESQUISA	69
CAPÍTULO III - DE COLÔNIA À INDEPENDENTE-DEPENDENTE: OS APELOS DA MODERNIZAÇÃO EM TEMPOS DE “RECONSTRUÇÃO”	80
3.1 NOTAS DE LEITURA SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA EM ANGOLA E A RECONSTRUÇÃO NO PÓS-GUERRA	80
CAPÍTULO IV – MODERNIDADE, CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO: PARA PENSAR A RECONSTRUÇÃO EM ANGOLA	98
4.1 DO DESENCANTAMENTO E DA RADICALIZAÇÃO DA MODERNIDADE	98
4.2 A PROPÓSITO DA ARTICULAÇÃO DE ANGOLA AO PROJETO MODERNO	100
4.3 MODERNIDADE, CIÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO DOS RISCOS TECNOLÓGICOS	103
4.4 AINDA ASSIM, ANGOLA E O DESENVOLVIMENTO NO PÓS-GUERRA CIVIL	107
4.5 AO CHAMADO DO DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAR EM LÓGICA PERVERSA... ..	111
CAPÍTULO V – DAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA ALDEIA DE FÚTILA E VILA DE BUCO ZAU	119
5.1 SOBRE A CULTURA.....	119
5.2 ASPECTOS SOCIAIS.....	134
5.3 SOBRE O AMBIENTE	140
5.4 DOS ASPECTOS POLÍTICOS.....	147
CAPÍTULO VI - ENFRENTAMENTOS E CONTRADIÇÕES NAS DUAS COMUNIDADES.....	150
6.1 RESISTINDO, ENFRENTANDO.....	154

CONCLUSÕES.....	168
REFERÊNCIAS.....	172
ANEXOS	179

Pour nous autres Africains, gagnés depuis quelques temps par une maladie encore fois plus terrible que celle qui décime inexorablement nos populations ces dernières décennies, l'afropessimisme-qui trouve son origine dans les blessures historiques (de notre amour-propre) que représentent la castration esclavagiste et colonial et qui, du fait du complexe d'infériorité savamment inculque et pathologiquement intériorisé,fait de nous de otages (impuissants mais quelquefois consentants) d'un passé dont nous avons du mal à faire le deuil, à tourner la page pour libérer la vie et la plonger dans une dynamique de l'espérance-,une telle pensée sonne et résonne comme un appel à s'éveiller à nous-mêmes,au monde qui nous entoure et surtout aux autres hommes, femmes,communautés et cultures qui peuplent le monde et cherchent comme nous et/ou quelquefois même contre nous, dans le labyrinthe du monde, les meilleurs chemins de leur épanouissement (NANEMA,[2006] 2007:p.40-41).

INTRODUÇÃO

Considerar modernidade, desenvolvimento e crescimento econômico como aspectos indissociáveis naturalmente condutores ao bem-estar das populações é atitude muito recorrente. Nesse sentido, tem sido julgar o conhecimento científico como o único caminho capaz de libertar do obscurantismo, do misticismo e de levar as experiências sociais a se aperfeiçoarem. Estes elementos compõem uma visão de mundo justificadora da violenta desagregação social, cultural e econômica operada pelos projetos coloniais desde a expansão do capitalismo comercial, a partir da Europa nos séculos XV e XVI; projetos tais a integrarem perversamente, na modernidade, territórios e povos e, em especial, na África e na América Latina.

Nessa articulação desagregadora destaca-se como marco a Conferência de Berlim, ato assinado por treze países europeus, em 1885, no qual ficaram estabelecidas as regras para ocupação da África de acordo com os interesses coloniais. Culturas locais, diversidade étnica, outras delimitações territoriais produzidas pelos povos ali estabelecidos foram quase que totalmente ignoradas neste acordo internacional. Famílias de um mesmo povo foram separadas, como uniu povos inimigos num mesmo território geopolítico. Quanto à dimensão dos saberes, das práticas e manifestações artísticas desses povos, de organização já bastante complexa, foram desqualificados, colocados em desuso ou, no máximo, ficou sendo explorada, com a grande contribuição das ciências humanas inclusive, como exótico, original, objeto de estudo e/ou de consumo de colecionadores estrangeiros¹. Línguas oficiais impostas pelo colonizador, novos valores, novos *modus vivendi e operandi* foram tomando, em cada um daqueles territórios-colônia, seus lugares.

Na metade do século XX, a contestação à colonização se fortalece e começa um movimento de guerras pela independência nas colônias africanas. Independências conquistadas por muitos países nas décadas de 1960 e 1970; mesmo assim, problemas políticos se avolumaram deflagrando uma fase de guerras civis da qual auferiu, dividendos importantes, a indústria de armamentos sediada nos países chamados de desenvolvidos e modernos. Com tais conflitos ocorreram, nestes países, dispersão de populações, destruição da

¹A propósito é interessante rever o clássico documentário sobre a arte negra, dirigido por de Alain Resnais, “Les statues meurent aussi” (1953). Trata-se de uma expressão contundente anticolonial e antirracista a expor a destruição de uma arte, de um povo, por outro povo.

infraestrutura de serviços do Estado, agravamento da pobreza e da dependência econômica, embora a maioria deles em territórios muito generosos em recursos naturais.

Angola é exemplo bem acabado desses processos de destruição da qual sou testemunha enquanto percurso de vida cumprido em privações ao tempo das lutas pela Independência e depois como refugiada durante a Guerra Civil. Independência e Guerra Civil, ambos movimentos presentes no ideário da autodeterminação, da superação da condição de subdesenvolvimento, da soberania, do desejo de contribuir com a saída dos países do continente africano da condição de “Condenados da Terra” e assim se modernizarem, desenvolverem-se.

E esse mesmo ideário tem acompanhado as ações do governo desde 2002 quando se inicia a chamada Reconstrução de Angola, pois que o apelo ao desenvolvimento, ao moderno e ao crescimento econômico são, disso, expressão significativa. Portanto, passada já quase uma década dessas ações de governo, busca-se aqui compreender o que tem significado em termos de mudanças nas condições de vida de grupos populacionais do país, o reforço a um modelo de desenvolvimento à base da exploração dos recursos naturais, o que é apresentado frequentemente como capaz de alavancar Angola e projetá-la para uma outra integração à modernidade. Uma outra integração que corresponda aos índices de crescimento econômico atualmente verificados. O que corresponde às riquezas naturais presentes no território. Serão essas condições suficientes para atingir a condição de desenvolvimento moderno?

A partir dessa orientação, aqui foi estabelecido, como objetivo, proceder à análise e compreensão de como a aldeia de Fútila e a vila de Bucozau, em Cabinda, estão relacionadas às dinâmicas modernizadoras de Angola no que se refere à exploração e à exportação dos recursos naturais, cujas estruturas recebem inversão tecnológica importante no seu capital fixo, quais sejam, a indústria do petróleo e a indústria madeireira representantes das estruturas econômicas em grande medida responsáveis pelos indicadores de crescimento econômico considerados elevados em relação a outras nações do mundo hoje.

Para efeito de compreensão desse momento atual procedeu-se a um resgate histórico, partindo-se de algumas referências pré-coloniais, procurando dar conta das transformações ocorridas que resultaram na conformação de Angola hoje como país independente, para em seguida abordar a independência do país e a Guerra Civil até o seu fim

em 2002. Finalmente, acompanhar a chamada Reconstrução de Angola a partir de 2002, etapa marcada principalmente pelo desempenho econômico considerado um dos mais pujantes do mundo, ao se considerar os números do PIB que sofreram um declínio a partir de 2008 quando o preço do petróleo variou negativamente no mercado mundial.

Ante o exposto, projetou-se nesse passeio histórico, no presente estudo, a identificação, nas localidades de Fútila e BucuZau, de mudanças culturais, sociais, ambientais e políticas possivelmente relacionadas à exploração dos recursos naturais, influenciando as dinâmicas locais de algum modo atingidas também por ações mitigadoras, referidas no chamado desenvolvimento sustentável, das influências e mudanças ambientais advindos da exploração de recursos naturais.

Igualmente se buscou identificar estratégias de sobrevivência implantadas nessas comunidades locais, desinvisibilizando-as no enfrentamento dos efeitos perversos produzidos pelas estruturas de produção de riqueza em regime de apropriação concentrada. Disso resulta, complementar e contraditoriamente, a proximidade física das estruturas, dos meios de produção da riqueza e, ao mesmo tempo, uma distância considerável no usufruto dos benefícios dessa produção.

Para as hipóteses, apontaram-se as respostas das perguntas norteadoras, nomeadamente, sobre o significado, para as populações de Fútila e da vila de Bucu Zau, a insistência do modelo de desenvolvimento capitalista, cujo ponto primordial é a exploração dos recursos, sem que isso traga a melhoria para as suas comunidades e a forma para alcançar o desenvolvimento moderno. Se o desenvolvimento moderno de Angola significa um bom índice de crescimento econômico e uma posição privilegiada na economia do mundo. Se o fato de Angola ser rica em recursos naturais renováveis e não-renováveis lhe autorizaria como um país desenvolvido e moderno.

Como já referido, parte deste estudo privilegiou como campo de observação as localidades de Fútila e Bucu Zau. Em comum, ambas possuem populações que passam por carências e necessidades e estão situadas em áreas onde se exploram recursos naturais, nomeadamente o petróleo e a madeira respectivamente, desde a época colonial. Foi nestas localidades que se garimpou narrativas, experiências vividas por diferentes sujeitos – então autorizados pelas autoridades locais para responderem aos questionários e concederem entrevistas, cujo roteiro abarcou o período de 2002 até 2010. Foram também considerados no

estudo a observação de conteúdos dos meios de comunicação angolanos, públicos e privados. O registro fotográfico, igualmente procedendo-se a observação direta e indireta dos modos de vida locais. Contou-se também na coleta de dados com entrevistas semiestruturadas aplicadas a representantes das empresas. Um representante da empresa Abílio de Amorim, que explora madeira na área florestal contígua à Vila de Buco Zau, e três representantes da Chevron-Texaco. Quanto ao questionário, composto por quatro blocos de questões, conseguiu-se aplicá-lo a 30 indivíduos, 15 de cada comunidade, autorizados a colaborar como informantes.

Estas análises estão dispostas neste trabalho em seis capítulos. No primeiro, denominado de “Ao encontro de si na aventura sociológica do desenvolvimento e da modernidade em Angola”, apresenta-se o percurso pessoal e as tentativas de formulação sociológica de inquietações em torno de desenvolvimento e modernidade, assim como uma exposição sobre Cabinda e seu potencial de recursos naturais, especificamente a floresta e o petróleo. Nessa seção apresentam-se aspectos das raízes e vivências pessoais que contribuíram na definição das inquietações que culminaram na elaboração do objeto desse estudo. Trata-se portanto da tentativa de um diálogo entre o percurso pessoal e o pensamento teórico-científico sobre desenvolvimento, modernidade e as condições de articulação dos países ditos subdesenvolvidos, não-modernos, com a racionalidade econômica globalizante capitalista.

Condições sociais, econômicas e políticas onde se verifica que historicamente existe ainda uma distância considerável entre desempenho econômico medido em PIB e o desenvolvimento como liberdade substantiva. Neste, a liberdade é concebida como a ausência da fome, o acesso à água potável, à saúde, à educação, ao saneamento básico, poder vestir-se e morar de forma digna e apropriada, o que vai ao encontro dos preceitos da Carta dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais, referências estas presentes na Constituição Angolana de 2010. Ainda no segundo momento do primeiro capítulo, apresenta-se a província de Cabinda, onde se situam as duas localidades, Fútila e Buco Zau, fazendo-se um paralelo entre o país como um todo e a província. No essencial, abordam-se as contradições do modelo de desenvolvimento quanto à capacidade de oferecer às comunidades das áreas de exploração de recursos participação nos benefícios dos mesmos.

No segundo capítulo, denominado “Cabinda, Buco Zau e Fútila: de lugares e caminhos de pesquisa”, são referidas novamente, mas com mais precisão, as áreas de estudo e

informações dos métodos de pesquisa que se buscou aqui colocar em operação para abordar os impactos culturais, os saberes e práticas tradicionais que se mantêm e quais os benefícios sociais, impactos ambientais e como as políticas públicas, nos aspectos de organização, participação e representação das comunidades estão sendo desenvolvidas. Tal estruturação se faz ao lado de uma caracterização histórica de Cabinda e sua importância econômica no contexto nacional.

No terceiro capítulo, intitulado “De Colônia a Independente-Dependente: os apelos da modernização em tempos de “Reconstrução”, toma-se Angola como objeto de reconstituição histórica ressaltando no percurso de constituição da República, naquele país, a ruptura com a dominação colonial através das lutas pela libertação. Nestas lutas são então referidos os movimentos a envolver a Frente Nacional de Libertação de Angola - FNLA, o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, a União Nacional para Independência Total de Angola – UNITA e a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda – FLEC. Considera-se, a partir dessa reconstituição, a seguinte periodização: Primeira República, quando o sistema político era monopartidário com uma economia planificada, que abrange de 1975 até 1992. Segunda República, com a abertura para o sistema político multipartidário, economia de mercado e realização das primeiras eleições, isto em 1992. A partir do início dos anos de 1990 até 2002, com a morte em combate de Jonas Malheiro Savimbi, líder da Unita, a época em oposição, considera-se este período como de transição para a Terceira República, cujos marcos são a realização das segundas eleições legislativas em 2008 e a promulgação da Constituição da República de Angola em fevereiro de 2010.

Tanto as lutas em defesa da soberania do país quanto a continuidade de uma política econômica baseada na exportação de matérias-primas – petróleo, madeira e diamantes – e a situação de penúria da maioria dos angolanos, são aqui observados. Assim ressalta-se a atuação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) cujas funções são desempenhadas até 2008. Na vigência do GURN, com a alta do petróleo no mercado externo – considerando que o Orçamento Geral do Estado – OGE angolano é fortemente dependente deste recurso natural – foram lançadas obras de infraestruturas para retomar a comunicação com as partes do país destruídas pela guerra, para facilitar a unidade territorial. Mas é também neste momento que se verifica importante impulso na construção civil, ramo de negócios explorado no país por empresas estrangeiras a oferecerem, principalmente em Luanda, a capital, habitações e urbanização de áreas acessíveis a poucos segmentos da população –

funcionários públicos de alto escalão e uma elite empresarial ligada principalmente aos setores exportadores e de construção civil.

Importa destacar neste período, especificamente de 1992 a 2002, a presença marcante, no país, de organizações internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Food and Agriculture Organization – FAO, o Programa Alimentar Mundial – PAM, entre outras, visando auxiliar o país na organização do abastecimento às populações vítimas da guerra civil. A atuação da solidariedade internacional, na magnitude com que se observa neste país, é algo também a ser colocado em xeque, caso se considere as intenções de governo em relação ao desenvolvimento do país, cuja população, marcada por uma trajetória que não permite visualizar futuro, entrega-se a modalidades de consumo inversas à lógica das necessidades consideradas, numa escala de atendimento, como prioritárias.

O quarto capítulo intitulado “Modernidade, conhecimento e desenvolvimento: para pensar a reconstrução em Angola” consiste em um exercício de revisão da literatura concernente às questões da modernidade, da ciência e do desenvolvimento, tendo em vista a abordagem do significado das iniciativas de Reconstrução em Angola após estabelecidos os Acordos de Paz em 2002.

O diálogo estabeleceu-se com escritores como Berman (1986), Giddens (2002; 2005), Beck (1986), Freire (1967), Prigogyne (1996), Morin (2005), Santos (1989; 1998), Weber (1992; 2005), Adorno & Horkheimer (1985), Feyerabend (1977), Castells (1999), Freitag (1994), Sen (2000), Bunge (1989), Hermet (2002) e Veiga (2008). De modos a contextualizar a discussão recorreu-se à literatura com ênfase no cenário angolano, com destaque para Caley (2005), Ferreira (2003), Buza (2009), Buza, Tourinho & Silva (2006), a Lei de Bases do Ambiente da República de Angola e a menção ao instrumento legal que favorece à criação do Instituto Nacional do Conhecimento Tradicional.

Com esta revisão procurou-se entender como Angola tem participado efetivamente da modernidade no sentido em que tanto os projetos coloniais, pós-coloniais e de reconstrução do país no Pós-Guerra Civil mantêm correspondências com o mundo ocidental e são submetidos a processos mais globais dirigidos pela economia de mercado, cujos centros de decisão e controle estão situados nas bolsas de valores, porquanto definem a cota de exploração de petróleo e preços, já que o sistema econômico mundial é uma

engrenagem única, da qual Angola não pode ser parte excluída. Assim, as contradições, em suas raízes, também são observadas quer no país, quer na província onde se situam as localidades em estudo.

A propósito da articulação de Angola ao projeto moderno, mesmo não tendo passado de forma específica pelas duas primeiras fases que Berman (1986) coloca, não tem como excluir o país dos efeitos da última fase, justamente do século XX. Ele foi parte e sentiu os efeitos da modernidade, pois esta modificou os ritmos da vida cotidiana, o modo de convivência e os laços entre as pessoas. As instituições modernas, incluindo a família e a religião, diferem das formas anteriores, quanto ao seu dinamismo, ao grau em que interferem nos hábitos, usos e costumes.

Constatou-se que tanto Beck e Giddens demonstram a existência de uma relação entre o surgimento de uma nova modernidade – denominada “modernidade reflexiva” – com a onipresença dos riscos tecnológicos. Todavia, o modo de educar, especificamente de ensinar as ciências em Angola, por não ser contextual e libertador, acaba mantendo uma formação que não privilegia a crítica, nem incorporou ainda a dimensão ambiental, reproduzindo-se e ampliando-se os riscos decorrentes da modernidade.

Ao se perpetuar um ensino de Ciências desvinculado da preocupação ambiental, vai-se cristalizando, nas novas gerações, a percepção de que os problemas ambientais e sociais são o preço a pagar no processo de modernização. Observam-se os derrames de petróleo, corte indiscriminado da floresta, redução da capacidade de produção pesqueira em função da poluição das águas entre outras consequências, que refletem diretamente sobre as condições de vida das populações como questões de somenos importância em países classificados como em desenvolvimento. De acordo com os relatórios apresentados por agências internacionais como o PNUD, nestes países ao setor público geralmente se associa aspectos negadores da democracia. Isto é, irresponsabilidade, ineficiência, injustiça, apropriação privada dos bens públicos, questões de transparência política e de governação, como bem lembra Pereira (2008) com base em Torres (1999)².

²Cf. PEREIRA, A. R. P. Governação da Água em Angola. Tese de Mestrado. Universidade de Aveiro. Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas. 2008. Cf. também TORRES, A. Horizontes do Desenvolvimento Africano; no limiar do século XXI. Lisboa: Veja Editora, 1999.

A dominância de uma orientação econômica exportadora de recursos naturais sem valor agregado é claramente percebida no Orçamento Geral do Estado, aprovado para 2011. 4,29 trilhões de Kwanzas (34,47 bilhões de euros). Para executar este orçamento, que anuncia destinar quase 32% para o setor social, conta-se com um aumento do PIB em 7,6%. Destes, quase 3% advindos da expansão do setor petrolífero³.

Neste contexto espera-se o favorecimento orçamental para o desenvolvimento substantivo na viabilização do trabalho do Instituto Nacional do Conhecimento Tradicional, criado recentemente, cujas responsabilidades serão a de valorizar e acompanhar a sistematização, divulgação e difusão deste conhecimento tradicional que a ciência ocidental por vezes desqualifica.

Nos dois últimos capítulos, “Das relações socioambientais na aldeia de Fútila e vila de BucoZau”, assim como “Enfrentamentos e contradições nas duas comunidades”, adentra-se com mais profundidade na realidade da aldeia de Fútila e da vila de Buco Zau, buscando observar o que representou e representa a modernidade e desenvolvimento, à luz das ações governamentais pela Reconstrução em Angola depois de estabelecidos os Acordos de Paz em 2002. Igualmente apresenta-se o modo como as populações têm resistido, organizado condições para sobreviver em meio à dinâmica política e administrativa do país sobre a qual os interesses do mercado, a concentração da riqueza, têm correspondido a décadas de irresponsabilidade com políticas públicas calçadas nos princípios da liberdade substantiva. Para tal, são trazidas para análise as categorias elaboradas através das respostas dos questionários aplicados, das observações feitas e das conversas e entrevistas não-estruturadas e aleatórias mantidas com os residentes das localidades de exploração. Constatou-se que os impactos ali identificados e relacionados à exploração dos recursos naturais podem ser agrupados em influências e mudanças socioambientais.

Do ponto de vista cultural, as contradições causadas pela interferência da televisão e do uso privado de espaços comuns e de bens coletivos, pelas entidades exploradoras de madeira e de petróleo, afetam de maneira intensa os residentes, lançando-os ao desamparo de injustiças institucionalizadas, à incapacidade de reagir a uma visão de mundo que desvaloriza os conhecimentos e as práticas, chamadas de tradicionais, por supostamente não corresponderem ao desenvolvimento, ao moderno, por serem símbolos do atraso.

³Dados veiculados na edição de 01 de janeiro de 2011 do Jornal OJE Cabo Verde <http://oje.sapo.cv/noticias/nacional/angola-aprova-orcamento-para-2011-com-o-sector-social-a-ser-o-mais-beneficiado>

Assim, a pesca, a agricultura, critérios de conservação da natureza secularmente observados, laços familiares, dieta alimentar, uso das línguas não-oficiais, ritos, usos e costumes que, se valorizados concretamente em muito contribuiriam para o bem-estar da população. Mas esses traços estão sendo preteridos, em função de um *ethos* de ostentação, de uma simbologia de poder sem lastro que tem arrastado a riscos sociais consideráveis, localidades por mais remotas que possam parecer. A mercantilização, a comercialização e a monetarização dos modos de subsistência assumem a dianteira nessa busca da modernização perpétua que, como menciona Bauman (2005), nada mais é que a compulsão, a obsessão e o vício que tão bem caracterizam a modernidade hoje.

A influência cultural traduz-se em modificação social obviamente. E esta, nas localidades referidas está associado ao êxodo rural. Negadas as condições estruturais e superestruturais para o trabalho nas atividades tradicionais contingentes populacionais de jovens continuam migrando em busca de serviço nos meios urbanos mais dinâmicos, no caso, Cabinda, a capital da província. E a falta de qualificação leva-os, tanto os residentes de Fútila como os de Buco Zau, a poucas chances de admissão nas atividades de petróleo, da administração pública, entre outros. Em Buco Zau, mais fustigada do que Fútila pelos conflitos da Guerra Civil, o desterro é mais significativo também pelo medo, pela impossibilidade de praticar agricultura e praticar a coleta, considerando que é possível acionar-se ainda algum engenho explosivo.

Tratando-se de exploração de recursos naturais, o aspecto ambiental assume posição destacada. A pesca, por exemplo, com os constantes derrames de petróleo vai se tornando proibitiva na medida das necessidades das populações costeiras, caso dos residentes de Fútila. E não só em função de derrames, as instalações das estruturas de exploração no mar, operando dentro da normalidade já se constitui em fator impactante nos cardumes, pelo barulho, pela iluminação artificial durante a noite e assim por diante. Por uma questão de segurança exigida pela exploração petrolífera, os pescadores são proibidos de exercerem suas atividades nas áreas às quais suas embarcações se adequam. Justamente as áreas onde hoje se encontram as plataformas marítimas. Portanto, em se tratando da pesca, as imbricações entre fatores que levam à vulnerabilidade social e os impactos ambientais se imbricam exemplarmente.

Em Buco Zau a questão ambiental está para as atividades de exploração da madeira sem um programa de repovoamento florestal, o que já se constitui em importante fator a modificar, inclusive, as temperaturas do município, a qualidade dos solos e a prazos médio e longo, terminará por afetar os recursos hídricos, entrando-se assim cada vez mais numa espiral de degradação complexa, a envolver os aspectos sociais e ambientais.

Da perspectiva política verificou-se também, nessas localidades, certa fragilidade da organização popular e interferência das empresas de exploração dos recursos naturais neste aspecto. Existem ações pontuais dessas empresas na construção de equipamentos públicos, como praças de mercado, chafarizes e escolas. Efetivamente, porém, não têm contribuído com mudanças sociais à altura de uma ação pública planejada e executada permanentemente por um Estado comprometido com o atendimento das necessidades básicas da população. Miséria, fome, doenças como malária e tuberculose, habitações sem saneamento, ausência de professores qualificados e na quantidade suficiente nas escolas, ausência de políticas de emprego e de apoio atividades como a pesca e a agricultura, estes são traços marcantes nestas duas localidades.

No entanto, verifica-se também, apesar do êxodo rural, da desagregação social e cultural, que línguas nativas e atividades econômicas chamadas de tradicionais continuam a ter lugar principalmente em Buco Zau. Em Fútila, a vulnerabilidade em relação às contradições da modernidade são mais observáveis. Verificou-se também alguma referência à insistência na organização política, certamente fortalecidas na necessidade de sobreviver à Guerra Civil. Convém lembrar que o mar do Cacongo em 2003, de acordo com manifestações publicadas na imprensa de Angola, era considerado importante zona da pesca artesanal. É lá também onde se localiza o polo industrial petrolífero de Fútila.

E assim, vaise concluindo percebendo-se também que o país vai mudando com a aprovação este ano de uma nova Constituição, com a realização de eleições novamente em 2012, com o OGE – 2011 – a aportar, pelo menos no planejamento, importante volume de recursos no setor social. Certamente essas ações resultarão. A qualidade e o prazo em que os resultados deverão chegar é que, talvez, não acompanhem o ritmo de degradação, de desperdício humano, que nessa própria modernidade estão implicados, o que não se espera para Angola, em cujo marco de integração inicial à modernidade está impresso a desestruturação de sociedades ancestrais. Vai-se já um longo tempo, mais de meio milênio,

desde o estabelecimento dos laços comerciais de europeus com o rei do Kongo, o tráfico de escravos desde o reinado da rainha Njinga, atingindo-se a colonização total de Angola no fim do século XIX, até bem perto de terminar o século XX. E nesse processo as religiões cristãs jogaram papel importante, para o bem e para o mal. Mas se espera que a atuação das instituições religiosas, indígenas, ou não, possam contribuir para uma ética de respeito e aceitação da diferença, de exercício da micropolítica baseada na solidariedade e valorização da diversidade cultural, e não na caridade mitigadora de culpas. Que sejam valorizados em Fútila e em Buco Zau, assim como em todas as localidades angolanas, os poderes locais, que se aprovelem políticas tributárias e fundo de ações advindos dos dividendos auferidos com a exploração do petróleo, que se apliquem os tributos responsavelmente na perspectiva do setor social.

CAPÍTULO I – AO ENCONTRO DE SI NA AVENTURA SOCIOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO E DA MODERNIDADE EM ANGOLA

1.1 PERCURSOS PESSOAIS E TENTATIVAS DE FORMULAÇÃO SOCIOLÓGICA DE INQUIETAÇÕES EM TORNO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIDADE

Vivências de minha infância, adolescência, bem como da fase jovem e adulta foram e são sistematicamente marcadas por um percurso histórico de conflitos decorrentes das diferenças sociais e econômicas existentes no meu país, tidas como consequências de implementação de um projeto canônico civilizatório moderno, fruto de uma caminhada de cinco séculos.

O conjunto dessas diferenças, em meio às quais persistem os desafios, chama-me a atenção para o fato de como nós, os africanos/angolanos enfrentamos os desafios postos à articulação subsumida das Áfricas ao projeto civilizatório moderno. Um projeto em sua própria natureza marcado pela exclusão, exploração, desigualdade, embora ideologicamente defenda exatamente a adoção dos padrões modernos – da economia de mercado ao Estado-nação democrático-republicano, e à racionalidade científica orientando as práticas e as estratégias individuais e sociais – como meios para superação do atraso.

Lembro, a propósito, o pensamento positivista, fundado na valorização do progresso; na superioridade do *moderno* em relação ao *tradicional*, no qual Augusto Comte afirmava, no início do século XIX, a partir de sua proposta da Lei dos Três Estados – o Teológico, o Metafísico e o Positivo – que africanos, povos da Ásia e das Américas deveriam ser civilizados para que chegassem ao estágio superior da civilização correspondente ao estado Positivo. Para esse filósofo, seriam estes os estados pelos quais passa o processo de desenvolvimento da inteligência humana, o que explicaria como o ser humano evolui em direção a um estado menos primitivo para alcançar a civilização moderna (GIANNOTTI, 1978).

Este pensamento, combinado ao organicismo e evolucionismo inspirados em Darwin, justificava o domínio colonialista de nações europeias sobre os povos já referidos. Um conjunto de homens e mulheres considerados primitivos, com pensamentos arcaicos e bizarros, precisava atingir o esclarecimento, superar a ignorância, passar pelos três estágios.

Hegel [(1830)1953] - filósofo alemão e contemporâneo de Comte, também ressaltou, em suas *Lições sobre Filosofia da História Universal*, a incapacidade de os africanos atingirem estágios avançados em seu percurso histórico, dada a sua inferioridade em relação ao continente civilizado moderno, o que os desautorizaria, sem alterar o rumo da humanidade, a participar da história universal. Certamente, em muito foram justificados a colonização, o progresso, a dominação, que civilizaria o suposto não-civilizado, tomando-se essas visões do mundo como verdadeiras.

As inúmeras consequências que ainda mantêm o abismo entre os civilizados e aqueles pensados como em vias de civilização é matéria de muitos estudos, ensaios, reflexões. Muitos autores têm se debruçado sobre o desafio de explicar as condições em que os povos africanos passam a fazer parte do projeto civilizatório eurocêntrico e moderno. Para não ir muito longe, pois o propósito aqui não é inventariar o conjunto deste pensamento. Vale aqui mencionar Franz Fanon, francês nascido na Martinica, formado em Medicina e em Filosofia, que posteriormente se tornou argelino de nacionalidade, na época em que Argélia era colônia da França. Dentre outros envolvimento políticos, destaca-se seu engajamento na luta pela libertação da Argélia do jugo colonial da França, nos anos de 1960. Anticolonialista por princípio, escreveu os "Condenados da Terra", em 1962, refletindo sobre os prejuízos psicológicos e sociais dos processos coloniais no continente africano, incrivelmente eficazes do ponto de vista da destruição do reconhecimento e do autoreconhecimento, de bases identitárias, de modos de vida, diferentes, como resultado e fundamento das relações entre colonizadores e colonizados.

Condenados da terra, para Fanon, porque o colonizador não deu possibilidades ao colonizado de acessar o "reino" da civilização e, ao mesmo tempo os fazia pensar negativamente em relação à sua cultura, aos seus valores, aos seus princípios como arcaicos, primitivos, inferiores. A vulnerabilidade e a capacidade de manipulação resultantes os tornou incapazes de ruptura com este esquema de dominação, pois à deriva no mar de uma falsa dicotomia, entre privilegiar o pseudopensamento ocidental ou o pseudopensamento africano.

Condenados da terra, porque as consequências da colonização se concretizavam na degradação sistemática de homens e mulheres em nome da civilização, acompanhadas de profundas transformações multifacetadas.

Transformações que levarão muitos angolanos nos anos de 1960 a deslocarem-se para países vizinhos, fruto da mobilização de grupos nacionalistas em prol da libertação colonial. Era a luta pela libertação conhecendo outros contornos. As fugas se davam para países vizinhos, porque esses já haviam se libertado do colonialismo.

É neste cenário que eu e a maioria dos angolanos nascemos e crescemos privados de direitos como seres humanos, considerados culturalmente arcaicos, exóticos e bizarros. Diante dessas circunstâncias, a fuga era a opção para muitos. Foi assim que toda minha família se refugiou na antiga República do Zaire, hoje República Democrática do Congo, num total de 5 irmãs, 2 irmãos, pai, mãe, além de outros parentes. Uma vivência cruel ter que deixar a terra natal ainda que na condição de colonizada, para preservar a vida em terra desconhecida sem perspectivas de futuro; uma vida nebulosa acompanhada de fome e nudez durante algum tempo, até nos acomodar, apesar de precariamente na terra estranha, um autêntico depauperamento da condição de vida provocada pela desintegração do país (CASTELLS, 1999.a).

A pequena agricultura e a pesca artesanal eram a fonte de subsistência, o que era comum a muitos grupos sociais na África. De vez em quando tínhamos a ajuda do PAM (Programa Alimentar Mundial)⁴. Quando esses três meios de subsistência nos faltavam, tínhamos que, para saciar a fome, catar coconote, semente de uma palmeira que descascávamos e comíamos. Quando temos a oportunidade de nos lembrar desses momentos com a nossa mãe – porque ela é quem passava mais tempo conosco – ela sempre nos conta que certa vez não tínhamos nada para comer em casa, apenas um pouco de fubá de bombom⁵, azeite de palma e gindungu⁶. Todos nós ali esfomeados, esperando que ela fizesse algo para comer. Pensou em fazer um caldo de gindungu e, como acompanhamento, o funge. Porém, antes de nos servir, ela experimentou; sem conseguir comer, colocou-se em prantos e não nos servimos. Nesse dia passamos sem nada para comer. Quanto à nudez, lembro até hoje que um dia, Mobutu⁷, então presidente do Zaire, ia visitar a cidade de Muanda onde

⁴ Criada em 1963 é considerada a maior agência de ajuda humanitária do mundo. O PAM é parte da Organização das Nações Unidas. Atualmente está presente em mais de 80 países, procurando cumprir o objetivo de garantir nutrição principalmente a crianças em idade escolar, a vítimas de desastres naturais e de conflitos armados (www.onewfp.org/portuguese). Acesso em 18/12/2010.

⁵ É uma farinha extraída da mandioca da qual se faz o funge, uma espécie de grude, comida típica de Angola.

⁶ Pimenta, um condimento muito utilizado na culinária angolana;

⁷ Mobutu Sesse Seko Nkuku Ngbendu wa Za Banga (Lingala, Congo Belga, 14 de outubro de 1930-Rabat, Marrocos, 7 de Setembro de 1997). Mobutu foi presidente do Zaire de 1965 a 1997, ditador apoiado pelo ocidente, durante seu governo o Congo e o rio do mesmo nome foram ambos renomeados Zaire.

morávamos. Nesta visita haveria um desfile, ao qual eu queria muito assistir. Era perto da casa onde residíamos antes de morar na margem do rio Zaire (hoje Congo novamente). Meu sonho, porém, não se concretizou: o único vestido que eu tinha estava sujo e descosturado. Tirei-o do corpo, então, lavei e me pus a esperar que secasse.

Enquanto isso, o desfile acontecia. E eu ouvia os instrumentos, como saxofones, trombetas, tambores, e o barulho dos que tiveram a feliz oportunidade de lá estar. Quando o meu vestido secou já havia terminado o desfile. Na verdade, esta é uma lembrança muito marcante para mim, dentre outras situações que passamos. Tal acontecimento provavelmente ocorrera em 30 de junho de 1974, data em que o Zaire, atual Congo Democrático, comemorava os 13 anos de libertação do colonialismo belga. Neste dia eu completava 6 anos de idade. A persistência da deterioração e movimentos migratórios, aos quais Castells (1999) refere, surgiram em Angola bem antes dos anos de 1980 e 1990 porque a libertação deste e de outros países colonizados, foi alcançada com base na guerra, ocasionando

uma combinação de fatores como pobreza urbana, crise da agricultura, especialmente da agricultura de subsistência, [...], violência generalizada e movimentos migratórios em massa, que elevaram a deterioração significativa das condições da maioria da população africana na década passada (CASTELLS, 1999, p. 144)

Com oito anos de idade retorno para Angola na companhia da minha irmã mais velha, então casada com alguém que não tinha abandonado aquele país. O país acabava de libertar-se do colonialismo português; uma libertação que conheceu poucos momentos de paz, porque logo mergulhou em uma guerra civil, o que nos levaria a outras condenações e privação de direitos. Aí dou continuidade à minha trajetória estudantil em Angola, começada pelos estudos feitos na antiga República do Zaire, que prosseguirá na ex-União Soviética, em 1987⁸, especificamente na atual República da Ucrânia e, finalmente, no Brasil.

Na antiga República do Zaire e Angola fiz todos os meus estudos de base⁹. Lembro-me que no Zaire, dentre as escolas nas quais estudei, a última se situava em uma base da Marinha, a Base Naval de Banana. Não obstante destinar-se aos filhos e parentes de

⁸O presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, à época Mikhail Gorbachev, colocava em execução o plano de reconstrução do país imerso em problemas sociais e econômicos que vinham se acumulando desde os anos de 1970, o que se agravou com a crise mundial dos anos de 1980. Mundialmente esta medida política passou a ser conhecida como Perestroika e Glasnost (reconstrução e transparência).

⁹O ensino de base nessa época se subdividia em: da pré a 4ª classe, primeiro nível; da 5ª a 6ª, segundo nível; da 7ª a 8ª, terceiro nível.

militares navais, essa escola reservava uma cota para as pessoas que não pertenciam ao corpo militar naval – isto é, pessoas das comunidades ribeirinhas, como era o nosso caso.

Nosso pai ia nos deixar de canoa e, quando terminava a aula, colocávamos um lenço branco pendurado em um galho de árvore do mangue, era o sinal de que chegara a hora de nos buscar, pois a aula já havia terminado.

Nesta trajetória, alguns episódios me chamaram atenção. A estrutura desta base em termos de urbanização com iluminação elétrica, ruas asfaltadas, água encanada, hospitais à altura, equipamentos modernos para a guarda naval, navios gigantescos, entre outros equipamentos. Hoje, depois de conhecer algumas realidades da Europa, poderia equiparar aquela parcela de território a uma das cidades da Bélgica, talvez da França. Na outra margem do rio, onde viviam os ribeirinhos, estava a periferia: casas de palafita feitas de bambu, cobertas de *n'zinkunza*¹⁰; nas situações de enchente, as dificuldades assumiam dimensões novas. Casas sem saneamento básico, sem luz elétrica, comunidade sem hospitais; num mesmo território, separado por um rio, era possível constatar as diferenças entre a Base Naval e as comunidades ribeirinhas.

Em Cabinda, uma das províncias de Angola onde passei a morar com a minha irmã, o nosso primeiro ano de chegada tinha sido aparentemente estável porque Angola tinha acabado de libertar-se do colonialismo português. Comecei os meus estudos na Escola 203, hoje Sagrada Esperança; como estava muito atrasada, já não fiz a iniciação, indo logo para a primeira classe. O rendimento escolar era considerado bom por não ter repetido nenhuma classe no primeiro nível de ensino. Fui considerada a mais irrequieta da turma.

A estabilidade socioeconômica não demorou muito; paralelamente a tal conquista, começava a Guerra Civil. Na casa onde eu morava, meu cunhado – que sustentava a mesma com os ganhos advindos dos ofícios de carpinteiro e marceneiro – por razões diversas combinadas ao momento de guerra que Angola estava vivendo, deixara tais ofícios.

¹⁰ Palavra da língua kikongo, dialeto kisolongo para designar ramos de uma espécie de bambu, chamado de bordão, utilizados para fazer coberturas de habitações nas povoações dos meios rurais principalmente no norte de Angola.

Minha irmã teve que assumir a responsabilidade econômica da casa montando uma padaria caseira. O pão era assado num buraco¹¹; eu tinha de ajudar na preparação e na venda do produto final. Houve dias em que, às altas horas da noite, e cedo de madrugada, estávamos assando pão, ainda que no dia seguinte tivesse de ir à escola. Para além disso, minha irmã praticava também a agricultura e dedicava-se ao comércio informal. Eu estava envolvida neste processo todo, além de ajudar nas obrigações domésticas, como buscar água na cacimba, lavar, cozinhar, fazer limpeza, cuidar dos meus sobrinhos entre outras atividades.

Assim mesmo, com todas essas responsabilidades e compromissos, o meu rendimento escolar era naquele contexto considerado razoável. Um contexto onde a informalidade das atividades econômicas era a condição preponderante para manter a sobrevivência. Quase todos compartilhavam das condições referidas por Castells (1999, p. 142) em *Fim de Milênio*, “enquadrados numa categoria, irregular, trabalho autônomo marginal, e trabalhador assalariado sem qualquer proteção legal, o que significa menos renda, falta de proteção e alta incidência de pobreza”. De fato, era necessário praticar múltiplas atividades para sobreviver. E ainda hoje, a realidade em relação à informalidade em Angola é muito marcante. Mesmo neste momento de paz, as mulheres zungueiras¹², perambulando pelos bairros, com bebês nas costas e bacias na cabeça retiram da revenda de produtos alimentícios, de limpeza, roupas e outros, meios para sobreviver.

Em meio às minhas idas e vindas a Angola e ao Zaire – intrinsecamente ligadas à instabilidade socioeconômica e política de Angola, onde toda a riqueza produzida era para salvaguardar a soberania do país mergulhado na Guerra – terminei meus estudos de base, mesmo com muito atraso. No meio de tantas contradições, da situação socioeconômica e política adversa, com a ajuda da rede familiar, consegui estudar e projetei-me para além daquelas adversidades. O que não ocorre para certamente a grande maioria dos angolanos e demais pessoas de quase todos os países da África, considerado, por certos analistas, um continente perdido.

Como os angolanos resistem a tantas diferenças e se mobilizam para o enfrentamento de tantas ambiguidades sempre visando à sobrevivência? Segundo Rutter

¹¹ O buraco era a substituição do forno à lenha, queimava-se a lenha dentro de buraco de dimensões maiores que a assadeira. Quando a lenha estava em brasas estas eram retiradas e depositadas em cima de uma chapa de zinco que assim cobria o buraco, depois de depositada a assadeira com a massa dentro do buraco já aquecido. Essa técnica possibilitava assar o pão uniformemente.

¹² Zungueira é relativo ao verbo zungar que em quimbundo significa rodear.

&Zomignani (Apud VERGARA, 2008) a psicologia positiva é um movimento dentro da psicologia que visa provocar uma visão aberta dos potenciais, das motivações e das capacidades humanas. A isto os autores chamam de mobilização de resiliência, traduzida como a propriedade de uma pessoa recuperar-se e manter um comportamento adequado após um dano, embora não volte na sua forma original como objeto da física, mas de minimizar ou dominar os efeitos nocivos da adversidade. Já nas palavras de Vergara (2008), trata-se de *uma resposta ao risco*. Essa é uma explicação da Psicologia. E a Sociologia como explicaria tal fato? Retomar as contradições, os paradoxos, a capacidade coletiva e individual de inventar-se, reinventar-se, dado o acionamento de saberes, de práticas, de referências que escapam de algum modo à negação da integração da maior parte das pessoas no pequeno grupo que domina. Ou seja, em termos sociológicos, resiliência pode ser tomada como a capacidade que possibilita as sociedades de reconstruírem-se dentro de uma nova realidade, fora do habitual, visando novas formas de adaptação (MILANDO, 2007). As sociedades africanas têm demonstrado essa capacidade: reconstruírem-se para manter a sobrevivência, ainda que não sejam os mesmos.

A minha ida à ex-URSS com 18 anos de idade – especificamente na República da Ucrânia, território da ex-URSS – foi uma possibilidade além do imaginado, concretizada pela concessão de uma bolsa de estudos, feita pelo governo de Angola. A propósito, ressalte-se que o encaminhamento de pessoas para se profissionalizar no exterior ocorria na época conforme um planejamento centralizado da economia do país, sob um regime comunista. Sem direito à escolha profissional, não hesitei diante da proposta e da possibilidade, o que me levou a deixar toda a família longe em busca da formação qualificada. É assim que, no período de 1987 a 1992 estive em formação técnica em Química Alimentar, na área de derivados de carnes e aves. Minha formação na ex-URSS aconteceu numa dinâmica diferente de tudo o que já havia experimentado em termos de estudos.

Numa cultura totalmente diferente, com sistemas educativos altamente planejados, antes, e depois da formação profissional propriamente dita, fazia-se os estudantes cumprirem um ano de nivelamento e aprendizagem da língua russa.

Os cursos de nivelamento e de aprendizagem de língua, em sua maioria, não eram ministrados na cidade onde haveria de acontecer a formação profissional. No meu caso fiz o

curso de nivelamento e da língua em Kharkov, segunda maior cidade da Ucrânia, e o curso profissional na cidade de Vinnitsa, também na República da Ucrânia.

A estada de estrangeiros gerava estranheza para a maioria dos russos, por falta de informações acerca de outras culturas e povos; porém nossos professores procuravam demonstrar que eram suficientes e satisfatoriamente preparados para lidar com a diversidade. Embora a época fosse marcada pela Perestroika, o comunismo científico ainda mantinha grande influência em todas as instituições, em especial no planejamento econômico.

Em Angola os dirigentes políticos, partidários da via socialista com base em uma economia planificada, justificavam a seleção dos estudantes e de suas formações consoante às necessidades do país de se industrializar, de se modernizar, de alcançar o progresso com uma economia organizada, informada nos saberes e práticas científicas.

Porém, internamente Angola não desenvolvia uma estrutura econômica capaz de absorver essa mão-de-obra qualificada que começava a chegar. É assim que depois de 6 anos de profissionalização, ao voltar para o país, vivenciamos, eu e muitos, a situação de desemprego, por falta de oportunidades de trabalho. Não havia indústrias que absorvessem pessoas com a minha especialização técnica e outras tantas profissões. Engenheiros passam a trabalhar como taxistas, comerciantes informais, ou, no máximo, como professor a receber um salário incompatível com o nível de qualificação alcançado na formação adquirida no exterior.

Na ex-União Soviética nós, os estudantes angolanos, recebíamos duas bolsas: uma bolsa de setenta rublos¹³ do governo soviético, que era a contrapartida prevista para Angola em contrato de concessão de exploração de pescado e pela compra de armamentos. E uma bolsa de sessenta dólares americanos por parte do governo angolano.

Nesses acordos bilaterais entre os dois países, enquanto a ex-URSS explorava o peixe e fornecia o armamento moderno para sustentar a guerra, igualmente apoiava a qualificação de mão-de-obra. E assim quando voltei ao meu país, e entretanto, as indústrias não chegavam, fui para a atividade docente no ensino de base, meramente para reproduzir conhecimentos padronizados na disciplina de Desenho Geométrico. Em 1997, no âmbito dos acordos bilaterais Angola-Brasil, fui selecionada como aluna para cursar licenciatura em Química na Universidade Federal do Pará (UFPA). Não havia bolsa, apenas a

¹³ Unidade monetária vigente na União Soviética de 1919 até 1991. Era dividida em 100 kopeks.

disponibilização da vaga. Como meu esposo havia sido selecionado também e obteve a bolsa, conseguimos nos sustentar no Brasil. A partir de então empreendi uma trajetória de estudos na qual não tive possibilidades para algumas escolhas. O que não me foi possível no momento anterior, quando as etapas de formação referidas estavam sob imposição das instituições de formação de quadros do governo justificadas pela necessidade do desenvolvimento do país.

A questão era, e continua sendo, buscar qualificação para atender as demandas de um contexto nacional em construção, muito carente de mão-de-obra especializada, na área técnica e de produção de conhecimento. Assim, para a finalização da licenciatura em Química, apresentei um trabalho de conclusão de curso tratando de comparar conteúdos de livros didáticos de Ciências da Natureza adotados em Angola e no Brasil, na 7^a e 8^a séries. Abordei, naquela altura, as convergências e as singularidades, vantagens e desvantagens da aplicação daqueles conteúdos, de forma que os alunos pudessem compreender os conceitos ali expostos e produzi-los após a conclusão dos conteúdos, levando-se em consideração a faixa etária dos mesmos.

Voltei a Angola em 2003. Ministrei aulas de química durante dois anos para alunos de Ensino Médio. Foram dois anos de desconstrução e reconstrução, visto que, uma vez formada em licenciatura em Química para o Ensino Médio e o Fundamental, a realidade se revelava inteiramente diferente, quando me fazia ver que minha licenciatura era totalmente descontextualizada para o desafio que me era proposto enfrentar.

Novamente, a partir dos acordos bilaterais Angola-Brasil, fui aceita no Programa de Pós-Graduação de Educação em Ciências e Matemáticas da UFPA, em 2005. Minha dissertação, defendida em 01 de fevereiro de 2007, versou sobre as condições do ensino de Ciências em Angola, explorando mais detalhadamente o perfil de formação dos professores que estão a formar as novas gerações naquele país. O meu campo de pesquisa foi feito em Cabinda, província angolana conhecida pela exploração dos seus recursos naturais, pela presença das empresas petrolíferas e madeireiras, em geral de outros países, para o caso petrolífero, especificamente.

Cabinda, como outras províncias de Angola, serviria de laboratório de química pela gama de recursos naturais que alberga; um fato que não é levado em consideração no ensino de Ciências em Angola, por falta de condições para produção de conhecimento pelos que ensinam essa disciplina. Esse ensino ainda é ministrado de forma reprodutiva, seguindo

padrões de ensino descontextualizados da realidade do estudante. Essa descontextualização se deve à falta de cursos de licenciatura articulados com a realidade do aluno, na área de Ciências da Natureza (Química, Física e Biologia) pelo menos até 2007. Refiro-me a uma licenciatura situada no cotidiano do aluno.

Embora eu tenha tido uma formação de licenciatura em Química no Brasil, ela igualmente foi ministrada de forma descontextualizada, razão pela qual procurei abordar no meu trabalho de conclusão de curso a realidade dos livros didáticos dos dois países em relação à faixa etária. Isto me possibilitou, no mestrado, abordar questões relativas não a livros didáticos mas aos “profissionais” que fazem uso deles na sua prática docente. Portanto, busquei saber mais e refletir sobre a identificação destes docentes com as matérias que ministram, suas ideias sobre ciência e ensino de ciência, procedendo a um mapeamento sobre as condições docentes na área de Ciências da Natureza que estão sendo operadas em Cabinda.

Já que o interesse era procurar saber como os conteúdos se relacionam com o cotidiano do aluno, nesta trajetória privilegiei bastante aspectos relacionados à Ciência e Tecnologia, Sociedade e Meio Ambiente (CTSA). Estabeleci como base a ideia de que os conhecimentos dos homens sobre a sociedade, a natureza e os fenômenos se dão em um lugar onde politicamente as pessoas devam ter deveres e direitos compatíveis ao exercício da cidadania; porém, uma realidade não concretizada até hoje: embora Angola esteja na segunda reforma educacional, a matriz do ensino não foge ao sistema tradicional, quando insiste na repetição de modelos importados, currículos desvinculados do contexto atual, da reconstrução nacional, bem como ausência de uma visão holística de reconstrução, em que as partes não se complementam para reconstruir o todo, como concebe Fritjof Capra (1982). Na verdade, reafirmando nossa maneira de ver e conceber o estudo ora em pauta, deveria existir uma relação intrínseca entre a ciência, tecnologia, sociedade e ambiente.

Em suma, a dissertação de mestrado demonstrou que o ensino de Ciências e do conhecimento científico em Angola corresponde a um esquema de pensamento, a valores, que reafirmam a superioridade do pensamento ocidental, no qual a racionalidade instrumental continua a dominar. Resulta disso que estruturas de produção do *conhecimento científico em Angola* quase que inexistem, e ao mesmo tempo não se reconhece os saberes não científicos, os chamados saberes tradicionais. Assim prevalecem as regras, os modelos de fazer ciência, a valorização do saber científico em detrimento dos outros saberes, que foram desenvolvidos

fora daquela realidade, ainda permanece a descontextualização dos currículos implementados tanto no ensino de base ou fundamental, quanto no nível superior. Assim, essa regra passa longe das reinterpretações conceituais que concebem o ensino enquanto processo de investigação científica e construção de identidade sociocultural, conferindo ao educando condições para desenvolver sua autonomia, nos diversos aspectos: cognitiva, sociocultural, moral, dentre demais aspectos de sua formação.

Angola se encontra na sua segunda reforma educacional desde 2002 com a meta da conclusão da mesma projetada para 2012. Porém, até agora os requisitos necessários para implementação da reforma inexistem. Falo, por exemplo, de professores especializados para dar conta das novas dinâmicas da reforma. Falo de estruturas escolares suficientes para acolher o número estipulado pela reforma, de 35 alunos por turma, sem deixar nenhuma criança fora do sistema. Falo da insuficiência de material didático e da necessidade de contextualização e atualização dos currículos.

A atividade da ciência e do conhecimento científico ainda obedece ao modelo apresentado pela Modernidade. Há evidências claras de que a ciência ainda está concentrada numa parte específica do mundo, quando a outra parte – notadamente o mundo periférico – é desprovida das condições efetivas de produção deste conhecimento.

Angola faz parte desse restante de mundo. O país não detém e não teve nenhuma herança concernente ao conhecimento científico; os modelos curriculares ainda perpetuam a reprodução do conhecimento científico baseado na racionalidade ocidental, cristalizada no pensamento cartesiano, sem dar conta das emergências, das contingências e das incertezas que o mundo e o país apresentam hoje. Essa constatação vai ao encontro das preocupações de Prigogine (1996) em *OFim das Certezas* e, talvez, aí neste paradoxo possa existir alguma oportunidade de reinvenção do mundo, dos valores, da maneira de viver e produzir.

Um conhecimento científico que concebi (CANGA, 2007) como desprovido de reflexão, sem um olhar crítico; adquirido de forma equivocada, sem produzir algo novo para a sociedade, acompanhado das atrocidades do colonialismo, do neocolonialismo e das convulsões políticas, apresentando um saudosismo anacrônico dos modelos impostos sem nenhuma articulação com outros saberes (SANTOS, 1989). Esse conhecimento está desvinculado do ideário no qual o objetivo seria contribuir para o bem-estar da humanidade; ciência entendida como atividade social, política e econômica garantidora de uma

retroalimentação no ecossistema. Essa ação, de acordo com Silva e Zanon (2000) é importante para se estabelecer uma relação diferente entre o homem e a natureza, sobretudo porque ele faz parte dela; possibilitando talvez um conhecimento mais ampliado da natureza, uma relação menos predatória com os recursos evitando-se assim a autodestruição da espécie humana. Portanto,

Ao se ter o entendimento da Ciência como uma construção social e por isso inserida dentro de um contexto social, político, econômico e cultural, torna-se incorreto ensinar ciências de forma descontextualizada, dogmática, distante e alheia às aspirações e necessidades da comunidade, resumida a apresentações de definições científicas (SILVA, 2000 p. 173).

Angola, mesmo depois dos Acordos de Paz que puseram fim a quase três décadas de conflito armado em 2002, continua, apesar da retomada do crescimento econômico longe de alcançar o fim de sua pobreza galopante, de aperfeiçoar seu sistema de atender as necessidades das comunidades, de produzir e difundir conhecimento a desvelar as contradições existentes, a descobrir possibilidades de superação através de seu anacrônico sistema educacional.

Diante das contradições existentes entre o que se ensina e o que se faz em termos de "desenvolvimento angolano", compreendi ser necessário na pós-graduação, em nível de doutorado, voltar-me a uma reflexão sobre desenvolvimento e modernidade; conceitos que remetem à promessa do progresso a ser alcançado pelos povos que se organizam política, econômica e culturalmente em bases capitalistas, republicanas, científico-rationais. Para tanto recorri ao doutoramento em Sociologia, na linha de usos sociais dos recursos naturais (pesca, minerais, madeira) da Universidade Federal do Pará, sob a tutela do programa do convênio Diplomático/Cultural Angola – Brasil. O campo de pesquisa continuou sendo a província de Cabinda, na República de Angola, onde concluí a minha formação escolar básica e para onde retornarei depois de uma experiência formativa no exterior.

Trata-se, portanto, de pensar as contradições existentes no desenvolvimento e na modernidade tomando como pretexto atividades de exploração dos recursos naturais em Cabinda, a saber, o petróleo e a madeira. A exploração e a exportação do primeiro recurso resultam no alto índice do crescimento econômico do país. Assim como na inviabilização de importantes atividades de subsistência como a pesca, o que talvez esteja diretamente associado ao baixo índice de desenvolvimento humano do país, do que trataremos em capítulos posteriores. Esta desarticulação resulta nas diferenças socioeconômicas, ambientais

e políticas angolanas, diferenças essas que estão submetidas a um processo de modernização que amplia cada vez mais a exclusão social e um desenvolvimento entendido como crescimento econômico do país, tendo como fonte principal de crescimento a exploração excessiva dos recursos naturais entre os quais, o petróleo, diamantes e madeira, sem levar em conta os impactos e os riscos daí decorrentes [BECK, (1986) 2001].

Embora o governo já tenha traçado planos e projetos de desenvolvimento desde 2002 – que Angola alcançou com seus ainda escassos recursos humanos pelo estabelecimento de condições de desenvolvimento que se vinculam à liberdade de vida digna e devida aos angolanos – ainda é possível visualizar de forma contundente as diferenças e contradições, em parte, fruto da dicotomia entre as partes, nomeadamente, ciência, tecnologia, sociedade e ambiente.

Os planos e projetos implementados pelo governo não resultaram até aqui do diálogo acompanhado de reflexão, com vários atores que compõem a sociedade angolana, privilegiando as comunidades, associações, cooperativas, até chegar às maiores estruturas. Essa abertura poderá resultar em construção de uma crítica social que flexibilize as formas de implementação desses projetos, à exploração dos recursos, e que priorize as formas de distribuição de renda. Igualmente, essa abertura poderá possibilitar a liberdade a atores na participação da vida social, política e econômica do país em reconstrução, possivelmente denotando, nas formas de sobrevivências das comunidades locais, outras formas de desenvolvimento que possam libertar essas comunidades da condenação e da privação de seus direitos.

Para pensar nas contradições do desenvolvimento e da modernidade, uma das questões da busca se centra em perceber como as comunidades da aldeia de Fútila e da vila de Bucu Zau, ambas localizadas na província de Cabinda, vêm atuando em meio a tais contradições, às dificuldades de inclusão social, de relações com sistemas produtivos fechados às necessidades econômicas das populações nos locais de sua instalação, que privam o exercício da liberdade a que têm direito e, no entanto, encontram-se orientadas de maneira bem sucedida pelos propósitos da racionalidade econômica do mercado, são decisivas na realização do projeto civilizatório da modernidade, enraizado na colonização de territórios e povos com vistas à provisão de matérias-primas, de bens primários, para os parques produtivos de bens finais instalados nos países onde a modernidade se realizou plenamente. Tomar-se-á como ponto de partida a perspectiva de desenvolvimento apresentada por Amartya Sen ao discutir o caso indiano (SEN, 2000). Para este autor, o que confere sentido ao

desenvolvimento é a liberdade. Isto é, o desenvolvimento requer: a remoção das principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos, destituição social dos serviços públicos, intolerância e interferência excessiva de alguns Estados.

Para Sen¹⁴ o desenvolvimento como liberdade está ligado ao acesso a liberdades substantivas, como a liberdade de saciar a fome, a liberdade de acesso à água potável, à saúde, educação, saneamento básico, liberdade de se vestir e de morar de modo apropriado.

Como as duas áreas de pesquisa são de exploração de recursos naturais – petróleo e madeira – a discussão será articulada ao pensamento de Enrique Leff (2006). Em seu livro *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*, Leff alerta sobre a necessidade de uma racionalidade ambiental, não na sua matriz e compreensão universalista; mas que privilegie uma racionalidade enquanto potencial criativo da humanidade, o que possibilitaria o vislumbre de uma emancipação social da natureza. Isto significa fazer da justiça à complexidade embutida na dinâmica dos sistemas socioambientais, vistos em sua articulação com a biosfera. Leff (2006), ao sugerir a racionalidade ambiental, critica o desenvolvimento sustentável por não romper com as balizas da racionalidade econômica capitalista, e defende a racionalidade ambiental como orientação, ao se ver capaz de garantir a continuidade da aventura humana na terra. Embora haja forma de conceitos diferenciados entre Sen e Leff quanto ao desenvolvimento, onde o primeiro atrela o desenvolvimento às liberdades substantivas do homem, e o segundo atrela o desenvolvimento à racionalidade ambiental, ambos convergem no mesmo ponto o bem-estar do homem.

A mesma posição vai ser sustentada por Buza (2009), quando no seu livro *Ecologia e teologia em diálogo diante da crise ambiental*. A seu ver, sem um diálogo racional, responsável, construtivo que envolve todos os atores, a terra não se sustentará. Embora haja forma de conceitos diferenciados entre Leff e Sen quanto ao desenvolvimento ambos convergem no mesmo ponto o bem-estar do homem.

¹⁴ Amartya Sené um dos fundadores do WIDER, Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento, da Universidade da ONU. O tratamento dado à ideia de desenvolvimento e de decisão social, na passagem para o século XXI garantiu a Amartya Sen, o Prêmio Nobel em 1998. Suas análises e proposições sobre liberdade e privações têm sido consideradas um aperfeiçoamento resultante da contribuição que pôde oferecer no final dos anos de 1980, ao programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É também um dos arquitetos do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), referência identificada no Relatório sobre Desenvolvimento Humano, publicado anualmente pelo PNUD.

1.2 CABINDA, DE FLORESTA E DE PETRÓLEO: RECURSOS NATURAIS A PROPÓSITO DAS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO

Cabinda, uma província litorânea situada ao norte de Angola¹⁵, a 800 km ao norte da capital, Luanda, assume posição econômica importante na região, por concentrar uma das maiores jazidas de petróleo no país e a maior floresta angolana em riqueza de espécies, o Mayombe. A Chevron¹⁶, uma das maiores empresas de exploração de petróleo em Angola através da sua subsidiária, a Cabinda Gulf Oil Company Ltd participa com 39,2% deste empreendimento conjunto(FERNANDES, 2004). Já a floresta do Mayombe, considerada densa e úmida também é integrada à economia através da extração de madeira, pelas empresas Abílio de Amorim& filhos Lda, e outras 14 empresas (BUZA, 2010).

Porém, mesmo com os avanços na distribuição de renda, a concentração dos benefícios da riqueza explorada no país continua. O que tem sido retratado sobremaneira, dada à proximidade física, geográfica de comunidades em Cabinda como a vila de Buco Zau, situada na zona de influência da exploração da madeira, e a aldeia de Fútila, por sua vez situada na zona de influência direta da exploração de petróleo. A população dessas duas localidades é privada sistematicamente do acesso às chamadas liberdades substantivas, como acesso à água potável, habitação apropriada, ao emprego digno, educação, saúde, alimentação e saneamento básico. Aliado a essas privações, a exploração excessiva dos recursos naturais impacta sistematicamente o ambiente, fazendo com que essas populações fiquem privadas de cultivar a terra, de realizar a pesca e o extrativismo.

Acredita-se que colocar em debate as atividades produtivas e a inclusão social em tempo de paz, na província de Cabinda, é oportuno neste momento. Angola se encontra, segundo agentes do governo, em fase de reconstrução nacional. Reconstrução que, parece muito mais marcada, pelo barulho das máquinas, o revirar do solo e o cheiro de óleo diesel permanente na capital do país que urbaniza determinadas áreas “*Miami Style*” e prioriza obras como *shopping centers* e demais medidas para atender demandas de segmentos sociais restritos. Um momento que a meu ver é marcado por um consumo excessivo e precoce de mercadoria sofisticada por uma pequena parcela da população, a denominada “elite angolana”, enquanto os programas para atender as necessidades substantivas da maioria da

¹⁵ A República de Angola é constituída por 18 províncias tendo Luanda como capital e a língua portuguesa como língua oficial.

¹⁶ Em 2001 a denominação da empresa passou a ser Chevron-Texaco, voltado na atualidade à denominação anterior. Atualmente é a operadora com maior expansão de campos produtivos em Angola.

população andam em passos lentos. Ainda que, em termos documentais e em termos discursivos, políticas públicas dirigidas à reconstrução nacional, o desenvolvimento social do país, existam. Como se pode observar no Plano do Governo da Província de Cabinda – GPC – de 2002 a 2008:

A partir de 2002, na perspectiva da reconstrução nacional, foi lançado o lema pelo presidente da República José Eduardo dos Santos “faremos de Angola um canteiro de obras”. Com base nessa visão foi elaborada uma gama de programas e planos a nível do governo nacional, que conduzem o processo de reconstrução em todas as províncias do país. Programas e Planos na área da educação, agricultura pesca e ambiente, saúde, assistência social, cultura e esporte, energia, água e saneamento básico, habitação e urbanismo, obras de edifícios públicos, transportes e telecomunicações. Levando em conta a linha da matriz central no que concerne à reconstrução nacional, cada província elegeu então o seu sublema. Na província de Cabinda através do então governador José Aníbal Rocha, que governou de 2002 a 2008 estabeleceu-se como sub-lema “passos firmes rumo ao desenvolvimento” (ANGOLA – GPC, 2009).

Com base nesse sublema o governo de Cabinda elaborou os seus planos gerais e específicos, a saber:

Aquisição de autocarros, aquisição de medicamentos, diagnóstico da agricultura, ordenamento territorial, plano de desenvolvimento econômico-social, plano diretório de transportes coletivos, programa de formação e capacitação de quadros públicos, programa na área da educação, sistema de coleta, transporte e disposição final do lixo na cidade de Cabinda, programas de apoio aos setores da agricultura, pecuária, pesca e ambiente (ANGOLA – GPC, 2009).

Embora exista esse conjunto de programas e planos, todos praticamente em execução, ainda assim não atendem às demandas das questões sociais das populações. Na verdade, a situação parece se agravar com a redução do orçamento de muitos projetos a metade, mesmo com o crescimento econômico registrado logo depois de estabelecidos os Acordos de Paz no país. O crescimento observado de 2002 até o final de 2008 foi fruto da intensificação da exploração e da exportação de recursos naturais entre eles o petróleo, diamante e a madeira. Trata-se, portanto, de riqueza não transformada no país, de matéria-prima exportada, de não desenvolvimento de estruturas produtivas capazes de gerar emprego e assim contribuir para uma distribuição menos concentrada da riqueza, que possibilite o acesso a liberdades substantivas da maioria das populações.

Embora tenha havido cortes no Orçamento Geral do Estado – OGE – devido ao colapso econômico mundial, e à queda da venda do petróleo, a importação de produtos sofisticados não parou, tornando mais cara a vida social dos angolanos. Esses dois pormenores perpetuam a contradição do desenvolvimento e modernidade em Angola. Observa-se que o “desenvolvimento” nesse país tem sido confundido com o crescimento

econômico. Tal confusão procede, segundo Sangreman (2008), da forma como especialistas do século XX projetaram o conceito de desenvolvimento vinculado à concepção de modernidade enquanto expressão de progresso. Tomar essas três ideias como sinônimas, ou em correspondência absoluta, é obtuso, no sentido da reificação, do fechamento do espaço da crítica, da dúvida. Mas, por outro, é extremamente eficaz do ponto de vista da produção de consenso, da incorporação de valores, facilitando-se o trabalho da dominação de modelos econômico e político excludente e centralizado respectivamente.

E é deste modo que a exploração de recursos naturais para exportação permanece respondendo pelo crescimento econômico, sem, portanto, levar em conta o desenvolvimento social e a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais e as implicações ambientais da modificação de *habitats* importantes para a subsistência de muitas populações das localidades costeiras, principalmente nas áreas ocupadas pela estrutura de exploração de petróleo. Tal realidade contraria a ideia de desenvolvimento como a defendida, por Amartya Sen (2000), economista cujo trabalho fundamentou a formulação do Índice de Desenvolvimento Humano, hoje reconhecido nos Relatórios da Organização das Nações Unidas – ONU, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF. Nestes, o que se preconiza como desenvolvimento, vai além do crescimento econômico medido em Produto Interno Bruto. Já nos anos de 1970 referia Celso Furtado como um mito a associação automática entre crescimento e desenvolvimento quando a situação observada era a de países ditos atrasados procurando superar esta condição através da ampliação do PIB [FURTADO, (1974), 1996].

Pode-se dizer que, neste sentido, o pensamento de Sen segue Furtado quando entende desenvolvimento dizendo respeito sobretudo ao bem-estar das populações. Este bem-estar, para as populações angolanas, e principalmente para as da aldeia de Fútila e para as da vila de Bucu Zau continua muito longe de ser alcançado. Entretanto, os seus saberes e práticas de agricultura, de pesca, de coleta continuam presentes na organização das condições necessárias à sua subsistência. Associado a isso permanece ainda certas condições de cultivo da própria identidade o que pode ser visto como caminhos de exercício de liberdade e resistência em correspondência ao que é defendido por Sen.

Mas, quanto à questão da exploração dos recursos naturais, o desafio é colocado diante da insistência em um modelo de desenvolvimento no qual os recursos naturais significam apenas fronteiras de acumulação do capital, devendo estes serem utilizados à medida das necessidades do mercado. É por essa razão que Leff (2006) advoga o empenho no

fortalecimento de uma racionalidade diferente. Nesta concebe-se a necessidade do bem-estar das populações articulada a um processo de renovação do mundo, de desconstrução dos fundamentos da civilização ocidental e das falácias da globalização econômica.

Sen (2000), defensor da ideia de desenvolvimento como liberdade, tem contribuído amplamente na formulação deste conceito considerando o bem-estar ligado à ideia das capacidades humanas mais do que ao consumo e ao rendimento, o que possibilitaria o direito à alimentação culminando com a valorização social de outras liberdades. Para Sen o desenvolvimento é significativo quando liberta o homem da fome, da miséria, do analfabetismo, das doenças, do desemprego e concorre para a valorização da cultura. Este último aspecto permitiria as pessoas a decidirem livremente que tradições elas desejam, ou não, seguir. Entre esses e outros conceitos de desenvolvimento já discutidos para o bem-estar do homem desde das últimas décadas do século XX, para as populações de muitos países, os chamados periféricos onde Angola faz parte, o desenvolvimento como é concebido para a ONU levando em conta o IDH ainda é uma miragem.

Em Cabinda, uma das províncias de Angola, o que tem sido verificado são diferenças socioeconômicas significativas, mesmo com a riqueza obtida através da exploração e exportação dos recursos naturais, de forma intensificada. Diante disto, busco compreender como a população cabindense especificamente da aldeia de Fútila e da Vila de Buco Zau se organizam para produzir as suas condições de vida, que garantam capacidade de enfrentamento das contradições existentes traduzidas pela concomitância de um alto crescimento econômico e um baixo desenvolvimento social.

Sobre esta contradição vale resgatar algumas reflexões de autores como Fernandes (2004), economista, a partir de seu estudo intitulado "EUA e Angola: A Diplomacia Econômica do Petróleo"; Hodges (2002), economista, enviado da ONU à Angola de 1996 a 1997, que escreveu "Angola: do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem"; Solival Menezes, economista e professor de Economia e Finanças da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), integrante da equipe de consultores e docentes que cooperou com a transição de Angola para economia de mercado. Este autor escreveu a obra intitulada *Mamma Angola: Sociedade e Economia de País Nascente* (2000).

Igualmente, foram utilizadas documentação produzida por instituições como UNICEF, PNUD, FAO, OCDE e OIKOS, BTI, da Universidade de Munique, que anualmente publicam relatórios sobre aspectos sociais, políticos e econômicos dos países, em especial os considerados não desenvolvidos e/ou em desenvolvimento. Utilizaram-se também relatórios

da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola – Sonangol, que tem divulgado periodicamente informações sobre a produção e os investimentos feitos na área de petróleo, Jornais eletrônicos como “Angola Acontece” (meio de comunicação privado angolano), “Angonoticias” (via de comunicação privada de Angola), Órgãos de informação estatal como o “Jornal de Angola” e “Angola Press”, que trazem informações diárias sobre a vida social e econômica de Angola, e outros autores que discutem sobre o assunto, oportunamente.

A importância destas informações, relatórios, bem como o que disseram os autores citados reside – em princípio – no fato de se tornarem ponto de partida para estabelecer o diálogo sobre a discussão; depois, por servirem de inspiração para aprofundar o assunto. Na verdade, os estudos feitos pelos autores mencionados e as informações obtidas nos relatórios das organizações, nos noticiários divulgados sobre a vida social e econômica de Angola, tudo isto associado às minhas vivências demonstram que esse ainda faz parte de um conjunto de países sobre os quais incide negativamente os percentuais de desenvolvimento humano (IDH), não obstante conte com uma mobilização de esforços implementados pelo governo para a superação das contradições sociais.

Levando em consideração o exposto, compreender as *consequências resultantes da falta de incorporação das populações neste* processo de desenvolvimento moderno, que privilegia a exploração excessiva dos recursos naturais, igualmente refletindo sobre elas, é um passo importante. Verificar como esse ato de insistência da implantação de um desenvolvimento moderno influencia na falta de visão emergente na administração dos recursos naturais é um dos desafios. Entender o sentido das ações econômicas que potencializam mudanças e ao mesmo tempo a manutenção de estruturas sociais e econômicas não sintonizadas é também de suma importância. Compreender a ausência dos processos que garantam capacidade de organização, reivindicação de direitos universais, conquista de liberdade nestas populações que não fazem parte das principais atividades econômicas, que respondem pelo elevado índice de crescimento econômico verificado em Angola de 2002 a 2009, conforme relatório dos indicadores socioeconômicos de Angola, que atingiram o PIB de 15,3 % a 25%. (OIKOS, 2008) e (BTI, 2010) é outro desafio não só de Angola, mas também de outros países que constituem o bloco dos menos industrializados, em via de “desenvolvimento” ou emergentes. Ou seja, aqueles que possuem um índice de crescimento econômico acelerado, porém com o índice de desenvolvimento humano (IDH) baixo.

No caso de Angola, especificamente a aldeia de Fútila e a Vila de Buco Zau, Tony Hodges (2002) que trabalhou em Angola para a Agência das Nações Unidas num programa

de investigação comparativo sobre a natureza dos “estados petrolíferos”, ao escrever sobre Angola do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem, demonstrou a falta do correlacionamento do desenvolvimento econômico e o progresso social e a pilhagem de riquezas por parcela mínima da sociedade angolana acasta dos recursos públicos.

Tal trabalho foi acompanhado por duas instituições de investigação norueguesas, cujo objetivo era compreender melhor os impactos que uma grande indústria petrolífera tem sobre o sistema governamental, na economia e na sociedade de um país em desenvolvimento ou em período de transição, e de que forma ela afeta, em última análise, a situação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Este projeto levou Hodges a fazer um estudo profundo sobre a economia de Angola.

Hodges (2002) nas suas publicações utilizou a estatística e os dados preliminares do FMI para demonstrar a dependência da economia de Angola com base na exploração e exportação do petróleo desde início dos anos de 1980. O autor esclarece como o petróleo prevalece em termos de exploração e exportação, em relação a outros recursos naturais.

O setor petrolífero tem sido responsável por mais de 80% do valor exportado desde início de 80, tendo contribuído em 90% das exportações. As exportações do setor petrolífero dizem respeito a petróleo bruto, com uma contribuição muito pouco verificada em termos do petróleo refinado e gás (HODGES 2002, p. 203).

Dados mais atualizados da Sonangol (2008) reafirmam que o petróleo ainda permanece, em termos de exploração e exportação, influenciando no Orçamento Geral do Estado, em relação à exploração de outros recursos naturais. Significa dizer que ainda que se fale na diversificação da economia, o petróleo ainda é o recurso natural significativo na contribuição das receitas governamentais. Embora tenha havido a contenção da exploração e exportação de petróleo, com a quota de 1.5 milhões de barris/dia (mbpd)¹⁷ sugerida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo–OPEP¹⁸ de 2008 a 2009, ainda assim o recurso manteve o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, não obstante a contenção de 25%.

Com essas constatações evidencia-se, mais uma vez, como os combustíveis fósseis são largamente utilizados neste processo de desenvolvimento moderno. Existe uma relação intrínseca entre petróleo e sociedade industrial, que consiste em produção, transporte, iluminação, gás butano, construção de rodoviárias, e que são dependentes dessa fonte de

¹⁷ O preço médio de 55 USD/Barril.

¹⁸ Organização dos Países Exportadores de Petróleo, da qual Angola é membro.

energia, que hoje responde por 80% da sua utilização em relação a outros tipos de combustíveis, como: solar, atômica, nuclear, e biocombustível.

Ainda em termos industriais, do petróleo derivam mais de 24 subprodutos que são largamente utilizados na fabricação de fármacos, solventes para colas e tintas, borrachas para a fabricação de pneus, isopor, fórmico, essências para perfumes, plásticos, gás de cozinha, gasolina, combustível para aviação, querosene, parafina para fabricação de velas, asfalto, corantes para fotografias, imprensa e tecidos, detergentes, inseticidas, fertilizantes, dentre outros (PERRUZZAE CANTO, 1999).

Outrossim, essas informações destacam e trazem à tona a importância desse minério no que se refere à economia e sua relevância para os países mais industrializados, visto que o conhecimento científico que se converte em tecnologias para a modelagem deste produto em subprodutos se encontra nas fábricas dos países mais industrializados, e os menos industrializados recebem estes conhecimentos de forma corporificada em pneus, viaturas, entre outros (CANGA, 2007).

Ainda em termos de industrialização de petróleo, Angola apresentou um índice de crescimento econômico altíssimo em função da exploração deste minério, nos últimos 7 anos; deste modo o país foi considerado em nível da comunidade econômica dos estados da África central(CEEAC) em 2008, a economia angolana a primeira, seguida dos Camarões, Gabão, Congo Democrático, Congo Brazzavil, Chade e Ruanda. Já em nível da SADC em 2008, Angola foi a segunda maior economia, a seguir a África do Sul e a frente da Tanzânia, Botswana, Zâmbia e Namíbia, pelos esforços empreendidos na reconstrução da economia, relançamento da produção, gestão eficiente dos recursos financeiros estatais e da melhoria de vida das populações (ANGOLA - JA de 27 /06 de 2010).

O grande paradoxo desta melhoria persiste na falta de oportunidades entre a primeira e a segunda posição que Angola ocupa na economia e o *modus vivendi* da maioria da população angolana. Fernandes (2004) ilustra estas contradições, em meio às quais os angolanos somavam, entre 2002 e 2004, cerca de 14.5 milhões de habitantes, dos quais 68% viviam com pouco mais de 51 dólares/mês e 26% viviam na extrema pobreza. Inclusive viviam, na maioria das vezes, às escuras, faltando-lhes combustível para o abastecimento de carros de forma sistemática e com preços exorbitantes. E a falta constante de gás butano, ou com preços elevados, a falta de moradia, alimentação adequada, acesso à água potável, deficiências no sistema de educação, além de um *déficit* na área da saúde, configurando sua pouca qualidade.

Os relatórios das organizações internacionais como a UNICEF, PNUD e a FAO, nos seus estudos em cooperação com o Instituto Nacional de Estatística de Angola confirmaram que, desde 1990 até 2002, ou seja, durante e após a Guerra Civil em Angola, a questão da pobreza no país é assustadora. Este cenário se estende e prevalece até os dias atuais, contabilizando cinco anos de defasagem em relação aos serviços básicos garantidores dos direitos fundamentais dos angolanos. O percentual de 70% da população angolana mergulhado na pobreza atesta tal defasagem, constatada no pronunciamento da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos). A organização afirmou que Angola precisa de uma mudança radical na estratégia política, precisando igualmente apostar na diversificação das atividades, além da extração do petróleo, para melhorar o combate à pobreza (ANGOLA –Angonotícias, 8/6/2008).

A OCDE focaliza outros desafios e outras formas de produção que sejam coerentes e eficientes na promoção de uma equidade entre as populações, já que a forma de produção atual a cada dia amplia as desigualdades sociais. Faz-se necessário uma ampla visão de desenvolvimento que inclua não só as riquezas minerais, mas também outros recursos e diversificação de outras formas de produção, como, por exemplo, na pesca, agricultura e na pecuária. Essa organização constatou que apesar da situação de paz em Angola, a indústria de petróleo ainda joga um papel muito preponderante na economia do país em relação a outros minérios, porém a contradição é exacerbada. A grande constatação é que à medida que a economia cresce, aumenta o número de pobres.

A riqueza produzida na área industrial não é acessível às populações periféricas. A falta de diálogo entre os produtores e a população implica em pobreza nacional e isso se visualiza no distanciamento entre as organizações exploradoras, exportadoras e as comunidades locais o que se resume numa economia de enclave como destaca Hodges (1999).

Pesquisas têm mostrado que são feitos investimentos altíssimos tanto na exploração como na exportação, por meio da utilização de tecnologias cada vez mais aperfeiçoadas, para a construção de plataformas, oleodutos, petroleiros. Esse investimento é extensivo à formação dos técnicos que manuseiam os equipamentos; trata-se, na maioria das vezes, de uma mão-de-obra estrangeira ou expatriada, como se afirma. É que para lidar com os setores-chave dotados de tecnologia refinada – com uma ou outra exceção – apenas os expatriados detêm o conhecimento em relação ao manuseio dos equipamentos ou à estratégia fundamental.

Segundo Hodges (1999) a plataforma angolana denominada Dália é um dos maiores projetos de desenvolvimento no campo petrolífero, possuindo reservas de mais de um milhão de barris. Suas dimensões são comparadas, aos maiores campos do Mar do Norte. Construído com um investimento de quatro bilhões de dólares, segundo a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL, 2008), Dália possui um sistema complexo de condutos flexíveis que asseguram a subida do fluido até à superfície, feitos especialmente para o projeto, o qual emprega a mais alta tecnologia do mundo.

Cumpra dizer que o projeto *Dália* é outra contradição entre tantos outros projetos implementados para exploração do petróleo, pois as questões da valorização humana acabam ficando à margem.

Conforme fora dito, registra-se em Angola, um paradoxo na obtenção dos recursos naturais, como o petróleo e a madeira, por envolver altos investimentos tecnológicos, econômicos e humanos, tendo em vista os recursos tecnológicos e mão-de-obra qualificadamente adequados e adotados.

Estes recursos naturais são exportados de forma bruta, ou seja, sem constituir um valor agregado. A madeira é exportada em toras e o petróleo, *in natura*. Isto faz com que sejam obtidos por baixo custo pelos países importadores, para retornarem, em seguida, à sua procedência desta feita com valor agregado e corporificados em produtos industrializados, a exemplo de remédios, detergentes, velas, roupas, plásticos, entre outros produtos, comercializados a preços fora do padrão econômico das populações, encarecendo o custo de vida das comunidades locais e aumentando os problemas ambientais.

Essas evidências concorrem para que muitos autores sociais questionem os destinos da África/Angola-Cabinda. Castells (1999), ao analisar as questões concernentes ao Fim de Milênio, no terceiro livro que compõe a trilogia intitulada “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura”, faz duas indagações: De Volta a África? ou adeus ao continente-berço? São indagações que nos remetem a pensar na insistência e na sistemática desumanização da África. A privação do usufruto dos direitos substanciais a essas populações periga sistematicamente sua sobrevivência na terra. Este período está entrelaçado na matriz da industrialização fundada no crescimento econômico e num processo neocolonial. O interesse para a volta ao continente-berço está com a visão neocolonial, ainda utilizando outros mecanismos, dentre os quais se destaca, como ponto principal, a corrida pelos recursos naturais como resultado à acumulação e maximização do lucro, mesmo colocando em xeque a maioria da vida das populações.

Em meio à desumanização, o adeus não é ao continente-berço; talvez seja às populações, principalmente àqueles que habitam nas áreas de exploração de recursos naturais, em troca da expansão de campos para exploração. Aconteceu no Niger, como retrata Alier (2009), economista, ecologista do mundo, e professor do departamento de Economia da Universidade de Autônomo de Barcelona, também autor do livro intitulado *Ecologismos do Pobre*.

Nos seus estudos se reporta ao relatório da Human Rights Watch de fevereiro de 1999, para constatar os conflitos ocorridos no Delta do Niger a propósito da reivindicação das populações em relação às exploradoras de petróleo, entre as companhias de petróleo, além da Shell, multinacionais como a Chevron, Agip e a Elf.

Este campo tem sido por vários anos um palco de grandes confrontações entre as pessoas que ali vivem e as forças de segurança do governo nigeriano, tendo como saldo execuções extrajudiciais, detenções arbitrárias e restrições draconianas aos direitos de liberdade de expressão, associação e reunião. Essas violações dos direitos civis e políticos têm sido cometidos principalmente como resposta aos protestos contrários as atividades das companhias multinacionais responsáveis pela produção de petróleo na Nigéria. Por outro lado, a morte do antigo chefe de estado, general Sani Abacha, em junho de 1998, e sua sucessão pelo general Abdulsalami Abubakar, resultou numa diminuição significativa de repressão desencadeada pelo general Abacha, que infligia à população nigeriana [...] Todavia os abusos contra os direitos humanos das comunidades nas quais o petróleo é produzido continuam e a situação básica no delta permanece inalterada (ALIER, 2009, p. 150).

Esses conflitos colocam o continente numa situação desabonadora em relação à matriz da industrialização e do crescimento econômico dirigido à acumulação e à maximização do lucro.

Angola, no geral, e Cabinda, em particular, são um exemplo desta matriz existente, que não dá resultados de um desenvolvimento menos excludente, e de qualidade de vida melhor para as comunidades; onde existem localidades com situação realmente desumanas e tensões constantes entre as exploradoras e populações locais, nas áreas de exploração como Fútila e Vila do Buco Zau.

Essa matriz da industrialização marcada pelo fenômeno colonial de mais de 500 anos, para muitos países africanos negou e continua negando o exercício da soberania, da liberdade e da cidadania para a maioria de seus habitantes. Sen (2000), em sua obra intitulada *o Desenvolvimento como Liberdade*, ao pensar no caso indiano, afirmou que os africanos junto aos latinoamericanos e grande parte dos asiáticos hoje constituem 80% da população mundial alijados dos benefícios do processo de modernidade e do desenvolvimento capitalista.

Segundo Castells (1999) o modelo de desenvolvimento capitalista para os africanos culminou no redesenhamento das suas fronteiras pelos colonizadores de acordo com os interesses na escravidão, e mais tarde na exploração dos recursos naturais do continente. O referido modelo exacerbou os conflitos étnicos que aguçam as disputas internas; as divisões em muitos cantos da África. Esse modelo configura um processo reforçado pelos meios de comunicação que divulgam insistentemente a imagem da destruição humana, política, social e cultural de um conjunto de povos, devido apenas a fatores endógenos. Esse é, em geral, o contexto no qual muitos países africanos insistem em buscar soberania, fortalecimento político e econômico e, sobretudo, a valorização de suas culturas.

De acordo com Sen (2000), o desenvolvimento de uma nação deve estar atrelado a políticas de saúde pública e de educação, aqui entendidas como produção de conhecimento, cujo significado assume sentido nas manifestações de respeito à habilitação dos sujeitos, à percepção das interrelações entre meio ambiente, sociedade, economia, política e cultura. Assim se desenvolveria a capacidade de reflexão, organização e crítica necessária à construção de uma realidade na qual o desenvolvimento corresponderia à garantia da liberdade dos sujeitos.

Castells (1999) alerta que se torna cada vez mais urgente o tratamento das desigualdades, da ausência de liberdade, da dominação, das questões ambientais que se expandem na modernidade. No mesmo sentido Bauman (2005) diz que esses elementos aguçam o paradoxo entre a crescente capacidade de atualização do sistema econômico e o desperdício de vidas humanas, assim como a exploração dos recursos da natureza sem uma preocupação com o esgotamento da capacidade de renovação destes. E chama a atenção para as ameaças em relação à possibilidade de continuação da espécie humana sobre a Terra.

Leff (2006a; 2006), ao escrever a “Epistemologia Ambiental” e “Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza”, discute e apresenta a necessidade de uma racionalidade ambiental, não na sua matriz e compreensão universalista; mas em função de uma racionalidade enquanto potencial criativo da humanidade, o que possibilitaria fazer da justiça a complexidade embutida na dinâmica dos sistemas socioambientais, vistos em sua articulação com a biosfera. Isto significaria combater a fragmentação das partes do todo e vice-versa, para que o vislumbre de uma emancipação social da natureza se faça possível.

Cabinda, em Angola, ilustra amplamente a realização de um modelo eurocêntrico, trazendo em sua história mais remota e recente todas as marcas próprias da negação de direitos à sua população e da exploração de seus recursos naturais de forma não racionalizada,

sem que isso signifique seu ingresso favorável na modernidade fazendo com que não haja articulação na dinâmica dos sistemas socioambientais com a biosfera.

Considerando o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, vejamos a contradição entre riquezas/IDH. Após a independência, em 1975, Angola foi reconhecida como nação; desse modo, o país passou por várias experiências, dentre as quais uma guerra civil prolongada.

Depois do processo de pacificação, em 2002, Angola caminha com passos tímidos na busca da consolidação da democracia. Isto se visualiza na criação de outros partidos políticos, na existência de outras redes de comunicação; outros jornais – não apenas os estatais – nas eleições legislativas que aconteceram em setembro de 2008; na aprovação da nova Lei de Imprensa nº 7/06 de 15 de maio, que deu lugar à abertura da primeira televisão privada em Angola – a TV Zimbo – que começou a emitir por sistema de cabo em 2009, bem como o surgimento de outras rádios, como Eclésia e Despertar, jornais: “O País”, “Novo Jornal”, “Angonotícias”, “Apostolado”, portal sapo e várias revistas. Neste momento de reconstrução nacional, a rádio, a televisão, a imprensa, constituem atualmente os principais meios de comunicação de massa.

Diante disso, precisa-se refletir sobre os conceitos de democracia, uma vez que a aplicação uniforme em diferentes contextos, principalmente o que se visualiza em países como Angola, pode acarretar riscos ou falhas na sua implementação. Portanto, é importante levar em consideração o pensamento de Sen (2000), de que a realização da democracia depende não só das regras e procedimentos que são adotados e salvaguardados, como também do modo como as oportunidades são usadas pelos cidadãos.

Menezes (2000), em *Mamma Angola: Sociedade e Economia de um País Nascente* ressalta que a abordagem sobre desenvolvimento, modernidade e recursos naturais nos países em desenvolvimento ganha cada vez mais importância em um contexto de debates sobre os limites de carga econômica, sobre o meio ambiente e, ao mesmo tempo, sobre a quantidade de pessoas que não conseguem adentrar como beneficiários no processo de modernização.

Trata-se, portanto, de um tema do qual se têm ocupado muitos cientistas sociais e economistas. Fazer a crítica do modo de desenvolvimento desses países com solos ricos em recursos hídricos, petróleo, e coberturas florestais ainda consideráveis, comparando-os com os indicadores sociais dos mesmos países, tem chamado a atenção de pesquisadores. Fernandes (2004) que estudou sobre “EUA e Angola: a Diplomacia Econômica do Petróleo” afirma que

atualmente o país é o segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana depois da Nigéria.

De 1980 a 2003 a produção de petróleo aumentou 600%, com a produção diária de 950mil (bpd), chegando em até 1,9 milhões (bpd) 2008. Estimava-se um valor de 2,5 milhões (bpd) até 2010. Essa exploração atualmente é feita na costa marítima, e principalmente, o processo de exploração, é dividido em blocos com a constituição de zonas com menos de 200 metros de profundidade (FERNANDES, 2004).

Fernandes (2004), nas suas pesquisas, confirmou que a Chevron, então Chevron-Texaco, através da Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC) operadora do Bloco “0”¹⁹, responde por 39,2% da exploração petrolífera, com as possibilidades de exploração até 2010. São explorados mais de 600 mil barris de petróleo por dia, só no bloco 0, entre mais de 23 blocos existentes. A companhia pretende investir 4 bilhões de dólares para continuar a concretizar o projeto de exploração até o ano marcado que é de 2010 (FERNANDES, 2004).

No que concerne à floresta, Buza (2006), um estudioso na área de sistemas agroflorestais, em Cabinda, constatou que cerca de 85% do território nacional é coberto de matas e savanas ficando a floresta com 6%, onde se estima existir cerca de 8000 espécies de plantas das quais 1260 são consideradas endêmicas. Dados do IDF, Instituto de Desenvolvimento Florestal, revelam que de 2002 a 2008 foram extraídos 28.788,00 m³ de madeira e plantados 2,70 hectares (ANGOLA/IDF, 2008). Se a floresta fosse racionalmente usada com os sistemas agroflorestais, um modo de utilização da floresta que oferece possibilidades de fazer agricultura com a atividade silvicultural, poder-se-ia atenuar duas situações: produção de alimentos com redução da fronteira agrícola e reduzir os efeitos do desmatamento com a exploração florestal (BUZA, 2006).

Em termos hidrográficos, Pereira (2008) no estudo “Governança da Água em Angola” constatou que *a Região da África Austral e em particular a que está enquadrada na SADC é rica em bacias hidrográficas partilhadas entre diferentes países. Angola partilha seis das Bacias da Região (Congo, Zambeze, Cunene, Cubango/Okavango e Cuvelai)*. Estudos geográficos feitos afirmam que a costa marítima é calculada em 1.650 km. Esses fatores evidenciam mais uma vez que o problema de Angola não é a falta dos recursos naturais; mas o modo como esses recursos são explorados, apropriados, distribuídos, consumidos, numa lógica que é a da racionalidade econômica do mercado, com pouca observação na

¹⁹São áreas de exploração de petróleo em Angola são subdivididas em bloco em águas profundas e em terra, ou seja, em *offshore* e *onshore*.

preservação, ponto destacado também por Buza (2009), quanto a preservação do rio Lucola, em Cabinda.

As estatísticas apresentadas pela Sonangol (2008) deixam clara a ideia de um desenvolvimento apoiado no crescimento econômico. Angola estava até antes da contenção com uma produção atual de 1.9 milhões barris por dia (mbp/d). É também o quarto maior produtor de diamantes do mundo (em valor), representando cerca de 20% da produção mundial de diamantes em bruto no ano de 2000. A Sodiam, uma empresa diamantífera de Angola, vendeu diamantes no valor de 570 milhões de dólares durante cinco meses no ano de 2008, fruto da produção de três milhões e 900 mil quilates.

Hodges (2008), em seus estudos, constatou que os recursos em diamantes de aluvião e kimberlitos concentram-se principalmente no nordeste do país onde estão sediadas as grandes exploradoras de diamantes. Desde 2006 que a produção anual de diamantes tem crescido a ritmo de 30%, o que significa duas vezes mais que o registrado nos anos de 1999 e 2000, quando as receitas chegavam apenas aos 600 milhões de dólares. Em 2007 a Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola – SODIAM arrecadou um bilhão e 200 milhões de dólares resultante da produção de 9 milhões e 400 mil quilates de diamantes (ANGOLA - Angonotícias, 21/06/2008).

Menezes (2000) comenta que, neste momento de reconstrução, Angola busca o controle da exploração dessas riquezas com vista ao fortalecimento de sua soberania, à sua modernização e à elevação da qualidade de vida da sua população, reconhecendo a existência, pelo menos ainda em tese, desse movimento. Isso se evidencia nos projetos elaborados no então Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Angola.

Para se confirmar a contradição entre o crescimento econômico em Angola e o baixo desenvolvimento social, Organizações como a OIKOS (2005), SADC (2004), UNICEF (2007), PNUD (2008) nos seus relatórios, divulgaram indicadores socioeconômicos de Angola. Nestes indicadores são avaliados e computados os seguintes fatores: educação (taxa de alfabetização e escolarização), a longevidade (expectativa de vida da população) e a renda (PIB *per capita*) seguindo a classificação do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, a saber: de 0 a 0,499 - Países com IDH baixo, geralmente países subdesenvolvidos, de 0,500 a 0,799 – Países com IDH médio, via de regra, países em processo de desenvolvimento, e de 0,800 a 1 – países de IDH alto, fazendo parte os países considerados ricos com crescimento econômico “estável”. Angola se enquadra no grupo de países com IDH baixo, sendo

calculado em 0,381 e 0,484 em 2002/2004, 2005/2007 e 2007/2009 respectivamente (QUADRO- 1).

Superfície de Angola 1.700.200 km ²	Indicadores socioeconômicos de Angola			
	Período	Classificação	Período	Classificação
	2002/2004		2005/2008	
População	14,5	162	15	161
PIB/ <i>Per capita</i> em USD\$	1.500-3.500	162	3.500 - 4.500	161
População abaixo do nível de pobreza (Panp)	68%	162	68%	161
Esperança de Vida (E. V)	41 Anos	162	45 Anos	161
Analfabetismo nas Mulheres (A.M)	72%	162	65%	161
Analfabetismo nos Homens (A.H)	44%	162	30%	161
Mortalidade Infantil (M.I)	154/1000	162	150/1000	161
Acesso à água potável (A.A.P)	50%	162	50%	161
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,381	162	0,484	161

Quadro – 1. Indicadores socioeconômicos de Angola 2002 - 2008

Fonte: Relatórios de diferentes organizações: OIKOS, SADC, UNICEF e PNUD (2002 – 2008)

Dados mais recentes apresentados no relatório do BTI (2010) apontam para seguintes indicadores socioeconômicos: de 2009 a2010, a população é estimada em 17,6 habitantes; o IDH é calculado em 0.560, pib/*per capita* de 5.163 em relação aos anos anteriores, que foi calculado em 4.500, Angola apresenta uma leve elevação no IDH não muito expressiva, embora o Produto Interno Bruto – PIB *per capita* tenha crescido três vezes mais em relação aos anos anteriores, o que daria o direito de cada angolano usufruir mais de 350 USD/mês, mas a realidade é totalmente diferente. Isto é demonstrado pelo Índice de Desenvolvimento Humano que é calculado de 0 a 1. Em Angola entre os anos 2008 e 2010, o mesmo foi calculado em 0,439 e 0,5163 ocupando a classificação nº 161º entre 174 países do mundo, o que significa que 68% da população angolana vive com pouco mais de 51 USD por mês e 26% sobrevive da extrema pobreza (QUADRO – 1).

Essa constatação se reafirma nas palavras da vice-presidente do Banco Mundial, Ngozi Okonjo, que em fins de julho de 2008 visitou Luanda e se mostrou preocupada com o

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerado bastante baixo mesmo na altura com 5 anos de paz efetiva, depois da guerra civil. Okonjo afirma que

Angola continua a registrar Índice de Desenvolvimento Humano bastante pobre, ao contrário de outros países africanos sem rendimento que permitam desenvolver ações concretas para o investimento e crescimento econômicos. Afirma também que Angola “não tem um problema orçamental”; a questão é, conforme precisou, “como usar o dinheiro disponível”. O Banco Mundial prometeu ajudar Angola, no sentido de apresentação de conhecimentos e condições para gerir melhor as suas receitas e assegurar transparência orçamental (CORREIO DIGITAL, 8/8/2008).

A constatação de Okonjo é um alerta para os governantes angolanos, dando o entendimento de que a questão não é a falta de meios financeiros; mas a gestão desses, reforçando que, enquanto não se removerem as desigualdades em termos de esperança de vida, a superação do analfabetismo, e a renda de 1 dólar/dia, o desenvolvimento econômico sem uma gestão adequada jamais fará sentido para a população.

Sen (2000) corrobora, dando sentido ao desenvolvimento como liberdade, o que requer que se removam as principais fontes de privação, da pobreza e da tirania, ausência de oportunidades econômicas, destituição social dos serviços públicos, intolerância e interferência excessiva de governos. A grande ambiguidade é que a despeito de aumentos sem precedentes na produção global no mundo atual, apenas 20% da população têm, garantidas, as chamadas liberdades substantivas (SANTOS, 2007).

CAPÍTULO II – CABINDA, BUCO ZAU E FÚTILA: DE LUGARES E CAMINHOS DE PESQUISA

2.1 UM OLHAR SOBRE CABINDA

Os povoamentos da aldeia de Fútila e da vila do Buco Zau situadas na província de Cabinda, são conhecidas como áreas importantes de exploração econômica de recursos naturais. A primeira mais identificada com a floresta e a segunda com a exploração de petróleo. A província de Cabinda possui todo um potencial que possibilitaria um desenvolvimento como liberdade como acredita Sen (2000). Vejamos: A província de Cabinda possui uma superfície de 7.300 km², com uma população de aproximadamente 300.000 mil habitantes, sendo limitada a Norte e a Nordeste pela República do Congo (ou Congo Brazzaville como é chamada essa ex-colônia francesa), a Leste e Sul pela República Democrática do Congo (ex-colônia belga) e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Como coordenadas geográficas têm-se os paralelos 4^o23' e 5^o46' de latitude Sul e os meridianos 12^o e 13^o6' de longitude.

Esta província é rica em petróleo e em seu território incide parte da maior floresta de Angola, em diversidade biológica, o Mayombe. Possui quatro municípios: Cabinda, Cacongo, Buco Zau e Belize, com três comunas cada uma (Figura – 1).



Figura – 1 – Cabinda, Angola e África.

Fonte: Adaptação do Atlas Geográfico Volume 1 Ministério da Educação, República de Angola (2008).

As atividades predominantes são a pequena agricultura e a pesca artesanal. Geograficamente é destacada do restante do território de Angola, situação que ocorreu depois do redesenho das fronteiras africanas na Conferência de Berlim, quando a norte do rio Congo (ou Zaire) foi concedida 60km do litoral aos Belgas que na época eram os colonizadores do atual Congo Democrático (ex-Zaire), passando a constituir-se no único acesso deste país ao mar. Uma área que era pertencente ao rei do Ngoio no século XV (N'GUMA, 2005). Entre as narrativas e a oralidade da história de Cabinda não existe divergência sobre o surgimento dos reinos que deram lugar ao que hoje denominamos de Cabinda, nomeadamente Ngoio, Cacongo e Loango. Surgiram do mesmo “Progenitor”, o rei do Congo com a descendência bantu. Autores como Martins (1972), N'guma (2005), Pinto (2003) acreditam que disputas familiares fizeram com que estes se deslocassem das origens e viessem ocupar a parcela de território, hoje chamado Cabinda. Por isso os três na época tributavam ao rei do Congo.

Neste sentido, não há dúvidas de que mesmo que geograficamente a província tenha se destacado de Angola, geneticamente não podemos negar a ligação clânica. Martins (1972) afirma que o reino do Loango era um dos reinos poderosos entre os três, conhecido pela sua importância econômica. A costa do Loango jogava um papel preponderante nas transações comerciais entre os outros reinos e posteriormente com os europeus.

Os portugueses designavam Cabinda por baía ou golfo das Almadias²⁰ nos anos 1616 - 1885 e é uma designação ainda existente nos mapas do Diogo Cão e de Pigafetta. Segundo Martins (1972), Almadias eram, e são, pirogas, canoas feitas de troncos de árvores escavados. Ainda hoje na baía de Cabinda navegam pescadores com este tipo de canoa. Muito antes da chegada oficial dos portugueses, afirma-se que a presença europeia já era notória, devido o comércio no litoral de Tchioua, onde se faziam trocas comerciais diversas, sendo comercializados produtos como o peixe, o óleo de palma, sal, marfim, metais e escravos. N'guma (2005) e Martins (1972) acreditam que o nome *Cabinda* foi uma invenção visto que foram os europeus a começarem a chamar assim, enquanto os nativos da região a chamavam de *Kioua* ou *Tchioua*, que significam praça ou mercado onde ocorrem as trocas comerciais.

Para Nguma (2005) e Martins (1972), essa invenção parte da aglutinação da última sílaba da palavra *mafuca*, título de cavalheiro ou dignatário do reino do Ngoio que

²⁰ Almadia é uma palavra de origem berbere e significa também piroga, designação para canoa feita de tronco escavado.

cuidava dos negócios da monarquia e N´Binda, nome próprio do titular da função, formando assim, Kabinda, mais tarde Cabinda. Para alguns autores portugueses, o termo é derivado do signatário do Ngoio. Historicamente, a região de Cabinda é constituída pela etnia Bakongo, originária da atual Mbanza Kongo (antiga Kongo-Dia-Ntotela), provenientes do reino do Kongo e são subdivididos em Bawoio, Bakuakongo, Bakoki, Bavili Balinge, Baiombi e Bassundi, cujas línguas faladas são do tronco comum, o kikongo.

Pinto (2003) diverge no que concerne à origem do vocábulo cabinda, explicando-o por meio da vertente etnolinguística. No seu pensamento, considera que nas línguas bantu, principalmente o kikongo e o kimbundo, o radical *mbinda* e o prefixo *ka* assumem significados específicos. *Mbinda* (ou *Mbenda*) é sinônimo de *sanga*, *disanga* ou *zanga*. É um substantivo que designa os recipientes de água ou as baías, acrescido do prefixo *ka*, aqui na qualidade de pronome possessivo. Transformar-se-á em adjetivo, passando a ser *kambinda* (*ka mbinda*), isto é, relativo à baía ou «da baía». Para o autor o termo é aplicável, evidentemente, aos indivíduos naturais do local. Nesta última circunstância o prefixo *ka* será uma abreviatura de *muku* a «natural de» em *kimbundu* ou de *úngu* a «natural de » em *kikongo*. Então, o autor afirma que:

Cremos, pois, que a palavra Cabinda designava, por isso, toda a baía onde se situava o porto africano Pré-colonial de tchioua, chamado Porto Rico pelos europeus no período subsequente do tráfico de escravos para o continente americano. A este último nome, no entanto, impõe-se, por antonomásia, o da própria Baía, Cabinda, quer na terminologia africana, quer na terminologia europeia, sendo ouvido e utilizado por Battel²¹ já em finais de século XVI e início do século XVII. Com o tempo virá a ser aplicado não apenas ao porto, mais também aos territórios limítrofes e mesmo às suas populações (PINTO, 2003, p. 98).

Diante da sua importância econômica e comercial, os seus reinos eram submetidos à administração portuguesa, o que resultou dos chamados tratados de Protetorado, celebrados entre representantes da coroa portuguesa e as autoridades africanas. No intervalo de 1883 e 1885 foram realizados cinco tratados com os antigos reinos de Loango, Kakongo e Ngoio, por serem considerados territórios independentes e soberanos na época, razão por que não tinham compromissos com outras potências para além de Portugal. Fazem parte destes tratados os Protetorados de Chifuma (1883), de Chicamba (1884), e os de Fútila, Moanda e Simulambuco (1885). No entanto, uns foram feitos antes da Conferência de Berlim e outros depois. Todos

²¹ Inglês, a serviço de Portugal, Batel permaneceu 27 anos em Angola (1589-1616) e desempenhou várias missões, encarregado pelo governo.

esses tratados tinham como ponto comum a proteção do governo de Portugal aos reinos já mencionados. Pinto afirma que, do ponto de vista formal, os tratados de Chifuma, Chicambo, Simulambuco, Fútila e Moanda

[...] consistiam, efetivamente, em tratados de protetorado tal como as legislações e as doutrinas jurídicas ocidentais já então os definia. Distinguir-se-iam dos pactos de vassalagem porquanto não vinculavam nenhuma das partes a qualquer obrigação de natureza tributária em relação a outra. Apresentavam, portanto, a forma de acordos escritos entre estados soberanos mediante os quais o Estado «protetor» se obrigava a proteger o outro, estado, o «protegido», contra eventuais agressões ou outras violações do “Direito Internacional” mantendo o Estado protegido a sua soberania interna e mesmo a sua soberania externa, muito embora no exercício desta devesse ser representado pelo estado «protetor»²². “Os príncipes e os demais chefes do país, e seus sucessores declaram, voluntariamente, reconhecer a soberania de Portugal, colocado sob o protetorado desta nação todos os territórios por eles governados». O aspecto importante a sublinhar é que se prescreve um reconhecimento da soberania de Portugal pelos chefes de Estados africanos e não a submissão destes a essa soberania (PINTO, 2003, p. 262).

Pinto (2003), Martins (1972) e N’Guma (2005) convergem na posição de que todos esses tratados contêm a fórmula de reconhecimento da soberania de Portugal e de oferecer o seu território para que este fosse protegido de outros colonizadores. Estes tratados tinham como objetivo ajudar Cabinda a recuperar do marasmo financeiro sofrido com o colapso do tráfico negreiro e da marginalização a que se observou no monopólio comercial das feitorias europeias, sobretudo britânicas. É nesta conformidade que o mais radical nativista de Luanda denominado José de Fontes Pereira, reclamava a substituição do protetor português pelo protetor britânico com a argumentação de que a sua política, convinha às aspirações angolanas, de participar livremente do comércio internacional, nomeadamente com o Congo. E então, por que não incluir Cabinda entre eles?

Os tratados, para os portugueses, eram mais para fundamentar as suas estratégias de dominação colonial e uma garantia legal de domesticação dos “Bons Selvagens de Cabinda”. Logo depois de criada a República de Angola, Cabinda, ao ser considerada automaticamente uma província do país, levou o movimento independentista a utilizar todos esses tratados para justificar a sua independência de Angola. É assim que, para estender a paz

²² A situação de protetorado resulta de um acordo entre estados soberanos, e não determina a perda da personalidade internacional do estado protegido, que, todavia, sofre importantes limitações na sua capacidade de agir na esfera internacional. Dá-se uma cisão entre a capacidade de gozo e de exercício, ficando esta confiada ao estado protector (Pereira & Quadros, apud PINTO, 2003).

até Cabinda, o governo angolano e os integrantes do Fórum Cabindês para o Diálogo, assinaram um Memorando de Entendimento e de Paz para Cabinda, em 1 de agosto de 2006, atribuindo assim um estatuto especial para a província de Cabinda (ANGOLA/Diário da República, 2007). Este é mais um dos problemas herdados da maneira como o antigo reino do Congo, e mais tarde Angola, foi articulado ao projeto ocidental moderno através da colonização portuguesa.

A importância econômica de Cabinda no contexto nacional consiste, especificamente, no fato de ser considerada a maior fonte de extração de petróleo e lá está localizada a Reserva Florestal do Kakongo (Mayombe). São 290 mil hectares de floresta tropical rica em espécies como o pau-preto, o pau raro, o pau ferro, o sândalo, entre outras, além de uma fauna diversa, contendo animais como chimpanzés, gorilas e elefantes, sob ameaça constante da extração ilegal da madeira.

Veamos alguns indicadores, começando com a exploração de petróleo. A indústria petrolífera em Cabinda é representada por multinacional que paga taxas de exploração de petróleo ao governo. A Chevron-Texaco, através da sua subsidiária, a Cabinda Gulf-Oil Company, operadora do Bloco 0, é associada (*joint venture*) à Sociedade Nacional dos Combustíveis de Angola - Sonangol, participando com mais de 80% dos interesses. As outras petrolíferas também lá presentes são a Total com 10% dos interesses e a Agip com 9,8%. Segundo Fernandes (2004) e BBCA (2008), a produção de petróleo no ano de 2004, no Bloco 0, correspondente à exploração *off-shore* de Cabinda em cujo raio de influência se encontra a aldeia de Fútila, foi de aproximadamente 400 mil barris/dia, o que representa cerca da metade do total de barris produzidos em Angola, calculados em 989 mil barris/dia (SONANGOL, 2008). A Figura – 2 apresenta as áreas de exploração de petróleo em Angola com destaque para Cabinda.

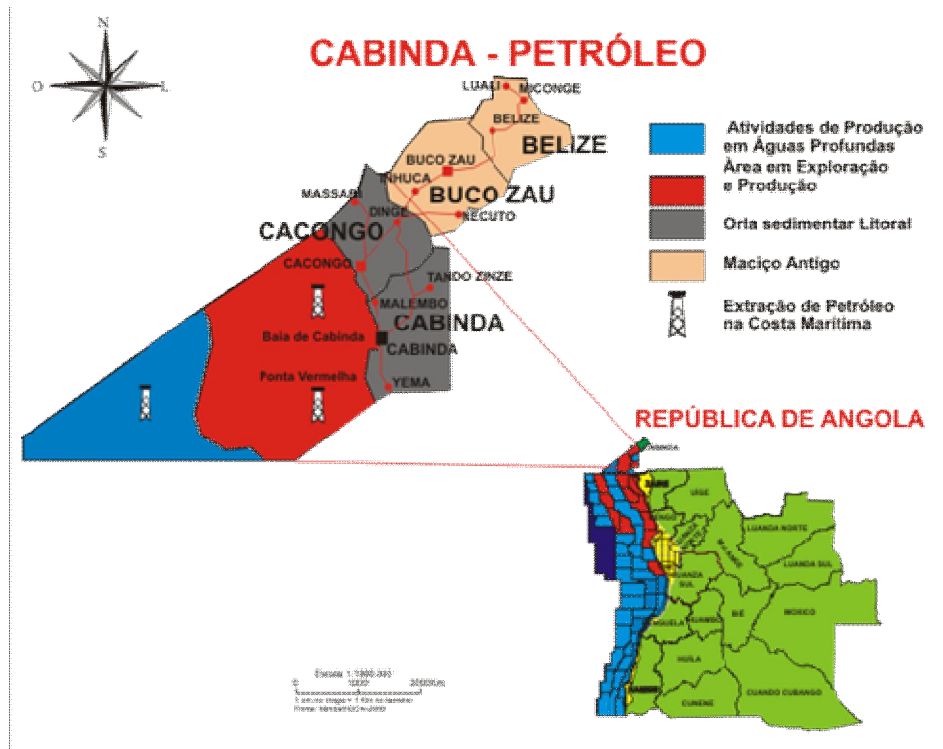


Figura 2 - Mapa da área de exploração de petróleo em Cabinda

Fonte: Adaptação do Atlas Geográfico v. 1. Ministério da Educação, República de Angola (2008)

Quanto ao setor madeireiro – apesar de a área florestal de Cabinda ser uma das menores em tamanho em relação às outras províncias, segundo informações do Instituto de Desenvolvimento Florestal, mediante citação feita por Buza (2010, p.26) – no período de 1990 a 1995, Angola exportou cerca de 840.403 m³ de madeira, cabendo a Cabinda a responsabilidade por 33,94%, cerca de 285.254 m³. Esse volume foi oriundo majoritariamente do Mayombe. Enquanto Cabinda atingia a média anual de exportação de 57.050,80 m³ de madeira, as restantes províncias juntas exportavam em média, por ano, 111. 029,8 m³, totalizando naquele período 555.149 m³ de madeira. A Figura 3 demonstra as áreas de exploração florestal no Mayombe, especificamente no município de Bucu Zau.

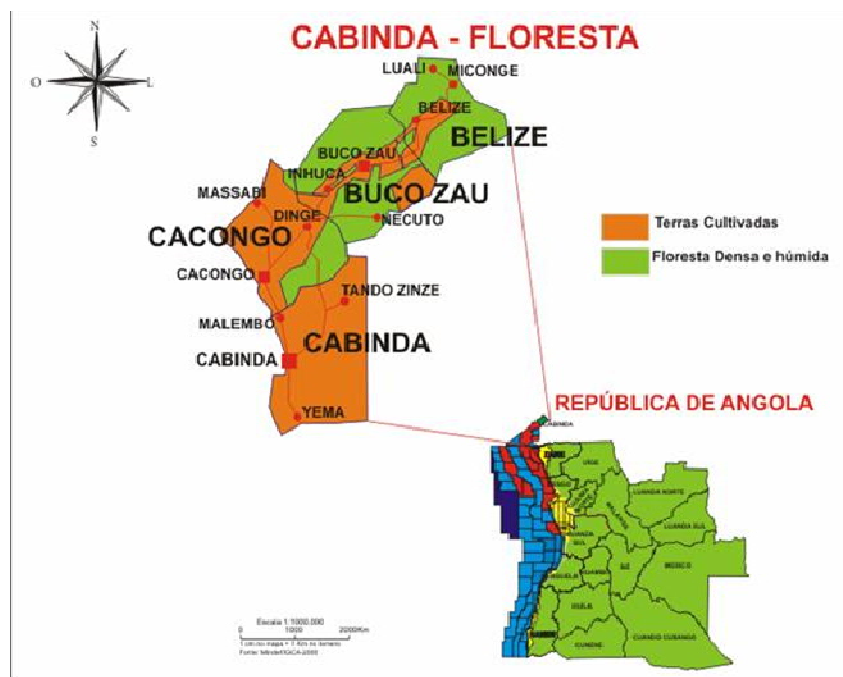


Figura 3 - Mapa demonstrativo da área de exploração florestal/madeira no Buco Zau

Fonte: Adaptação do Atlas Geográfico v. 1. Ministério da Educação, República de Angola (2008)

2.1.1 Fútila: alguns traços

Dois municípios de Cabinda abrangem a área de exploração de petróleo. Cabinda e Cacongo. Nossa pesquisa voltou-se para a aldeia ou localidade de Fútila, por ser a que se encontra no centro da área de exploração. A localidade pertence à jurisdição da comuna de Malembo, território do município de Cabinda, a sede da província.

Malembo fica a 18 km da capital Cabinda. Segundo relatos das populações, Malembo não existia como comuna; era uma planície, embora já existissem pequenas aldeias distantes umas das outras nomeadamente: Ngonvu, Iluala e Ichiala. As deslocções entre aldeias eram feitas a pé; com a chegada dos colonizadores essas populações foram pressionadas a chegar mais próximo da planície para facilitar o contato. Assim formou-se uma única aldeia: a de Malembo.

Dizem as narrativas que os portugueses queriam que tal aproximação fosse feita de forma rápida; porém, as populações o fizeram de forma paulatina, ou seja *devagar, devagar*, o que significa em *uoio, malembe malembe*, cuja pronúncia, pelos portugueses era

Malembo ao invés de *Malembe*. Foi assim que o termo permaneceu sem nenhum significado em *uoio*, com a fusão das três aldeias já mencionadas.

Elevada ao estatuto de comuna com a independência nacional, conta com 14 aldeias e uma população estimada em 6.408 habitantes. Todas as atividades administrativas se centram na sede da comuna, na localidade do Malembo. O maior empregador da comuna é a função pública com 1,1% contra 0,90% da empresa petrolífera e 90,80% de camponeses, pescadores, comerciantes informais ou desempregados. Como se observa, nem a função pública nem a Chevron absorvem essas populações para o emprego, razão por que as atividades como pesca artesanal e agricultura familiar ainda são predominantes.

Fazem parte de suas manifestações culturais o *tchicumbe*, ritual de iniciação e passagem para a puberdade para as meninas, a circuncisão para os meninos, sendo ainda mantida de forma tímida, o alambamento, uma espécie de dote para o casamento. É predominante o uso da língua *uoio*, tendo como religião absoluta a cristã, com predominância para a católica, seguida da evangélica protestante.

O ponto principal de observação foi a aldeia de Fútila, a 15km da cidade capital de Cabinda, e a menos de 50 metros da entrada para o campo petrolífero do Malongo, onde opera a Chevron. Situa-se entre as localidades de Buco-Mazi e Malembo, ambas pertencentes à jurisdição da comuna de Malembo. Fútila tem a população estimada em 1848 habitantes. Ela surge da mistura de povoações que eram consideradas pequenas aldeias: Nuvo, Ikocondi Sandi, Ntevelele e Tchimanha. A mistura foi feita na aldeia de Ntevele, porque se localizava perto do mar, logo devido à abundância de pescado. Segundo as afirmações dessas populações, tinha vezes que não era necessário pescar; o próprio mar já lançava o peixe na beira, dada a força das ondas. Como o peixe era o meio principal de sobrevivência dessas populações, se usava como provérbio popular, na língua *uoio*, "*Mun, fu, ti, lia*" significando que "*vivemos ou dependemos do peixe para manter a sobrevivência*".

Segundo a cultura oral da maioria da população, os europeus não conheciam a língua local e, por isso, imitavam os nativos dizendo *Fu-ti-la* ao invés de "*Mun fu ti lia*". A imitação europeia prevaleceu e, assim, a aldeia passou a ser chamada até hoje. É apontada como tendo sido fundada em 1928, como uma aldeia litorânea com praias privilegiadas e de terra fértil para o plantio. Por isso, as principais atividades são a pesca, a agricultura, o

extrativismo e a criação de animais. Sua paisagem é coberta de palmeiras com a população predominante de Bakongo com uma cultura predominante banto.

2.1.2 Buco Zau: alguns traços também

A área de exploração florestal envolve especificamente os municípios de Buco Zau e Belize. Deste modo, optou-se pela vila do Buco Zau como centro desta atividade para se fazer o estudo. Buco Zau é designação que provém do *Kyombe*, origem do nome dado ao antigo rei do Matchionzo, que se chamava Mambuco-Zau. A segunda palavra significa elefante em *kyombe*. Era uma área abundante de elefantes, o que ainda se registra hoje, mediante os relatos de conflitos entre o homem e essa espécie ameaçada de extinção. A conjugação do nome do rei com a abundância de elefantes levou a denominar a localidade de Buco Zau, nome atribuído também à sede do município, que possui três comunas²³, nomeadamente a sede do município, Necuto e Inhuca. Possui ainda nove regedorias, a saber, Bata-Mamanha, Micumas, Bembo-bote, Cata-buangas, Chionzo; Conde Grande, Panga-Mongo, Cungo-Butuno e Caio contene, das quais fazem parte 25 sobados e 144 aldeias (BUZA, 2006).

A regedoria, liderada por um regedor, é uma estrutura do poder tradicional que serve de elo de comunicação entre o poder público e as comunidades rurais, sendo auxiliados por sobas que também são autoridades tradicionais e líderes de aldeias. Sobado é a área de jurisdição de um soba. A estrutura organizacional, os pontos focais das comunidades são parte das responsabilidades das autoridades tradicionais – Regedores e Sobas (Ilustração – 1).

O município hoje conta com um hospital em construção, dois postos médicos, dez postos de saúde, 58 escolas do 1º nível, três do segundo e terceiro níveis e uma instituição de Ensino Médio. Com 40.000 mil habitantes a função pública é o maior empregador no município, com 889 trabalhadores, cerca de 2,22% da população. A maioria da população local se ocupa da agricultura e criação de animais, quer como atividades principais ou para aumento da renda.

²³ A Comuna é dirigido pelo um administrador comunal e integra a terceira estrutura administrativa territorial do governo em Angola (províncias, municípios, comunas). Subordina-se, portanto, à estrutura municipal e esta à provincial, o que corresponde no Brasil à competência estadual.



Ilustração 1 – Encontro com as autoridades tradicionais em Buco Zau
 Fonte: Acervo CANGA, J. - 2009

Priorizou-se na pesquisa a comuna-sede especificamente a vila de Buco Zau, onde atua a empresa Abílio de Amorim, importante empresa madeireira. Conforme nos relatou os locais e os dirigentes das empresas o número de habitantes tanto da vila de Buco Zau quanto de Fútila envolvidos nas atividades de exploração de madeira e/ou petróleo é muito pequeno.

2.2 INTERLOCUTORES, COM QUEM CONVERSAMOS, E PASSOS DA PESQUISA

As pessoas que foram autorizadas pelos dirigentes locais às conversas e à aplicação de questionários residem nas localidades próximas à exploração de petróleo e à de madeira na província de Cabinda, na sua maioria camponeses, pescadores e um número mínimo de trabalhadores da Chevron-Texaco, de empresas madeireiras muita das vezes em serviço temporário, recrutados no processo de corte e funcionários públicos e privados.

Para preservar a identidade dos interlocutores, eles são por mim identificados pelos seguintes pseudônimos: Macinga, Zola, Zuzi, Makololo, Zila, Muinda, Tzaka, Luzolo, Malalo, N'sunda, Nguvulo, Chicombe, Umbu, Maciala, Malila, Vela, Simba, N'lando, N'zau, Biuoco, N'gombe, Mueno, Meno, N'kula, Mamboma, Mavinga, Mabilia, N'zenga, Muila e N'zongolo.

Do questionário aplicado, 90% das questões foram respondidas indicando que a abordagem da pesquisa atendeu aos objetivos do estudo. A estratificação das pessoas, que representaram as comunidades de Fútila e da Vila de Bucu Zau, foi feita através da mediação feita pelos dirigentes das comunidades e das entidades do Estado. Sem a autorização destes o acesso aos habitantes locais torna-se difícil. Nomeadamente, a Coordenação da Aldeia de Fútila, para essa localidade e a Administração Municipal do Bucu Zau para esta vila. Os critérios utilizados não nos foram revelados. Sendo uma pesquisa de cunho especificamente qualitativo, neste universo de 30 interlocutores, trabalhou-se com as suas narrativas, às quais foram atribuídas falas. Para este caso, significa que as perguntas foram abertas, o que possibilitou o agrupamento das respostas por categorias. Dentro de 15 perguntas feitas obteve-se cerca de 335 respostas, convergentes e divergentes, fruto das especificidades de cada comunidade.

As idades das pessoas indagadas, pertencentes às comunidades variaram entre 24 e 86 anos, fazendo parte das etnias Bauoio e Bakochi no Fútila e Bayombe na vila de Bucu Zau. A renda familiar média é de 50USD/mês, cerca de 1 dólar/dia. Assim, a apresentação ou caracterização dos interlocutores vai limitar-se às suas origens etnolinguísticas, renda familiar média por mês, ocupação, faixa etária, nível de escolaridade e gênero.

Para favorecer triangulações e cruzamento dos dados dos relatórios das empresas, dos programas do governo, dos registros fotográficos, das observações diretas, das conversas informais, das respostas dos interlocutores com as dos responsáveis e dirigentes de empresas, madeireira e petrolífera, pela Chevron contou-se com três pessoas, sendo um que atua na área de serviço à comunidade como supervisor de área, outro nos serviços administrativos na área de recursos humanos e um terceiro, supervisor da área de conservação da biodiversidade. Pela empresa madeireira Abílio de Amorim ouviu-se um dos sócios-gerentes, que se ocupa da administração.

A Tabela 1 mostra os três grupos etnolinguísticos que habitam as duas áreas de pesquisa, sendo que na aldeia de Fútila se encontram os Bauoio e Bakochi e na vila de Bucu Zau os Baiombe.

Localidade	Boiombe			Bauoio			Bakochi			Total		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Fútila				5	8	13	2	0	2	7	8	15
(%)						86,6			13,4			
Buco Zau	15	0	15							15	0	15
(%)			100									
Totais	15	0	15	5	8	13	2	0	2	22	8	30

Tabela 1. Origem etnolinguística dos sujeitos da amostra – Interlocutores – 2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Entre os residentes no Fútila, 13 são Bauoio e 2 Bakochi, a diferença entre estes dois estratos etnolinguísticos é mínima, na medida em que praticam as mesmas atividades ancestrais e mantêm a mesma cultura. Na vila de Buco Zau, representada por um único grupo etnolinguístico, no total de 15 questionados, não existe diferença entre eles. Pode-se estabelecer diferenças entre os Baiombes, os Bauoios e os Bakochi, observando que estas ocorrem não apenas no aspecto geográfico.

Os Baiombes são os habitantes da floresta, e os Bauoio e os Bakochi habitam o litoral. Em termos de atividades, nos Baiombes predomina a atividade extrativista e a agricultura. Embora existam rios, a atividade pesqueira é pouco praticada atualmente. Já entre os Bauoios e os Bakochi predomina a pesca e a agricultura. O extrativismo em pouca escala.

Os três grupos fazem uso da medicina tradicional por meio da ingestão de ervas, dentre outras. Já a prática de rituais e outras manifestações culturais se fazem presentes nos três grupos, com diferentes intensidades. Tem-se que o único rito com predominância entre os Bakochi e os Bauoio é o de iniciação nas meninas, denominada de *tchikumbi* ou *ikumbi*.

Quanto ao aspecto *renda familiar*, foi possível estabelecer três classes, considerando que o salário mínimo atual em vigor no país é superior ao equivalente à 50,00USD/mês e inferior ao 100,00USD/mês. Optou-se em utilizar o dólar como referência, uma vez que, também localmente esta é uma moeda comumente usada nas transações comerciais de forma legal, embora a moeda nacional seja o kwanza²⁴.

²⁴ Moeda de Angola. 100 kwanzas equivale 1,08 dólares.

Assim, a 1ª classe é de baixa renda, cujos valores são menores de 100,00USD/mês. A segunda classe é de média renda, entre 101,00 a 150,00USD e a de alta renda, acima dos 150,00USD/mês (Tabela 2).

Localidade	<100 - Baixa			100 - 150 - Média			> 150 - Alta		
	Fr	%	F	Fr	%	F	Fr	%	F
Fútila	9	30	8	4	13,4	0	2	6,7	0
Buco Zau	9	30	0	6	19,9	0	0	0,0	0
Totais	18	60	8	10	33,3	0	2	6,7	0

Tabela 2. Renda média familiar por mês em \$USD dos interlocutores - 2009
Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Levando em consideração as rendas informadas e constantes na Tabela 2, quanto aos entrevistados, 60% deles afirmaram ter a renda baixa pelo fato de ter suas atividades diretamente ligadas à pesca, à agricultura ou a atividade florestal serem vulneráveis no momento atual.

Dos 33,3% que se situam na faixa de renda média, fazem parte alguns funcionários públicos e os marceneiros. Os outros dois – contabilizados como 6,7%–que se situam na renda alta são os trabalhadores da petrolífera. Importa apontar que a renda advém das atividades de pesca, de atividades agrícolas, florestais, prestação de serviços mediante ofícios, a exemplo de marceneiros, funcionários públicos ou funcionários da iniciativa privada, conforme ocorre no caso daqueles que trabalham na Chevron (Tabela 2).

Essas constatações vêm reafirmar, na prática, a questão levantada por Fernandes (2004), quando demonstrou que em meio à estimativa dos 15 milhões de habitantes, 68% vivem com 51 dólares/mês e 26% vivem na extrema pobreza. Aspecto importante é que, quer em Fútila como em Buco Zau, a classe de renda baixa foi a mesma com 30%; todavia, dos 30% do Fútila, 8 são mulheres, ou seja 26,6%, o que sugere que provavelmente nesta localidade, mais próxima da zona urbana, as possibilidades de renda sejam mais acessíveis, dadas as oportunidades de ocupação, geradas pela maior diversidade de ofertas/demandas, conforme Tabela 3.

Ocupação	Fútila			Buco Zau			Total		
	Fr	%	F	Fr	%	F	Fr	%	F
Marceneiro				4			4	13,4	
Agricultor	7		7	7			14	46,6	7
Atividade florestal				2			2	6,7	
Pescador	5						5	16,6	
Funcionário Público	1		1	2			3	10,0	1
Atividade petrolífera	2						2	6,7	
Totais	15		1	15			30	100	8

Tabela 3. Ocupação dos interlocutores - 2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Como afirmei sobre a atividade ancestral, ela é predominante nas duas áreas de pesquisa. Portanto, dentre os questionados, são 25, cerca de 83,3%, os que praticam essa atividade; os outros 16,7% estão distribuídos entre a função pública e atividade petrolífera (Tabela 3).

É visível que uma extrapolação destes dados leva-nos a entender como a agricultura no Buco Zau, assim como a pesca no Fútila, ainda possui importância na ocupação e obtenção de renda de seus habitantes.

Quanto às idades, ou faixas etárias, elas abrangem dos 24 anos até 86 anos de idade. Para efeito deste estudo, foram estabelecidas seis faixas etárias (Tabela 4). Assim, observa-se a ausência de jovens, estando a faixa de 24 a 30 anos com 20%. Maior presença percentual constata-se na faixa etária de adultos denominados de meia-idade, na faixa dos 41 – 50 anos de idade com 30% representados.

A terceira idade, acima dos 61 anos, ainda se faz representar com um indicador igual ao dos jovens, com 20%. Urge aqui uma preocupação com a reforma por idade ou assistência social de velhice ainda não existente para aqueles que não tenham recolhido a devida contribuição para a segurança social, uma discussão aberta e atual no país.

A Tabela 4 demonstra, igualmente, que, quanto mais distante dos grandes centros urbanos, maior é a dificuldade de permanência dos jovens; o êxodo desse grupo etário leva os mais velhos a continuarem trabalhando para sobreviver. O trabalho feito por Buza (2010) aponta na mesma direção a realidade de mais velhos acima de 50 anos em atividade principalmente a florestal. Isso em um país onde 70% da população situa-se abaixo da linha de pobreza, e cuja expectativa média de vida, em 2005/2008 quando passaramos 45 anos, com uma leve subida para 47 anos de 2009/2010, constatar-se pessoas além de 50 anos ainda trabalhando significa condição de vida muito degradada.

Faixa etária	Fútila			Buco Zau			Total		
	Fr	%	F	Fr	%	F	Fr	%	F
24 – 30 anos	3	10,0	1	3	10,0		6	20,0	1
31 – 40 anos	4	13,3					4	13,3	
41 – 50 anos	3	10,0	3	6	20,0		9	30,0	3
51 – 60 anos	3	10,0	3	2	6,6		5	16,6	3
61 – 70 anos	1	3,4		2	6,6		3	10,05	
Acima dos 71 anos	1	3,4	1	2	6,6		3	10,05	1
Totais	15		8	15			30	100	

Tabela 4. Faixa etária dos interlocutores - 2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Os dados da faixa etária mantêm uma forte relação com outro indicador de caracterização: o nível de escolaridade (Tabela 5). Cerca de 30%, todos eles em Buco Zau, são analfabetos. Considerando que o Ensino Fundamental é obrigatório, logo se observa que 66,6%, todos adultos, estão abaixo desta exigência e direito legal. Entre as mulheres no Fútila, os indicadores apontam para uma distribuição razoável.

Importa destacar que este indicador é um daqueles que influenciam o IDH. Se ele é baixo e cerca de 30% daqueles com quem conversamos são analfabetos, cumpre reportar-se ao que é constitucionalmente estabelecido no número 1 do Artigo 79º: "O Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efectivação, nos termos da lei" (ANGOLA, CONSTITUIÇÃO, 2010), para observarmos a distância entre o que legalmente está instituído e o que concretamente nos oferece a realidade de vida das pessoas. E se consideramos os

dados do relatório da OIKOS (2008), no qual se apresenta 65% mulheres e 30% homens analfabetos no país, é indubitável o distanciamento das populações do usufruto da riqueza produzida no país.

Faixa etária	Fútila			Buco Zau			Total		
	Fr	%	F	Fr	%	F	Fr	%	F
Analfabeto				9			9	30,0	
Alfabetizado	4		1				4	13,3	1
Ensino primário	3		2				3	10,0	2
Frequência do Ensino Fundamental	4		3				4	13,3	3
Frequência do Ensino Médio	4		2	4			8	26,6	2
Ensino Médio concluído				2			2	6,8	
Totais	15		8	15			30	100	

Tabela 5. Nível de escolaridade dos interlocutores - 2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Em termos religiosos, nas duas áreas as pessoas afirmaram estar seguindo a religião cristã. Em Fútila, com uma presença absoluta da cristã católica (100%) dos interlocutores e no Buco Zau com a predominância dos que afirmaram seguirem igrejas cristãs evangélicas (93,3%). De um modo global, os percentuais contabilizam 53,3% de representantes católicos e 46,7% de evangélicos (Tabela 6). Cumpre ressaltar que a categoria de evangélicos engloba diferentes denominações, como por exemplo, da Igreja Evangélica de Angola, Aliança Batista em Angola, Igreja Batista em Angola, dentre outras.

Faixa etária	Fútila			Buco Zau			Total		
	Fr	%	F	Fr	%	F	Fr	%	F
Cristã católica	15		8	1			16	53,3	8
Cristã evangélica				14			14	46,7	
Totais	15		8	15			30	100	

Tabela 6. Grupo de fé religiosa dos interlocutores - 2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

A predominância da Igreja Católica no litoral se deve ao fato de esta ter sido a religião do colonizador. Porém, segundo Costa (s/d), com a chegada do protestantismo os habitantes da floresta aderiram às diversas denominações evangélicas; é o caso da vila de Bucu Zau considerando que no momento da colonização havia maior espaço para as missões protestantes e evangélicas no interior, pois a Igreja Católica era considerada como oficial, do colonizador e as suas missões se concentravam no litoral. Embora na Vila de Bucu Zau esteja em construção um grande templo para a Igreja Católica, registrou-se aí entre os interlocutores, uma maior adesão da população à Igreja Evangélica. Certamente a construção deste templo pode indicar outra característica cultural que, nos limites desta pesquisa, não se conseguiu até este momento captar.

De posse de todas as informações coletadas estabeleci categorias que me serviram de eixos de discussão. A título de uma breve revisão conceitual, categoria é a operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação, seguida de um agrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos. Assim, categoria é como certo número de sinais da linguagem, que representam uma variável na teoria do analista (FRANCO, 2003). Neste sentido, uma categoria é habitualmente composta por um termo-chave que indica a significação central do conceito que se quer apreender, e de outros indicadores que descrevem o campo semântico do conceito.

Em se tratando do caso do Fútila e da vila de Bucu Zau, autores como Costa (s/d) em “Filosofia Tradicional do Casamento no Mayombe”, Milando (2007) em “Desenvolvimento e Resiliência Social em África: Dinâmicas Rurais de Cabinda-Angola”, Buza (2010) em “Exploração Florestal no Mayombe”, estão sendo aqui considerados.

A pesquisa qualitativa, baseada em estudo de caso como método, será o pano de fundo deste trabalho. Este método possibilitará a descrição e a compreensão das contradições estabelecidas entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social das comunidades da aldeia de Fútila e da vila do Bucu Zau.

O estudo de caso como método procede de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada, quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos vários fatores diferenciados. Yin (1994, p.13) define “estudo de caso” como uma pesquisa com base nas características do fenômeno em estudo baseado num conjunto de

fatores associados ao processo de recolha de dados, seguido de estratégias de análise dos mesmos. Já Goldenberg esclarece que:

[...] estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade (GOLDENBERG, 1999, p.33).

Contextualizando com o objeto de investigação ora em pauta, dir-se-ia que a questão do desenvolvimento, tal como é vista no pós-guerra em Angola, é pouco aplicável às populações Fútila e da vila de Buco Zau. O caso dessas duas localidades é referente à ausência de todo um conjunto de elementos operacionais que este conceito abarca ao ser aplicado aos direitos substantivos. Fome e miséria são fenômenos entre as famílias das duas localidades. O outro caso a ser considerado respeita ao lugar em que estão situadas as duas localidades em estudo, qual seja em áreas de exploração de recursos naturais em constantes tensões territoriais entre as empresas exploradoras e as pessoas que ali habitam.

Já que a construção do objeto de estudo procede da experiência de vida, recorro à abordagem narrativa na perspectiva de recuperar histórias compartilhadas pelo pesquisador e pelos interlocutores. Compartilhamento esse que agrega valor às experiências vividas por todos, embora em alguns momentos tais vivências tenham-se diversificado. Nas 355 respostas dadas ao questionário feito, percebo-me e me revejo na compreensão dos informantes e demais populações das localidades. Por isso que a minha trajetória de vida como angolana tem sido o marco para constituir o objeto de pesquisa.

Se estamos narrando, revivemos, estabelecemos previsões, esperamos, nos desesperamos, cremos, duvidamos, planificamos, revisamos, criticamos, construímos, aprendemos etc. Vivemos por meio de narrativas(CANGA, 2007). É nestas abordagens que nos desafiamos a descortinarcaminhos que possibilitem desconstruir e reconstruir algo novo, por meio da subjetividade e fragmentos das histórias vividas pelos interlocutores desta pesquisa que, apesar de ser feita entre 2008 a 2009, abrange um universo temporal de análise de 2002 até 2010. No período em questão, foram feitas coletas de dados que foram sistematizadas em quadros e estabelecidos em níveis de análise a saber:

- a) Análises de conteúdo nas mídias angolanas governamentais e privadas que noticiam sobre a exploração e exportação dos recursos madeiros e petrolíferas e sobre o crescimento econômico e da reconstrução nacional;
- b) Análise de registros fotográficos que foram efetuadas na aldeia de Fútila e na Vila de Bucu Zau para constatar de forma prática as contradições do desenvolvimento e modernidade com incidência na exploração e exportação de recursos naturais;
- c) Foram feitas entrevistas informais e não-estruturadas aos habitantes e líderes das duas comunidades, como sobas, regedores, e representantes administrativos, abordando assuntos ligados ao *modus vivendi* das populações e a relação com as indústrias de exploração;
- d) Utilizou-se a observação direta e indireta na recolha de informações aleatórias nas duas localidades, objetivando identificar o enfrentamento das populações nas formas de produção, de organização social e nas mutações ocorridas ao longo da exploração dos recursos naturais;
- e) Foram feitas entrevistas semiestruturadas com um representante da empresa Abílio de Amorim, uma das empresas de exploração madeireira na Vila de Bucu Zau e com três representantes da Chevron, sendo um da área social, outro da área ambiental e um terceiro ligado aos recursos humanos. As questões incidiram sobre a existência de projetos de desenvolvimento relacionados às obrigações socioeconômicas e ambientais das populações;
- f) Foi aplicado um questionário de quatro blocos de questões, a 30 indivíduos, sendo 15 para cada comunidade. Aqui eles designados como informantes, levando em consideração aspectos, como idade, nível de escolaridade, ocupação, renda, religião, etnia e sexo. Trata-se de um recurso que favorece a obtenção de uma maior percepção das comunidades, permitindo uma discussão que vai se cingir na qualificação das informações cedidas e não na quantificação. As perguntas para o questionário foram divididas em 4 blocos.

No primeiro bloco, procuramos saber quais as mudanças culturais visualizadas nas duas áreas de pesquisa, com a presença de uma empresa multinacional para Fútila e com a indústria madeireira em Buco Zau, e quais os saberes e práticas tradicionais podem ainda estar sendo valorizados; no segundo bloco, perguntou-se sobre os benefícios sociais: oportunidades de ocupação, emprego, na educação, saúde, habitação, saneamento, água potável etc.; o terceiro bloco cingiu nas questões ambientais e o quarto bloco focalizou as questões de políticas públicas, como organização, participação, representação das comunidades.

Diante de todas as informações obtidas através da observação direta, conversas aleatórias, discursos de comunicação social, e das 355 respostas obtidas através da aplicação do questionário aplicado, bem como relatórios das empresas, programas e planos de governo, registros fotográficos, informações de alguns responsáveis das empresas, destacaram-se os seguintes termos e/ou expressões-chave: seca, parteiras tradicionais e curandeiros, falta de trabalho, transmissão de saberes populares de pais para filhos; tradição, exploração econômica, poluição, poucos investimentos nas políticas públicas que atendem a comunidade, fuga dos jovens para a cidade; mídia pró e contra, influência da televisão na mudança do *modus vivendi* das populações, dentre outras.

Para melhor apresentar os quadros sociais e os de enfrentamento das adversidades, agrupei os problemas referidos pelos interlocutores e organizei-os, em escala de impactos na aldeia de Fútila e na vila do Buco Zau, nas seguintes categorias: relações culturais, sociais, ambientais e políticas. Essas categorias nortearam o diálogo com a literatura e análise dos dados coletados, conferindo maior possibilidade de compreensão dos mesmos.

CAPÍTULO III - DE COLÔNIA À INDEPENDENTE-DEPENDENTE: OS APELOS DA MODERNIZAÇÃO EM TEMPOS DE “RECONSTRUÇÃO”

3.1 NOTAS DE LEITURA SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA EM ANGOLA E A RECONSTRUÇÃO NO PÓS-GUERRA

O processo de libertação da antiga província ultramarina de Portugal não foi um processo de paz como aconteceu em algumas colônias; a descolonização foi acompanhada de violência e destruição de algumas infraestruturas coloniais instaladas no meio urbano. O processo que passou a ser conhecido como Revolução dos Cravos, e que pôs fim em 1974 ao regime Salazarista em Portugal. Foi um movimento liderado pelos militares do movimento das Forças Armadas nas colônias, foi um marco na história da libertação do jugo colonial na África, pois foi a última nação a conseguir este feito, o que guarda correspondência com a vigência do regime ditatorial em Portugal.

Embora o movimento pela independência da África afora remontasse aos anos de 1950, na clandestinidade, vários grupos se organizavam para desestabilizar a coesão das políticas coloniais; é assim que em 1952 no Egito, e em seguida no ano de 1957 no Gana, já se sentiam os movimentos e as articulações dos grupos com propósito de oporem-se aos seus respectivos regimes coloniais (MENEZES, 2000).

Estes movimentos ecoaram em quase todas as colônias, chegando às portuguesas africanas – a saber, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe – como expressão de esperança de libertação pelos colonizados, mesmo que sistematicamente tivessem, reprimido suas iniciativas de organização, de fortalecimento de suas capacidades de enfrentamento, inspirados em lideranças e ideais bastante identificados naquele momento com os resultados do movimento liderado no Egito por Gamal Abdel Nasser: o fim da Monarquia, de práticas políticas corruptas e autoritárias em seu país, apoiadas por Israel.

A inspiração em Nasser, movimentos religiosos autóctones de matriz evangélicas protestantes passaram a dirigir manifestações políticas a partir do norte de Angola: estávamos em meados da década de 1950, quando com esse impulso começam a ser criadas ligas em quase toda parte do território (MENEZES, 2000). E, na clandestinidade, os seguintes

movimentos de libertação foram ocupando lugares: a FNLA, com predominância de Bakongos, localizado no norte da colônia angolana; em 1954, foi fundado, através do centro dos estudos africanos do Clube dos Marítimos, um grupo de jovens que tiveram acesso ao ensino de português, com um nível de escolaridade aceitável, e em 1956, no centro da colônia, o MPLA foi fundado, por pessoas predominantemente de origem quimbundo; já no sul, fundava-se a Unita, em 1966, com predominância dos Ovibundos; mais ao norte de Angola, em Cabinda, em 1963, fundava-se a FLEC. Nesta configuração, é possível visualizar uma grande presença de preservação da composição clânica, o que significa dizer que a posterior coligação dos movimentos para a libertação não possibilitaria automaticamente uma consciência de unidade nacional, tampouco de constituição de uma nação; mas os objetivos da luta pela libertação estavam assentados na preposição do enfrentamento do inimigo comum, ou seja, o colonialismo português.

Não atentos à constituição tradicional e à peculiaridade cultural da descendência de cada grupo, foi idealizada a constituição governamental, uma nação Angolana, ideia que estava bem clara na constituição dos três primeiros movimentos nacionalistas. Estava, então, sendo adotada uma percepção moderna da organização da nação, permanecendo-se em parte em estruturas políticas herdadas do projeto colonizador imposto desde o redesenho das fronteiras ocorrido no século XIX com a partilha do território africano pelos países europeus. O que durou até meados dos anos de 1970.

Com o fim do colonialismo português, Angola assume uma organização não mais clânica para uma organização provincial. Para tal os movimentos foram decisivos na luta pela libertação de Angola, cuja culminância ocorreu no dia 25 de abril de 1974, quando em Portugal finalizou o governo de Francisco Salazar. Assim, foi estabelecido um governo de transição por meio do Acordo de Alvor, assinado em Portugal em janeiro de 1975 e em 11 de novembro daquele mesmo ano foi proclamada a República Popular de Angola, hoje República de Angola. Retirou-se o popular porquanto para as outras forças políticas, este termo relaciona-se com a visão ideológica do MPLA. Como já referido anteriormente, Cabinda que era um território autônomo ao lado de Angola, mas ambos domínios portugueses em África, foi convertido automaticamente em uma das províncias de Angola (PINTO, 2006). É quando Angola toma a atual configuração. De destacar que em Alvor, os três movimentos, assim como Portugal-colônia nenhum dos autores posicionou-se pela desanexão de Cabinda, assim como não foram convidados representantes da FLEC que atuava em Cabinda.

Situado na parte central do continente africano, o país tem sua Costa Ocidental banhada pelo Oceano Atlântico (Figura 4). Com uma superfície de 1.246.700 km², apresentava no início dos anos 2000 uma população estimada em mais de 10 milhões de habitantes. A propósito, no processo colonial a população de Angola diminuíra de 18 para 8 milhões de habitantes (ZASSALA, 2003).

O país passou a dispor de 18 províncias, e aproximadamente 11 línguas nacionais, dentre as quais o português, herança colonial que permaneceu como meio de interação entre os povos, portanto a língua oficial.

Tem como capital Luanda e, como principais cidades, Benguela, Cabinda, Malange, Lubango, Huambo, Namibe e Soyo, devido à importância econômica das mesmas. Passou a ter fronteira com o Congo e Congo Democrático ao Norte, Namíbia ao Sul, Congo Democrático e Zâmbia a Leste e o Oceano Atlântico a Oeste.

O clima é tropical temperado nas zonas de maior altitude. No país, existem duas estações bem definidas. De junho a setembro, período seco e frio com as temperaturas médias entre 17° e 23°; e de outubro a maio, época chuvosa e quente, com altas temperaturas entre 24° e 31°.

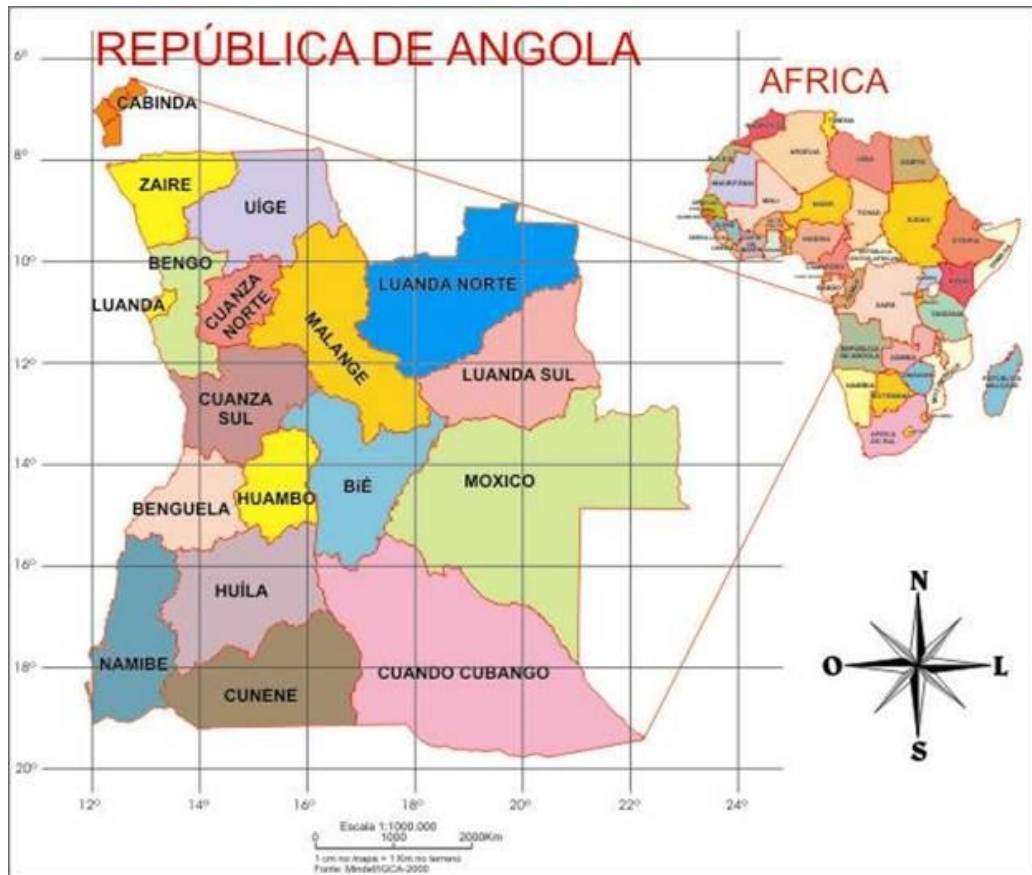


Figura 4 - Mapa geopolítico de Angola
 Fonte: Buza, A. (2006)

Não tardou e as consequências das divergências políticas entre os grupos vieram à tona; o modo moderno da nova organização do país nascente, descontextualizada da concepção tradicional, não contentou a todos os grupos, passando estes a se enfrentarem por quase três décadas em uma Guerra Civil com alto prejuízo humano, econômico e político. Cabinda igualmente não fica imune a esta situação, além de território ocupado pela UNITA, abrigava em seu território as FLEC, um movimento pela independência em relação à Angola, pela criação de um estado independente.

E, desse modo, na localidade de Bucu Zau com maior intensidade ocorrem destruição da já precária infraestrutura de serviços deixada pelo regime colonial, pressão pelo êxodo rural, pessoas sem capacidade de trabalho devido a mutilações e, assim por diante. O país estava em colapso, o que não constituía nenhum impedimento à expansão da estrutura de produção de petróleo instalada no mar daquele país.

Mas, pode-se considerar que na Primeira República (1975-1992), Fútila e Buco Zau sobrevivem ao conflito armado e a Guerra Civil, ao sistema econômico planejado e centralizado. Certamente, isto deve estar relacionado à presença das FLEC na região do Mayombe e à presença do campo de exploração petrolífera comandado pela Chevron-Texaco, em cuja proximidade se encontra Fútila.

A transição da Primeira para a Segunda República é marcada pelo multipartidarismo, pela economia do mercado, pelas primeiras eleições, mas também pelo reacender da Guerra. Importa salientar que a partir de 1975 a exploração dos recursos naturais, em especial o petróleo e a madeira, ocorreu paralela à guerra civil. As populações não tiveram participação no usufruto dos benefícios desta exploração, além do que de 1975 a 1980 outros setores econômicos como a agricultura e a pesca foram extremamente atingidos pelos atos de inviabilização das terras agricultáveis, pela destruição da infraestrutura de serviços no meio urbano, entre outros.

Houve tentativas, desde 1976, de restauração da capacidade produtiva do país por parte do governo, e que se revelou infrutífera. Apenas o setor do petróleo reagiu a esse esforço de recuperação, expandindo-se rapidamente desde o início dos anos de 1980, tornando-se a 2º maior produtor da África subsaariana. Vale ressaltar que a indústria de petróleo somente foi afetada uma única vez durante o período de Guerra na província do Zaire. Cabinda jamais foi afetada até o fim da Guerra em 2002, com exceção de uma ação frustrada de mercenários sul africanos do regime do Aparteith. Chama a atenção à imunidade deste setor produtivo a um conflito armado deste porte. Alguns setores davam sinais de recuperação no final dos anos de 1990; no entanto, o reacender da guerra, e sua intensificação nos anos seguintes, trouxeram o declínio e a estagnação. Os níveis de produção, na maioria dos setores, eram inferiores aos registrados no início dos anos de 1990.

As finanças públicas e a balança de pagamentos apresentavam um *déficit* acentuado e, apesar do aumento das receitas do petróleo, Angola acumulou uma significativa dívida externa nestas décadas. Neste período, o país começou uma política de planejamento que se prolongou durante 15 anos (MENEZES, 2000).

Este período, de cerca de 10 anos, 1990 a 2000, é marcado pelo fim da Guerra Fria, com implicações significativas: o esfacelamento do sistema econômico socialista e o esfacelamento do sistema político monopartidário. Este período é fixado pela cisão do período

anterior e isso se reflete na forma como o governo passou a estimular intensamente as reservas de recursos naturais do país (FERREIRA, 2005).

Com o recomeço da Guerra Civil no final de 1992, a importância do petróleo e dos diamantes apresenta outras proporções em termos econômicos. Angola ganha outra significância enquanto instrumento de política externa (FERREIRA, 2005). Grandes investimentos são alocados para a manutenção e para o fortalecimento da indústria petrolífera. Em termos econômicos, o petróleo e os diamantes mantiveram-se decisivos para o progresso da economia do país.

O petróleo contribuiu, respectivamente, de 2000 a 2003, com 93%, 91%, 89%, e 91% das exportações totais, enquanto que os diamantes neste mesmo período atingiram 6%, 5%, 10% e 8% perfazendo cerca de 800 milhões de dólares. Em conjunto, esses dois recursos perfizeram em média de 98 a 99 % das vendas no exterior do país nestes quatro anos.

É possível observar assim que o petróleo contribuiu com 75% a 89% do Orçamento Geral do Estado (OGE), perfazendo 45% do PIB e em 2003 a 28%. Relativamente ao peso do setor petrolífero no PIB, ele cifrou-se em 60% e 48% nos anos 2000 e 2003. Foi um período marcado pelo investimento de várias empresas petrolíferas estrangeiras na exploração dos vários blocos já citados. A exploração de diamantes também conhece a mesma realidade tomando grandes proporções na abertura de novas empresas e concessão de novos contratos. O período de 2004 a 2008 foi abonado de uma paz prolongada.

Angola conheceu uma aceleração em termos de exploração de seus recursos naturais, principalmente do petróleo e dos diamantes, acompanhado de um crescimento econômico assustador e com a presença de grandes monopólios prontos para investir no país, no setor diamantífero e petrolífero. Paralelamente a esses recursos naturais já se acena a exploração da madeira por empresas de outros países, com investimento de 130 milhões de euros na transformação de madeira em Angola (ANGOLA/ANGONOTÍCIAS, 2008). Não se trata, porém, do início da exploração desse tipo de recurso, tal remonta ao período colonial.

Na segunda República, também é observada a ação mais marcante de várias organizações internacionais que chegavam ao país. Entre elas, as ligadas à ONU, como o PNUD e o FMI para auxiliar na reorganização da economia angolana através de palestras, treinamentos e capacitação de técnicos para entender melhor as matrizes da economia do

mercado (MENEZES, 2000). Esse processo que tem lugar com a vigência do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), vai até 2002, ano em que morre o líder da Unita, Jonas Malheiro Savimbi, e Angola vislumbra as possibilidades de uma paz duradoura mediante uma reconciliação nacional efetiva.

A 2ª República se encerra, após 16 anos de realizadas as primeiras eleições gerais no país, com as segundas eleições, ocorridas em 2008, após o período que podemos chamar de transição, tendo como grande marco a derrota, em combate, de Jonas Savimbi. Essa transição segue até 2008, quando começa a Terceira República. E o país então abriga já uma população estimada em mais de 14,5 milhões de habitantes, com uma densidade populacional de aproximadamente 11,2 hab/km² (FERNANDES, 2004). Observam-se a expansão do Ensino Superior, do Ensino Médio, alguns investimentos para a melhoria das estradas, aspectos que de certo modo atingiram também as localidades nas quais observa-se no presente estudo, mais diretamente as contradições inerentes ao desenvolvimento e à modernidade em Cabinda.

Agora sim. Vamos observar como aconteceu ou acontece o processo de reconstrução nacional, tomando como ponto inicial de descrição o ano de 2002, quando se dá a paz efetiva em Angola.

Uma vez alcançada a paz “efetiva”, segundo os governantes, no país, começa um frenético conjunto de atividades, cujo objetivo é garantir o bem-estar das populações. Das metas a serem alcançadas desde o programa de reconciliação nacional, como o da reconstrução de Angola desde 2002, foram traçados planos estratégicos para o desenvolvimento social e econômico do país, no âmbito do desenvolvimento econômico, com base na exploração e exportação de recursos naturais como pesca petróleo, diamante e madeira entre outros.

Há de se referir novamente, no entanto, que o desenvolvimento econômico de Angola está baseado na exploração e exportação dos recursos naturais, tendo o petróleo até agora como o principal recurso no crescimento do PIB do país. Nessa direção – e tendo como foco o desenvolvimento econômico do país – é que em Angola se estabeleceu a projeção de exploração de petróleo, de 2002 a 2010, em 2,5 milhões (bpd) e um crescimento econômico variando de 25% a 26%. Com a perspectiva de contenção da exploração do petróleo em função do colapso econômico, coloca-se por parte do governo iniciativas de planejamento

pela diversificação da economia e, assim, projetos da exploração de outros recursos naturais tomam outros contornos.

O caso do anunciado incentivo à exploração da madeira em Cabinda, e relançamento da pesca também nesta província, projetando-se na documentação oficial uma exploração de 7.000 toneladas ao ano. Entre esses projetos, a exploração de petróleo, embora não tenha se dado para atender demanda interna, a sua participação no crescimento da economia de país é um fato. De 2002 a 2009 a exploração assistida foi de 1.5 milhões (bpd) com o crescimento econômico de 25%. Onde o Orçamento Geral do Estado e planejamento das ações para o desenvolvimento social considera estes números, representativos do produto interno bruto e não indicador de desenvolvimento social, ou humano. Observa-se, portanto, que economicamente Angola apresenta indicadores elevados, como o crescimento econômico, mas persiste, em boa medida submetida à antiga lógica colonial que a tornou fronteira de exploração e exportação de matéria-prima, logo uma economia dependente da exploração intensa dos recursos naturais (MENEZES, 2000).

Já que o Orçamento Geral do Estado depende da taxa de crescimento econômico do país para o desenvolvimento social, o governo de Angola, de 2002 a 2009, elaborou vários programas e planos para a reconstrução nacional, programas e planos estes que vão desde a reabilitação e construção de infraestrutura até ao combate à pobreza. Esses percorrem todas as províncias, inclusive a de Cabinda, onde, por exemplo, no ano de 2002 a 2009, foram instalados os seguintes programas e planos: desenvolvimento habitacional, proteção ambiental, reabilitação de infraestruturas, água para todos, reordenamento de transportes rodoviários, reordenamento de território urbano, programa de reabilitação e ampliação de sistemas urbanos de água e saneamento, administração e gestão dos recursos minerais, inclusão social, ampliação das redes de distribuição da energia, desenvolvimento rural e combate à pobreza (ANGOLA – GPC, 2009).

A implementação de todos esses programas e planos tem contado com a importação de produtos, a presença de mão-de-obra externa de outros países, de onde se tem também estímulos importantes à importação de bens de consumo, alimentos e vestuário, vendidos em Angola a preços altos para o poder aquisitivo dos habitantes em geral. Reforça-se assim uma lógica dirigida pelo mercado exterior, dependente dos países industrializados.

A propósito, assiste-se à mobilização de atores que compõem a sociedade angolana, na implementação dos projetos e planos do governo, tendo como palavra de ordem o “combate” à fome, à miséria, à delinquência, ao analfabetismo, às epidemias, dentre outros. Sobre essa visão de combate, em países recém-saídos de conflitos, Fanon, no início dos anos de 1960, lançava sua crítica colocando quão falacioso esse discurso pode ser estimulando um país, sem garantias de resultado, a executar programas com o objetivo de progredir, de alcançar o lugar onde os povos europeus chegaram, pois teriam trabalhado com determinação para tal. E assim se responsabiliza a vítima pela sua sorte [FANON, (1961), 2005].

A corrida para tornar Angola moderna e alcançar as outras nações faz com que problemas que consideramos mais urgentes acabem ficando em segundo ou terceiro plano – não obstante o governo priorize tais questões – dando espaço para aqueles que seriam de segundo e terceiro plano. Isto ocorre muitas vezes por pressão dos países mais industrializados, afoitos em investir comercialmente em seus produtos modernos em Angola, e Angola afoito em entrar no *ranking* dos países mais industrializados.

Quando se fala de reconstrução de um país, isto implica em um processo complexo interdisciplinar que não se limita à reconstrução de estradas e/ou prédios que foram destruídos. Na verdade, a reconstrução de um Estado, na sua essência, é considerado como “nation-building”, ou, refere-se mais profundamente à sua reorganização institucional, com políticas que compreendem desde a realização de eleições e implementação de serviços públicos básicos até, em determinados casos, à reestruturação da ordem política, social e econômica. Neste sentido, cumpre destacar a importante e necessária reconciliação das mentes. Não se trata, portanto, de uma tarefa exclusiva para engenheiros civis, ou engenheiros políticos: vai além, e exige a coordenação de esforços e responsabilidades de diversas ordens. Precisa-se de um projeto complexo, interdisciplinar ou transdisciplinar.

Na realidade, a noção contemporânea de reconstrução de Estados associa-se fortemente à oferta de instituições e fortalecimento das capacidades administrativas necessárias para reabilitar o desenvolvimento político, econômico e social dos chamados Estados falidos; por isso, nesse processo deveriam ser considerados os saberes tradicionais que desde o colonialismo à modernidade acompanham um movimento de serem tolhidas, porém, resistem em favor da autossustentação da maioria das comunidades angolanas. Ao considerar esses saberes os sociólogos, economistas, administradores, tecnólogos,

ambientalistas, psicólogos, médicos juristas, educadores, precisam se contextualizar de forma que a qualificação esteja aberta ao diálogo com esses saberes para conjugarem papéis diferenciados com um único objetivo: dar conta de um processo complexo, que é a reconstrução do país. A ausência de um projeto complexo interdisciplinar ou transdisciplinar e a corrida para a modernização de Angola intensifica um processo de fluxo de importação de mercadoria. O que torna o mercado cada vez mais inacessível para a maioria das populações visto que os preços são avaliados em dólar [FURTADO, (1974), 1996].



Figura 5 – Condomínios habitacionais planejados e existentes em Luanda - 2009
Fonte: www.inluanda.com (acesso em novembro de 2009).

Por exemplo, em termos imobiliários, existe a construção de condomínios de alto valor monetário (Figura 5), com apartamentos que chegam a custar um milhão de dólares. Quem teria este valor em pleno momento de reconstrução para custear tal patrimônio? Somente a uma pequena parcela da elite, visto que o salário mínimo da função pública, em março de 2008 em Angola foi atualizado para pouco mais 8.000 kwanzas, cerca de 80 dólares.



Ilustração 2 - Estádio do Chiazzi (esquerda) e 11 de novembro (direita)

Fonte: Acervo CANGA, J.(2009)

A construção de novos centros televisivos orçados em avultados valores monetários devido a importação de tecnologias, os novos estádios de futebol que albergaram o Campeonato Africano das Nações – CAN de 2010, nomeadamente o de Chiazzi em Cabinda e o de 11 de novembro em Luanda (Ilustração 2), os campos poliesportivos onde ocorreram os jogos dos campeonatos africanos de basquetebol e de handebol, servindo hoje para a prática esportiva, bem como os hotéis de luxo para receber os turistas são ações anunciadas como de desenvolvimento.

Nessa era da informação, com o advento da sociedade em rede a que Castells (1999b) se refere, a mídia, principalmente a estatal, constitui o grande aliado na comunicação destas ações em tempo real, dentro e fora do país, para confirmar e reafirmar que as ações executadas são realmente válidas para o desenvolvimento.

A maioria dos projetos envolve altos custos monetários, fruto da sua magnitude, e do material utilizado quase todo importado. Assim sendo, apenas um percentual muito pequeno da população tem acesso a esses bens, enquanto que a grande maioria permanece na crise social. Ou seja, a distribuição de renda de forma equitativa e harmoniosa é precária. Enquanto uns poucos possuem muito, a maioria da população transporta botijões de gás de cozinha na cabeça, com todos os perigos aí presentes, ou são obrigados a caminhar grandes distâncias para obter a lenha que é adquirida na maioria das vezes com o processo de desmatamento, provocando efeitos ambientais negativos (Ilustração 3).



Ilustração 3 – Transporte de lenha e gás para uso doméstico
Fonte: Acervo CANGA, J. (2009)

As carências atingem, sobretudo, estruturas de atendimento das necessidades básicas como o acesso à água, com destaque para água potável e a recolha de resíduos. É possível observar ao ar livre os depósitos de lixo que acabam gerando vetores de doenças. (Ilustração 4)



Ilustrações 4 – Acesso à água potável e saneamento básico - lixo
Fonte: Acervo CANGA, J (2009)

Enquanto um hotel de luxo, construído em Luanda, é avaliado em mais de 80 milhões de dólares, cujos quartos-padrão custam em diárias de 300 a 500 dólares, as habitações dos populares continuam precárias e é possível observar em vários pontos das comunidades, mercados espalhados, onde são comercializados diversos produtos, entre eles os alimentares, sem condições mínimas de higiene e de saneamento (Ilustração 5).



Ilustração 5 – Mercado livre e aspecto de uma vivenda popular em Adobe
Fonte: Acervo CANGA J. (2009)

A busca da modernização de Angola nos tem levado a continuar importando modelos de vivências e convivências que parecem incompatíveis ao desafio de reconstrução nacional. Tanto se buscam uma antena parabólica que capta canais internacionais, quanto se observa a preparação de alimentos ao ar livre, exposto a moscas e outros vetores de doenças (Ilustração 6), com uso de energia vegetal, ou seja, lenha por falta de gás doméstico agravando ainda mais a questão ambiental com derrube de árvores conforme observou Buza (2006). Isto demonstra claramente que se acena para perpetuação das desigualdades sociais e uma imposição de estilo de vida consumista individualista, à custa também da agressão ao ambiente natural extra-humano.



Ilustração 6 – Duas realidades comuns: presença da antena parabólica e preparação de alimentos em cozinha ao ar livre.
Fonte: Acervo CANGA, J (2009)

A implementação desses modelos não modificam mecanicamente as estruturas sociais (Hermet, 2002), porque os problemas de base não são resolvidos, não se constituíram ainda prioridades para os órgãos de execução da reconstrução. Aliás, as populações também parecem acenar na inversão de prioridades. Privamo-nos da alimentação adequada para

comprarmos joias, roupas de marca, acessórios de beleza, estes podendo custar 40.000 a 50.000 mil kwanzas, equivalentes a 400 a 500 dólares.

Se por um lado gastam-se recursos com a beleza e o salão, cada um possui dois ou três aparelhos de telefonia móvel, televisores com tela em plasma, por outro lado em suas casas ainda são utilizadas latrinas – quando possuem – preparam os alimentos com fogo de lenha para economizar dinheiro visando à compra de antenas parabólicas. Sob o aspecto da locomoção, busca-se o último modelo de viatura, com preços calculados perto de meio milhão de dólares. Conforme se vê, foi assimilada uma cultura de ostentação, de espetáculo, em meio a ausências básicas em termos de saúde, habitação e educação, consideradas o mínimo para uma vida digna.

As comemorações de Natal e da passagem de Ano-Novo são momentos em que os angolanos se empenham em gastar para celebrar sensibilizados pelos apelos comerciais herdados da colonização ocidental e que hoje se tornou praticamente global. Nas celebrações e festejos, gasta-se o pouco que existe, para as festas, na troca de presentes, na aquisição de roupas e calçados, ainda que as famílias muitas vezes, residam em uma casa de madeira sem qualidade e segurança, cobertas com chapas de zinco, muitas vezes já perfuradas pela ferrugem. Não se trata de miséria somente. Trata-se de uma combinação de aspectos que dificilmente permite visualizar condições de superação da destituição social, pois mascarada por uma simbologia anestésica, desmobilizadora. Quanto à ostentação e à imponência, permitam-me relatar um fato de minha experiência pessoal.

Depois de concluirmos, eu e meu marido, os nossos estudos superiores no Brasil, em 2003, voltamos em Angola, nossa terra natal, com a finalidade de contribuir com a reconstrução do país. Quando chegamos percebemos que a casa onde morávamos antes da viagem já não tinha condições de habitabilidade e precisávamos resolver essa questão que passava por compra de uma parcela de terreno e depois construir uma nova casa com melhores condições. Nesta época nós ganhávamos os dois, o equivalente a 80 mil kwanzas, cerca de mil dólares. Com economias conseguimos comprar a parcela do terreno. Como não tínhamos experiência de construção em termos de valores, projetos e de encontrar bons técnicos e arquitetos, decidimos então trocar experiência com pessoas que já haviam passado por tal situação. Lembro-me que, uma dessas pessoas aconselhou-nos a construir uma casa no modelo “altos e baixos”, um projeto de construção para o qual não tínhamos quaisquer

condições de suportar. Mas como era moda e continua sendo, as pessoas se empenham neste tipo de construção mesmo se as condições financeiras não favorecem e se pode levar entre 10 a 20 anos para terminar a obra. Muitos se endividam em financiamentos que levam anos para liquidar e outros acabam vivendo nelas mesmo sem ter concluído as obras. Quanto a nós, analisamos bem qual seria a melhor saída. Decidimos fazer uma espécie de um anexo com dimensões que eram compatíveis com as nossas condições. Levamos quatro anos para construir. Já moramos nela há 3 anos e estamos fazendo outros acabamentos e ajustes. Se tivéssemos seguido o conselho quanto à construção em altos e baixos, certamente estaríamos ainda morando naquela antiga casa que se encontrava em condições de habitabilidade bastante comprometida.

No escopo dessa lógica inversa, considerada por Giddens (1991) como consequência da modernidade por todos quantos a viveram no final do século XX, reside um fenômeno ambivalente, não obstante a facilidade de articulação em várias instituições sociais modernas.

A sua disseminação, em escala universal, possibilitou criar aberturas para os seres humanos gozarem de uma existência segura, gratificante, que qualquer sistema pré-modernoadotaria para alguns países. Todavia, a modernidade tem também o lado sombrio, que se tornou muito aparente no século atual, principalmente nos países que querem se modernizar, mas que se constituíram em territórios articulados à modernidade como fronteiras de exploração de recursos naturais e fornecimento de mão-de-obra. Embora os clássicos da sociologia, como Marx e Durkheim tivessem esperança nas possibilidades benéficas abertas pela era moderna não hesitaram em ver e considerar essa era como turbulenta.

A confirmação do exposto é observada em Angola, quanto aos empreendimentos feitos ao longo dos oito anos depois da Guerra Civil, a maioria apresenta uma configuração moderna usando tecnologias de ponta como é chamada pelos especialistas. A esse respeito, Matumona (2004) se refere dizendo que, há de se reconhecer que o Ocidente inaugurou e continua difundindo uma visão de mundo, uma hierarquia de valores e, conseqüentemente, um esquema de pensamento do qual faz parte conquistas civilizatórias importantes. Fez surgir um novo mundo, pondo em causa o universo tradicional. Isto quer dizer que a modernidade impõe-se ainda, é incontornável e se constitui em estímulo às experiências filosóficas, sociais, culturais e políticas em África.

Cumpra dizer que suas implicações não cessam aí, estendendo-se aos meios modernos produzidos pelo Ocidente, tais como: meios de comunicação, sistema econômico moderno, a linguagem internacional, e outros aspectos do gênero, que assinalam um progresso social, que para Matumona (2004) seriam indispensáveis ao Continente Africano. No entanto, Hermet (2002) lembra que à realização da modernidade nos países periféricos, tem-se restringido à imitação de modelos importados e de maneira superficial.

Concordo com Hermet (2002) quando afirma que a modernidade, no sentido de modernização, não envolve, necessária e mecanicamente, as transformações de papéis sociais. Na maioria das vezes é epidérmica, ligado a valores e práticas distantes da compreensão do significado do bem público, da liberdade, do princípio da responsabilidade, do respeito à diferença. O que tem ocorrido em Angola não tem sido capaz de transformações no rumo de um desenvolvimento como liberdade.

Desvencilhando-se de muitos aspectos da tradição na ordem social, sem, entretanto, construir um moderno concreto. Assim, Angola exagera em cumprir alguns programas modernos, esquecendo que o projeto universal da modernidade está em transição sem ser cumprido o plano da civilização para “civilizar” os povos indígenas na África. Com a articulação, à modernidade muitos dos nativos aprenderam a comer com garfo e faca, mas lhes falta muitas vezes o alimento para colocar à mesa e praticar para o ensinamento. Falta-lhes o conhecimento para construir e se inserirem em sistemas industrializados, hoje já em questão. Falta-lhes emprego porque não há campos de trabalho. Saímos da “primitividade”, meio “civilizados” e condenados na própria terra.

Santos (2007), na crítica da razão que chama de indolente, alerta-nos que a modernidade cumpriu de forma exagerada muitas promessas, deixando de cumprir igualmente de forma exagerada outras promessas na transição paradigmática que a humanidade vive. Assim, considera-a como um momento histórico que não se sabe quando começa e muito menos quando termina; possuindo uma mentalidade fraturada entre a lealdade inconsistente e as aspirações desproporcionadas; entre o saudosismo anacrônico e o voluntarismo excessivo.

Se, por um lado, certos enraizamentos culturais ainda pesam, mas já não se sustentam, por outro, as opções parecem simultaneamente infinitas e nulas. A passagem paradigmática é, assim, um momento de incertezas, de complexidade e de caos que se dissemina nas estruturas e nas práticas sociais e suas representações, nas instituições e nas

ideologias, e nas inteligibilidades, na vida vivida e na personalidade, ecoando muito especificamente tanto nos dispositivos da regulação social como nos dispositivos da emancipação social. Daí que, uma vez transpostos os umbrais da passagem metódica, existe a necessidade de nos reconstruirmos teoricamente uns aos outros, Santos (2007). Essa reconstrução em Angola consiste na revisão de muitos conceitos equivocados cultivados durante séculos com relação à modernidade, guisa com base a essa revisão, surge possibilidades de enxergar quais as promessas exageradas não cumpridas pela modernidade e resgatar aquelas aniquiladas por ela que servissem de ponto de partida para reconstruirmos teoricamente.

Vários são os autores que podem ser apontados ou referenciados para fundamentar e dar respaldo aos aspectos aqui expostos. Dentre eles, destacam-se, Weber (2005), Bermann (1986) e Giddens (2002). Para Weber (2005), escrevendo no final do século XIX, a modernidade representava o momento em que a racionalização da sociedade ocidental despontou como paradigma. Isto é, trata-se da época do advento da organização industrial racional, orientada para um mercado real, e não para oportunismos políticos ou especulativos. Aprofunda-se, assim, a racionalização, na medida em que o capitalismo se associa à ciência moderna e, principalmente, à técnica, que passa a impulsionar a produção.

Essa racionalização penetra nas mais diversas instituições, como o Estado – que, por sua vez, passa a ser administrado por funcionários especializados e assalariados, isto é, por uma burocracia independente – e em todo o campo cultural. O grande paradoxo do país, é que, a única organização industrial racional existente, é do petróleo que somente é explorado e exportado. Não se transforma o mesmo no processo de exploração e exportação; o monopólio é americano. A nossa organização social e econômica não comporta a industrialização.

Retomarei no próximo capítulo, primeiro como exercício de autoesclarecimento, e depois como tentativa de ampliar a compreensão de referências como desenvolvimento, reconstrução e modernização, em Angola a partir de 2002. Estas referências, largamente utilizadas para justificar políticas, atitudes individuais, relações de dominação, envolvendo aspectos deste país que aqui se tenta formular como um objeto de reflexão sociológica. Trata-se, aliás, de perfazer uma caminhada pelo pensamento sociológico procurando-se apreender como os temas da modernidade, da razão e da ciência no século XX constituiu-se, constitui-se

ainda, por assim dizer, em exercício bastante identificado com a constituição deste próprio campo de pesquisa e reflexão.

CAPÍTULO IV – MODERNIDADE, CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO: PARA PENSAR A RECONSTRUÇÃO EM ANGOLA

“Escusado será lembrar que um país vale tanto quanto vale o seu ensino. E Angola parece insistir no modelo herdado pelo colonialismo cuja caducidade é mais que evidente”. Caley (2005, p.16)

“A esperança é a verdadeira matéria-prima e a verdadeira riqueza da África, mas se trata de uma esperança niilista, confinada”. Monga (2010),²⁵

4.1 DO DESENCANTAMENTO E DA RADICALIZAÇÃO DA MODERNIDADE

A sociedade moderna tem sido objeto de reflexão, de escrutínio intenso, pelos seus intérpretes, a partir da consolidação da industrialização na Europa. Dentre esses intérpretes destaca-se primeiro Max Weber (1864-1920) com uma contribuição acerca da matematização crescente da experiência, do conhecimento do modo de vida, a partir da Revolução Comercial, o que remonta aos séculos XV e XVI. O cálculo, as medições dominando todas as esferas da vida, justificando-se tal fato pela eficiência alcançada através da incorporação da razão técnica pelo sistema produtivo industrial é um dos traços mais marcantes desse contraditório processo, também referido como modernidade. Neste, a razão ocidental foi se restringindo à razão econômica do capitalismo, sinônimo de rentabilidade. Incorporada a esta razão, que se autonomiza em relação a outras formas de explicação destituída de sentido, portanto desencantada, está uma visão de mundo na qual o conhecimento científico seria neutro em relação a valores e, assim, o único capaz de produzir verdades, de produzir tecnologias, de propiciar os mais adequados meios de gerir tanto os negócios privados, quanto os públicos.

Nos anos de 1940 do século XX, a reflexão sobre as características da nossa sociedade, contraditoriamente “esclarecida”²⁶, orientada pelo saber científico, encontrou na Escola de Frankfurt expressiva contribuição, especialmente em Adorno (1903-1969) e Horkheimer (1895-1973). Essa escola de pensamento passou a ser conhecida como das mais inspiradoras para pensar a domesticação da razão pelos interesses da dominação econômica,

²⁵Entrevista concedida pelo camaronês, economista do Banco Mundial, Celéstin Monga, ao jornal “O Globo”, em 20 de novembro de 2010. Data em que se comemora no Brasil o Dia da Consciência Negra. Crítico da confiança excessiva depositada nas políticas de auxílio financeiro do FMI e do Banco Mundial, Monga trabalha com estratégias de desenvolvimento nacional e políticas fiscais e monetárias Cf. <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2010/11/20/celestin-monga-um-niilista-na-africa-341913.asp>. Acesso em 29 de dezembro de 2010.

²⁶Cf. especialmente a reflexão sobre o tema em *Dialética do Esclarecimento*, escrito por Adorno e Horkheimer, publicado na Alemanha em 1947. Referência completa em sessão específica neste trabalho.

política e cultural do sistema capitalista. Essa contribuição, em grande medida, passou a ser conhecida como a crítica da razão instrumental na sua dimensão totalitária.

Em 1982, o filósofo e humanista americano Marshall Berman (1940) vem participar dessas reflexões sobre a modernidade, com a publicação do célebre, *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tal contribuição, evidentemente antecedida por outras que não cabe aqui mencionar para não tornar exaustivo este passeio sobre o debate em torno do tema, demonstrou a pertinência da continuidade dos esforços em compreender as contradições de um mundo social que, por sua dinâmica acelerada e globalizante, dominada pela lógica do mercado, vem a ser concebida por Ulrich Beck²⁷, em 1986, como sociedade de risco, e, por Anthony Giddens, em 1990²⁸, como sociedade reflexiva. Um eixo que atravessa essa discussão em todo o século XX é a temática da razão, do papel do conhecimento racional neste processo e suas relações com a dominação, com a exclusão, com o não-reconhecimento de outros modos de organizar-se política, social e culturalmente.

Isto considerado, entende-se que a organização da porção da África onde hoje está estabelecida Angola tem participado efetivamente da modernidade no sentido em que tanto os projetos coloniais, pós-coloniais, quanto os de reconstrução do país no Pós-Guerra Civil mantêm correspondências com e são submetidos a processos mais globais dirigidos pela economia de mercado, cujos centros de decisão e controle estão situados fora de lá. E as raízes históricas, como se viu em momento anterior desta tese, das contradições que são identificadas hoje em Angola/Cabinda/Buco Zau e Fútila remetem ao início da expansão da modernidade pelo mundo. E às características desse processo, como veremos a seguir, correspondem as concepções do moderno, do desenvolvido ainda hoje adotados e reproduzidos.

No entanto, considerar as dinâmicas de colonização, descolonização, neocolonização, integradas na modernidade, não quer dizer que nos países onde tais ocorreram realizou-se plenamente o projeto moderno, embora a própria forma de dominação, associada ao projeto colonial, seja ela mesma peça-chave do quebra-cabeças da modernidade. Um quebra-cabeças que comporta hoje em Angola modelos de organização produtiva pouco favoráveis para as comunidades, modos de vida, sistemas culturais locais; que pouco

²⁷ Cf. especialmente *A Sociedade do Risco*, publicado na Alemanha em 1986.

²⁸ Cf. especialmente *As Consequências da Modernidade*, livro publicado em 1990.

valoriza, percepções e práticas. E supervaloriza, o conhecimento científico, da educação formal, de serviços públicos abrangentes que não têm sido contemplados efetivamente pelos governos, mesmo a partir do fim do período colonial.

4.2 A PROPÓSITO DA ARTICULAÇÃO DE ANGOLA AO PROJETO MODERNO

Os movimentos chamados de Renascimento (séculos XV-XVI) e de Iluminismo (século XVIII) contribuíram para o desenvolvimento das ciências físicas e naturais e ocasionaram a mudança da nossa imagem acerca do universo e do lugar que nele ocupamos; estendendo suas influências para a industrialização da produção, transformou o conhecimento científico em tecnologia, criou novos ambientes humanos e destruiu antigos. Acelerou o próprio ritmo de vida, gerou novas formas de poder corporativo e de luta de classes, além de uma grande explosão demográfica que penaliza milhões de pessoas arrancadas dos *habitats* de seus ancestrais, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novos meios de sobrevivência. Como parte deste movimento encontra-se a concepção e a instituição dos Estados-nação criados para agregar os interesses coletivos e condicioná-los a instituições, como por exemplo, leis, valores cívicos etc., em consonância à organização das experiências coletivas em mundos urbanos sobre o que Marshall Berman assim refere:

[...] o rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão (BERMAN, 1986, p. 16).

Este mesmo autor periodiza a modernidade em três momentos históricos:

- A primeira fase inicia-se com o século XVI e vai até o fim do século XVIII;
- A segunda fase tem início com a grande onda revolucionária de 1788 na França;
- A terceira fase é apresentada como o século XX.

A primeira fase significa o momento em que as pessoas estão começando a experimentar a vida moderna; mal fazem ideia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente, mas em estado de semicegueira, no enalço de um vocabulário adequado;

têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados.

Sobre a segunda fase, a grande revolução culminada na França em fins do século XVIII é vista como a sua maior imagem. É a época que configura

uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis da vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a idéia de modernismo e modernização (BERMAN, 1986, p. 16).

A terceira fase é caracterizada pelos acontecimentos do século XX, em que

[...] o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo. A cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. Por outro lado, à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuráveis confidenciais; a idéia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em consequência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade (BERMAN, 1986, p. 16-17).

Neste sentido, podemos dizer que a modernidade modificou os ritmos da vida cotidiana, alterando formas de convivências e criando novos laços entre as pessoas. As instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social, quanto ao seu dinamismo, ao grau em que interferem nos hábitos e costumes tradicionais, e ao seu impacto global. No entanto, essas não são apenas transformações em extensão. A modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência. A modernidade deve ser entendida num nível institucional; mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, e, portanto com o *eu* (GIDDENS, 2002).

Em *As Conseqüências da Modernidade*, o citado autor define a modernidade como um estilo, costume de vida ou organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornou mais ou menos mundial em sua influência. O que Giddens (1991) chama de descontinuidade da modernidade. Essa descontinuidade se processa de forma bem evidente no neocolonialismo nos países periféricos. Esses países construíram

uma racionalidade consumista dos produtos chamados modernos que os países mais industrializados oferecem, fazendo com que os menos industrializados participem de forma desfavorável neste processo moderno.

Na ânsia de mudar de posição no mundo moderno e ocupar aí um lugar privilegiado, Angola, no pós-guerra, parece adensar as possibilidades de risco para a sua sociedade. A exploração exaustiva de recursos naturais, principalmente do petróleo, sem uma preocupação visível em promover o desenvolvimento de suas populações, e o cuidado com o ambiente, é representativo desse não reconhecimento da importância das questões sociais e ambientais; é representativo da reprodução de uma lógica na qual nada é mais importante do que garantir a rentabilidade dos grandes grupos econômicos que controlam a economia no mundo.

De acordo com um corpo de pensamento apresentado nos últimos 25 anos nas ciências sociais, a civilização industrial moderna tem sido observada como "sociedade de risco", na qual o conceito abstrato de risco se torna o princípio dominante que estrutura e condiciona as relações sociais e institucionais, de certa forma substituindo a riqueza e o privilégio social como as fontes principais das tensões distributivas e conflitos políticos (BECK, 2001).

O século XX é marcado por catástrofes como as guerras mundiais, o bombardeio atômico sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, a tragédia nuclear de Chernobyl e outros. Ao abordar a sociedade como *em risco*, Ulrich Beck (2001) ressaltou que, apesar de as fronteiras dos países serem definidas politicamente, as consequências dos acidentes e tragédias não se restringem a tais fronteiras. E este autor coloca ainda que no século XIX a modernização dissolveu a sociedade agrária, ocasionando a constituição da nova estrutura da sociedade industrial. Os efeitos colaterais da industrialização atingiram o mundo inteiro, mesmo nas regiões onde não se constituíram plenamente estruturas produtivas industrializadas. Verifica-se, na continuidade do processo, a dissolução das bases da sociedade industrial, e o conseqüente abalo à continuidade da modernidade. Diluem-se diferenças, identidades e reafirma-se uma integração global. Não se leva em conta o risco, que incorpora duas dimensões: a primeira a da identidade entre o possível e o provável, aspectos que pressupõem alguma forma de apreender a regularidade dos fenômenos. A segunda refere-se à esfera de valores: risco pressupõe colocar em jogo algo que é valorizado.

O risco e o perigo se diferenciam: o primeiro trata de ameaças calculadas e muitas vezes construídas; já no segundo elas são imprevisíveis.

De acordo com Beck, os países modernos, bem como os chamados não modernos parecem não ter despertado ainda para essa realidade. Nas práticas econômicas, os países desenvolvidos compram a matéria-prima dos países não-desenvolvidos sem se preocuparem com os riscos envolvidos nesse processo, a saber, sociais e ambientais, a ponto de tal percepção resultar em mudanças importantes nesta lógica. Do mesmo modo, países menos desenvolvidos exploram os seus recursos naturais de forma exacerbada sem levar em conta a relação existente entre a natureza e a sociedade, isto é, a sinergia ainda não visualizada entre os dois mundos, uma vez que a visão da natureza como estoque de recursos, logo fronteira de expansão do capital é o que informa essas práticas.

4.3 MODERNIDADE, CIÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO DOS RISCOS TECNOLÓGICOS

Tanto Beck quanto Giddens procuram demonstrar que existe uma relação entre o surgimento de uma nova modernidade – denominada “modernidade reflexiva” – com a onipresença dos riscos tecnológicos. É que a modernização simples dissolveu a estrutura da sociedade feudal para produzir a sociedade industrial. A continuação desses processos de modernização “dissolveu a sociedade industrial” trazendo consigo a partilha desigual de riquezas, ainda que não há a partilha igual dos riscos. Sendo que, para os menos favorecidos, os riscos são maiores e não são esclarecidos suficientemente para se saber como lidar com as incertezas, principalmente em realidades nas quais o desenvolvimento das pessoas não levou à liberdade e à responsabilidade com o outro.

Vejamos o caso do sistema de ensino de Ciências em Angola, que ainda não incorporou conteúdos da temática ambiental nos currículos. Em se dispor dessa incorporação, poder-se-ia – de acordo com uma compreensão da educação enquanto possibilidade viabilizadora de libertação (FREIRE, 1967) – gerar uma ampliação da capacidade crítica em relação ao que se tem priorizado para reconstruir o país em padrões considerados modernos. Como proceder diante dos riscos sociais e ambientais que estes padrões, que se globalizaram, comportam? Como pensar na educação como instrução para a libertação, o desenvolvimento e a responsabilidade (CASTELLS, 1999) nestes contextos?

Beck (2001) afirma que enquanto a modernidade avança, a produção social da riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social dos riscos. E isto se aplica ao se observar o ritmo acelerado nos sucessivos derrames de petróleo na costa marítima de Cabinda, apesar da elevada inversão tecnológica que as estruturas de exploração desse recurso têm recebido. Os derrames de petróleo não cessam, prejudicando todo um ecossistema, inviabilizando as práticas de pesca e de coleta de mariscos.

Ao se perpetuar um ensino de Ciências desvinculado da preocupação ambiental, vai-se cristalizando, nas novas gerações, a percepção de que os problemas ambientais e sociais são o preço a pagar no processo de modernização. Sobretudo porque a propaganda oficial veiculada pelos órgãos de comunicação governamentais mostram, com frequência, a segurança com que a exploração dos recursos naturais em Angola está envolvida, assim “justificando” que este é o caminho para o desenvolvimento, uma vez que em se incorporando tecnologias das mais avançadas, não há o que ser contestado.

No entanto, nem a ciência nem as autoridades constituídas estão imunes a questionamentos, quando é tão flagrante o contraditório. Por exemplo, é notória a miséria na população angolana, como também é precário o sistema educacional, como se verá mais adiante. Sobremaneira, ao se observar os conflitos sociais numa sociedade de má distribuição dos benefícios da riqueza ali produzida ainda que do ponto de vista da distribuição dos riscos, plenamente contemplada (BECK, 2001).

Esclarece Beck que a palavra *risco*, no contexto da Idade Média, tinha a conotação de coragem, de aventura e não da autodestruição da vida e da terra como constatamos hoje, com a morte dos bosques de forma global por culpa dos países superindustrializados. Os riscos de hoje e da Idade Média se diferenciam, visto que os de hoje são globalizados. Neste contexto, há necessidade do diálogo entre a constatação e a interpretação desses riscos, fazendo-se da complexidade o imperativo de sua disseminação e consequente realização não só nas ciências naturais, mas também nas ciências humanas.

A principal transformação dos riscos da modernidade clássica para a modernidade reflexiva ou, o momento atual de radicalização da modernidade, é justamente a percepção de que os riscos modernos são pautados na incerteza. À racionalidade da regularidade sobrepõe-se a perspectiva do caos (PRIGOGYNE, 1996).

Beck (2001) lista cinco teses sobre a sociedade em risco, a qual precisa de uma reflexão profunda. Baseado em que os riscos geraram uma fase mais avançada no desenvolvimento das forças produtivas, o autor apresenta a questão da radioatividade que invade a percepção humana, mas também as substâncias poluentes e tóxicas presentes no ar, na água e nos produtos alimentares, com os efeitos colaterais de curto e longo prazo, a mistura nas plantas, animais e nas pessoas.

É possível visualizar o derrame de petróleo ou manchas de óleo no mar e na costa marítima de Angola, ocasionando a morte de peixes e poluição ambiental em geral, o que desencadeia outras circunstâncias nas populações pesqueiras que vivem nas redondezas destas localidades. Para Beck (2001), esses ataques à natureza provocam alguns danos sistemáticos e frequentemente irreversíveis. Permanecem a maior parte dos tempos invisíveis, requerem interpretações causais, mas ficam exclusivamente situados no domínio do conhecimento científico para aqueles que o têm, e que podem transformá-lo, reduzi-lo ou aumentá-lo. Os dramas provenientes de tal conhecimento podem ser muitas vezes disfarçados, minimizados nas suas relações com as questões sociais.

Chamando a atenção para a distribuição e para a argumentação dos riscos gerais das situações sociais com ameaça, mostra que eles são parcialmente desiguais entre as camadas ou classes, e dão lugar a uma lógica de distribuição fundamentalmente diferente. Cedo ou tarde, os altos riscos acabam atingindo os que os produziram também, embora exacerbem as desigualdades de classes.

Com isto percebe-se que em curto prazo, os riscos produzem novas desigualdades internacionais: de uma parte o “Terceiro Mundo” na busca de implementação do modelo de desenvolvimento dos países industrializados, e de outra parte os países industrializados. A gerência destes riscos, a negociação dos riscos globais são construções em função do grau de competência dos Estados-nação para conseguir estabelecer acordos que lhes favoreçam.

As recomendações para conservação da natureza são muitas vezes colocadas de fora para dentro dos países onde ainda existem territórios a abrigar importantes conjuntos ecossistêmicos vistos como ameaçados. Amazônia é exemplar neste contexto no qual o esgotamento dos recursos, principalmente nos países economicamente dominantes é já concretamente identificado. Constroem-se, portanto, justificativas para a conservação, pautadas em imagens como “pulmão do mundo” cuja preservação todas as nações têm

responsabilidades. A floresta do Congo, a segunda maior do mundo, também é visualizada, dentre outros, como importante reserva de biodiversidade para o equilíbrio climático. Sobre ela também se constrói o discurso da preservação estando este vinculado a interesses que vão além da conservação da natureza como manifestação de uma ética ampliada, de um princípio da responsabilidade. A conservação também interessa à acumulação do capital, à manutenção de estoques de recursos a serem transformados, quando isto for rentável para os grupos industriais consumidores de matéria-prima; por exemplo, a indústria farmacêutica e cosmética.

Corre-se o risco de, cedo ou tarde, Angola ser considerada patrimônio da humanidade pela potencialidade e pelos recursos naturais que possui, no que se refere à sua área verde, parte da floresta do Congo, a conhecida Reserva Florestal do Mayombe, que é parte desse ecossistema verde, presente nas Repúblicas do Congo Democrático, Congo Brazzaville, Camarões e Gabão.

Assim, é cabível também considerar no âmbito da sociedade reflexiva a identificação de riscos, de acordo com Beck (2001) também como oportunidade de negócios, de produzir e vender a segurança, que não ameaça a lógica dedesenvolvimento capitalista; pelo contrário, ele conduz isto a um grau mais elevado. Os riscos nesta modernidade radicalizada incorporam negócios em grandes dimensões, envolvendo igualmente grandes monopólios.

Pode-se saciar a fome, satisfazer outras necessidades, mas os riscos assaltaram a civilização, constituindo um reservatório de necessidades sem fundo, insaciável, eterno, que ele autoproduz. Com os riscos, porque não dizer como Luhmann, citado por Beck (2001), a sociedade afasta o “autorreferencial”, independente do contexto da satisfação das necessidades humanas; ela explora economicamente, inclusive, os riscos que produz. E nesse sentido importa lembrar os acordos internacionais em torno de questões como o clima, a poluição, o aquecimento global, a biodiversidade, em meio aos quais reside o desafio de escolher à qual modernidade os países em desenvolvimento desejam associar-se. A que apresenta possibilidades de criar utopias para uma modernidade mais justa e com outras formas de utilização dos recursos naturais, ou a que já distribui os riscos na proporção inversa à distribuição da riqueza, mas que, ao fim e ao cabo pode não ser vantajosa para os humanos de modo geral.

Tudo é atingido pelos riscos e assim é a civilização que os nomeia; mas nas situações de classe, de camadas sociais diferenciadas, o ser determina a consciência; e nas situações de ameaça a consciência deveria orientar o desenvolvimento do conhecimento e a sua extensão tecnológica, aí levando-se em conta a dimensão política desses processos, à luz de uma sociologia, de uma teoria da constituição e da difusão do conhecimento sobre os riscos, bem como do conhecimento como razão instrumental.

4.4 AINDA ASSIM, ANGOLA E O DESENVOLVIMENTO NO PÓS-GUERRA CIVIL

Em Angola, ao analisarmos os planos correspondentes aos esforços de reestruturação do país, a partir de 2002, parece prevalecer a visão de desenvolvimento na qual o conhecimento científico é a base, razão instrumental fundamentalmente presente; assim como não se dá o devido valor aos saberes e práticas tradicionais, a talvez necessidade de empenho noutras direções de desenvolvimento que não o representado pela variação positiva do PIB, não importa o quanto a exportação de bens primários represente nesta pauta. Basta comparar o quanto representa, no Orçamento Geral do Estado, os volumes de receita dirigidos para o petróleo e para a agricultura e a pesca, educação e saúde públicas.

Na direção desta orientação acerca de desenvolvimento, admite-se que o conhecimento científico, até um determinado momento, precisa ser objetivado, submetido às regras do jogo da experimentação e da verificação; isto certamente não esgotaria/esgotará o exercício da razão, tampouco a imunizaria/imunizará à crítica, ou aos questionamentos éticos e políticos (MORIN, 2005).

Como já referido anteriormente, Angola, em termos de estrutura educacional, empreende sua segunda reforma, começada em 2002 e prevista para ser concluída em 2012. No âmbito desta política são requisitados professores especializados para dar conta das novas dinâmicas projetadas com vistas à modernização dessa estrutura, cujos elementos o país não possui em número suficiente. Igualmente não há ainda, em pleno ano de 2010, estrutura física para receber 35 crianças em cada turma, sem que nenhuma fique fora do sistema. Outro agravante é a insatisfatória disponibilidade de material didático para dar suporte à aquisição de conhecimento por parte dos aprendizes, sem contar que os conteúdos curriculares são descontextualizados de sua realidade concreta. É o atestado da (pré) dominância de um

modelo de formação desenvolvido por políticas que se dizem educacionais, prevalentes em lugares cuja produção e sistema de difusão e aplicação do saber científico são ratificados pelos que protagonizam a realização da modernidade.

Um conhecimento científico desprovido de reflexão, sem um olhar crítico. Adquirido de forma equivocada, sem produzir algo novo para a sociedade, acompanhado das atrocidades do colonialismo, do neocolonialismo e das convulsões políticas, apresentando um saudosismo anacrônico dos modelos impostos sem nenhuma articulação com o senso comum (SANTOS, 1989). Esse conhecimento é, dessa maneira, desarticulado da ideia justificadora da pertinência da ciência: contribuir com o bem-estar da humanidade. Para o que a atividade científica, antes de tudo, deveria ser concebida e exercida como uma atividade social, política e econômica, em diálogo com os contextos sociais, culturais e políticos, ao mesmo tempo reconhecendo exigências e limites do ambiente natural extra-humano de cuja existência ainda depende a dos homens.

Cabe dizer que não necessariamente esta perspectiva seria incompatível com o que preconizou Max Weber acerca da objetividade do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política²⁹. Quando compreendeu que a ciência deve ser objetiva, estava a exigir do cientista, na medida do possível, isentá-la dos juízos-de-valor nos argumentos que se querem “científicos”. Para ele, à ciência não caberia um papel normativo, de ensinar o que deveria ser feito. Antes possíveis dificuldades dessa isenção em relação aos procedimentos e resultados das pesquisas em Ciências Sociais, o pesquisador trabalharia com base em dois parâmetros de conduta. O primeiro envolveria a distinção entre os critérios empregados para medir a realidade empírica e os argumentos que envolveriam os juízos-de-valor. O segundo, enquanto extensão do primeiro, respeita a demonstração, por parte do pesquisador, do momento em que sua fala configura a voz do intelecto, da razão, enquanto argumentação científica e assume traços de subjetividade, legitimando-o como cidadão dotado de uma carga de sentimentos e valores (WEBER, 1992).

O exposto remete para o significado do termo “objetividade” nas ciências sociais. O argumento weberiano neste aspecto trafega por certas palavras que vão formulando a resposta para tal preocupação. As palavras que possibilitam sustentação para a tese da

²⁹ Cf. WEBER, M. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 1. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992. Trata-se de uma coletânea de cunho ensaístico escrita por Weber no período de 1903 a 1919. As primeiras duas publicações, em alemão, são de 1922 e 1951.

objetividade nessa área são “conexão” e “relação”, ambas direcionando a análise científica para um fazer científico mais consensual entre os pesquisadores.

No estudo de um fenômeno social, o atributo da “regressão causal” é um imperativo válido para se pensar nas conexões e relações que o objetivo investigado assume no seu percurso histórico, mas que sempre será caracterizado como algo limitado, que representaria apenas um aspecto parcial da realidade empírica. Weber (1992, p. 121) observa que “o domínio do trabalho científico não tem por base as conexões ‘objetivas’ entre ‘coisas’, mas as conexões conceituais entre os problemas”. Assim, nas pesquisas de Ciências Sociais as conexões são importantes, sendo a partir do empírico, ou de aspectos teóricos.

É assim que Weber (1992), ao fazer referência ao conhecimento científico e ao desenvolvimento, chama a atenção para este pensamento científico desenvolvido pelo homem que concentra o seu conhecimento na criação de tecnologias ao serviço das transformações econômicas, da instrumentalização do pensamento.

Adorno e Horkheimer, algumas décadas depois, deram prosseguimento ao debate sobre a instrumentalização da ciência como colaboradora na dominação. Perceberam que dentro da matriz constituída para o projeto moderno havia acontecido uma cisão entre a ciência e o encanto, afirmando tal constatação mediante o fato de que o esclarecimento através da razão trouxe a promessa do progresso de pensamento libertando-o do medo, do encantamento do mundo, dos mitos e da imaginação, de deus e da religião. Ocorreu, no entanto, uma substituição de mitos e rituais por outros sob o comando de uma ciência absolutizada, do cálculo, dos procedimentos matemáticos.

Adorno e Horkheimer (1985) afirmam que durante todo século XIX e XX o conhecimento científico se firmava nessa verdade absoluta. A dúvida metódica de Descartes deixa de ter um significado neste novo cenário, persistindo na criação de tecnologias sob a lógica da racionalidade econômica perpetuada na industrialização, perspectiva produtiva da, parafraseando Berman, “aventura da modernidade.” Uma aventura cujos riscos segundo Beck, resultaram justamente da exacerbação da utilização da razão técnica submetida a uma lógica econômica excludente, na qual se enraízam as origens das grandes catástrofes que o mundo está a conhecer, inclusive as guerras, oportunidades de lucros para um ramo produtivo importante, a indústria do armamento.

Diante dessas constatações, e em contexto de crise econômica nos anos de 1970, com a crise do petróleo, a flexibilização produtiva, o recuo do Estado de bem-estar social na Europa, é que toma parte deste debate os que defendem a mudança de paradigma uma vez considerados abalados os pilares da matematização, da experimentação no estágio em que se encontra a modernidade, interpretado por Prigogyne (1996), como momento do fim das certezas, do desamparo, do desespero dos homens. E, na busca de saídas para a resolução destes problemas, para além do resgate do senso comum e da interdisciplinaridade, Feyerabend (1977) retomou o entendimento de que a Ciência é apenas uma das formas de pensamento desenvolvidas pelo homem, mas não necessariamente a melhor.

A reflexão do autor acima se coaduna com o abalo dos pilares da ciência moderna e o desespero do homem que depositava na ciência toda a confiança. A quebra do paradigma positivista e cartesiano deixa o homem perplexo, sem amparo, visto que a ciência deixa de ser a única verdade absoluta a quem foi outorgada a responsabilidade de resolver os problemas da humanidade.

De acordo com o que vem sendo exposto acerca do conhecimento científico, seus métodos e aplicações, com ênfase no papel que este tipo de saber tem desempenhado como instrumento de dominação, de negação da razão crítica, sendo, portanto, uma das formas de conhecer, de explicar, entre outras que não desapareceram completamente, coloca-se a seguinte questão: por que o lugar privilegiado dado a este tipo de saber nas iniciativas da reconstrução de Angola? Por que devemos adotar os métodos da ciência, reproduzir os saberes e as práticas associadas a este tipo de saber, descontextualizado e distante de ser capaz de resolver os nossos problemas? Conforme o pensamento de Santos (1998), sendo assim, não estaríamos insistindo em formar pessoas como ignorantes especializados (SANTOS, 1989)? Os instrumentos que constroem são de manutenção do estabelecimento, do pensamento reducionista.

Talvez tal insistência seja um contrassenso caso se considere, de acordo com Sousa Santos, que as descobertas e avanços tecnológicos favorecem apenas 10% da população mundial concentrada na Europa, junto com a dos Estados Unidos e de parte da Ásia atual. Os outros 90% estão concentrados numa outra parte da Ásia, da África e da América Central, menos favorecida, sem possibilidade de acesso a esses avanços. E quando têm é na forma da utilização de instrumentos para destruir, matar e humilhar os países subdesenvolvidos.

Castells (1999), contemporâneo de Santos (1989), sustenta a mesma posição quando em *Fim de Milênio*, terceiro livro da trilogia “A Era da Informação”, dá conta destes países enquanto subjugados, manipulados e maltratados.

4.5 AO CHAMADO DO DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAR EM LÓGICA PERVERSA

Os países africanos são representantes dessa dura realidade produzida pela colonização a que foram submetidos em mais de cinco séculos. Ao conquistarem sua liberdade, nesse período muitos destes países estão celebrando o 50º aniversário das suas independências, sem que isto tenha contribuído com a institucionalização de ordenamentos sociais renovados, modernizados; sem que o conhecimento científico tenha possibilitado melhoramento nas condições de vida das pessoas, nos sistemas econômicos e políticos locais. Apenas tem-se dado continuidade a uma modernização subsumida aos interesses do capital transnacional.

Paradoxalmente esses países se tornam escravos dos grandes monopólios, o que certamente representa um modo de escravismo às técnicas e ao conhecimento científico, que não reconhece outras formas de conhecimento. Então essas nações são desconsideradas quando não optam pela orientação do cálculo racional, pelos interesses da acumulação de capital na administração dos seus recursos naturais, como os hídricos, florestais e minerais com destaque para o petróleo. Quanto a isto não se pode deixar de associar o poder assumido pela razão na dialética do esclarecimento em Adorno e Horkheimer, objeto de reflexão de Freitag:

A dialética do esclarecimento descreve uma dialética da razão que sua trajetória, originalmente concebida como processo emancipatório que conduziria à autonomia e à autodeterminação, se transforma em seu contrário, em um crescente processo de instrumentalização para a dominação e repressão do homem (FREITAG, 1994, p. 34).

Essa instrumentalização e a dominação que ela facilita cada dia se fortalece como ordem nos países periféricos em busca da modernização, cuja lógica é baseada na acumulação e no lucro imediato, com o capitalismo aperfeiçoando a sua hegemonia, assumindo novas características, mas não mudando de natureza. De acordo com Castells,

O surgimento do capitalismo informacional/global no último quarto do século XX coincidiu com o colapso das economias africanas, a desintegração de muitos dos seus Estados e a dissolução da maioria de suas sociedades. Como consequência, fome, epidemias, violência, guerras civis, massacres, êxodos em massa e caos social e político constituem, neste final de milênio, traços característicos da terra que assistiu ao nascimento do fóssil Lucy, talvez o ancestral da Humanidade (1999, p. 107).

O surgimento do capitalismo informacional/global e a coincidência com o colapso das economias africanas continuam possibilitando os grandes monopólios a tutelarem o conhecimento científico convertido em tecnologia, submetendo-o ao aperfeiçoamento das estruturas de exploração dos recursos desses países, sem no entanto levar em conta os riscos sociais e ambientais daí decorrentes.

Em nome da busca do desenvolvimento, esses países se submetem apenas a negociações que permitem a acumulação de capital para esses monopólios, o que não é contestado a ponto de poder-se produzir transformações. E isso se deve em parte à aceitação da ciência como conhecimento a ser reproduzido, como modelo a ser imitado. Se com toda a crítica à razão instrumental, como aspecto a que se reduziu a ciência moderna, não se conseguiu ainda mudar de paradigma, eleva-se a preocupação quando se verifica uma aceitação, uma reivindicação quase incondicional da mesma nas realidades de destituição social mais agravadas. Nisso, justifica-se a necessidade de colocarmos em debate o conhecimento científico que queremos e que desenvolvimento está se almejando. Retomando a concepção weberiana de ciência, vimos que ela nos remete a uma vocação organizativa de disciplinas em busca de autoesclarecimento e conhecimento de fatos e, nesta perspectiva, ela não poderia ser considerada como algo dado e pronto, mas que precisa ser construída e posta à prova a todo momento. Nessa condição inevitável de historicidade nos são dadas também possibilidades para a reflexão e a crítica sobre o que ela produz tecnicamente.

Mais do que nunca, o conhecimento científico atualmente não pode ser visto como absolutamente certo, único e inquestionável; constituído em dogma; mas sim, como uma das formas que leva ao desenvolvimento de tecnologias; passível do cultivo de diálogo com outros saberes, cujas contribuições se reverteria/converteria em construção de outras racionalidades, (inter)mediadas por questionamentos à dominação de uma racionalidade econômica para a qual a natureza é um objeto apropriado, na medida de seu potencial de gerar lucro.

No contexto dessa lógica, a participação da maioria dos países, nos projetos de modernidade, lhes desfavorece, visto limitarem-se a explorar, exportar as suas matérias-primas e importar e consumir bens finais, com valor agregado, portanto mais caros que os bens que exportam. Angola, por exemplo, que já foi grande exportador de uma espécie de peixe chamado carapau (*Trachurus trachurus*), pertencente à família de *Sparidae*, hoje importa carapau para o consumo das populações. O país exporta petróleo e precisa importar utensílios de plástico. Exporta madeira em tora e importa carteiras e mesas feitas com resíduos das indústrias madeireiras.

Mesmo depois de suas independências, permaneceu o olhar, sobre estes países, como espaços a serem civilizados, a serem modernizados, a se desenvolverem; a mudarem, mas não no sentido de potencializarem saberes e práticas endógenos, valorizando-os como meios capazes de prover a existência dessas sociedades.

Vale lembrar, neste sentido, a quantidade de pessoas especializadas na metalurgia e também no conhecimento de técnicas agrícolas, de pecuária, principalmente as originárias da Costa do Ouro e do Reino do Congo, pessoas essas valorizadas pelos comerciantes de escravos que as adquiriam e vendiam para os empreendimentos coloniais nas Américas. No Brasil, por exemplo, os ciclos açucareiro e do ouro, dos séculos XVI ao XVIII, em muito se beneficiaram do conhecimento e das tecnologias trazidas do continente africano por estas pessoas que aqui chegaram na condição de escravos.

Não só a questão da valorização do saber científico em detrimento de outros – atitude esta incorporada pelos próprios africanos no processo colonial – mas também saberes e práticas religiosos nesse processo de dominação lá constituíram a racionalidade econômica capitalista. Em sua origem, de acordo com Weber [(1904-5), 2005], esta racionalidade está fundamentada no *ethos* protestante, em uma ascese religiosa a conferir sentido às práticas econômicas voltadas para produção de riqueza e o reinvestimento desta na ampliação dos empreendimentos produtivos. Max Weber observou a importância desse aspecto tanto na América quanto na Alemanha, onde as cidades mais ricas aderiram à Reforma e ao protestantismo. E até o momento atual, tanto os Estados Unidos quanto a Alemanha constituem duas das mais importantes referências na economia mundial, quanto no domínio do campo científico articulado ao desenvolvimento de tecnologias e na capacidade de transformação da matéria-prima importada em geral de países mais pobres. Na África, o

ethos do capitalismo não se justifica só pela reforma protestante bem antes da reforma a perspectiva do trabalho religioso realizado pelo catolicismo, contribuiu para justificar a dominação sobre os africanos, o que foi muito mais excessivo antes da Reforma Protestante e, contraditório e complementar, ao projeto moderno, o comércio de pessoas considerados como matéria-prima na África tinha o respaldo da Igreja Católica, até a total dominação onde suas riquezas foram exploradas para acumulação do capital na Europa e na América.

Mas, curiosamente, a chegada dos religiosos protestantes a países africanos e de outros continentes tem significado sobretudo a difusão de uma doutrina de fé e de pobreza. De fato, através do ensino, a difusão dessa doutrina de fé se realizou e ainda se realiza; no entanto, da doutrina da pobreza, não se pode dizer o mesmo. Muitos missionários protestantes usufruíam de viaturas e casas confortáveis e ao fim dos seus mandatos muitas vezes, destruíam os móveis, roupas e outros objetos domésticos. Em passado mais recente alguns vendiam os bens aos africanos.

Hoje, o campo econômico, é cada vez mais autônomo em relação ao campo religioso. O *ethos* capitalista justifica-se em si mesmo e nos argumentos pautados nos resultados científicos cristalizados nas tecnologias, nas estruturas de produção de riqueza cada vez mais aperfeiçoadas e capazes de libertar a todos do domínio da necessidade, de promover o desenvolvimento como liberdade, não fosse a preponderância da lógica da reprodução das desigualdades, condição *sine qua non* da acumulação. Como explicar, se com toda essa capacidade produtiva, imensos contingentes humanos continuam a morrer de fome, a não ser percebendo o quão falacioso é colocar à ciência como finalidade a resolução dos problemas da humanidade.

E assim, a considerar a percepção e as práticas dos governantes em Angola, a questão do desenvolvimento social, mesmo com as manifestações, ao nível do discurso em favor da modernização fundamentada no saber científico, continua sendo colocada para trás na pauta de prioridades. O impacto visual de obras de engenharia civil como as torres residenciais e de hotelaria, de refinarias de petróleo, de estádios esportivos, promove muito mais adesão do que obras de saneamento básico, construção de escolas, hospitais e transporte público.

Se em Angola almeja-se a reconstrução nacional promovendo o desenvolvimento, não se pode confundi-lo com crescimento econômico e realização de obras-símbolo de

opulência, e assim, de desigualdades, que afrontam multidões de desassistidos, distantes da liberdade substantiva, conceito identificado em Sen (2000) desenvolvido a partir do exame cuidadoso dos casos indiano, latino-americanos e africano, nos quais incide ainda a pobreza extrema, o constrangimento pela fome coletiva, pela privação de direitos básicos. Mas em Bunge (1989) quando analisa as relações entre ciência e desenvolvimento, já estava em destaque a globalidade do conceito de desenvolvimento quando remetido aos aspectos biológico, político, econômico e cultural. Para este autor, cada uma dessas dimensões deve ser necessariamente considerada quando a questão é alcançar o desenvolvimento.

A indústria e o comércio modernos demandam mão-de-obra saudável e competente. E a educação – que é tanto meio quanto fim – exige apoio econômico e liberdade. Por sua vez, esta última, observa o Bunge, não se usufrui como um bem cultural, não é uma coisa, é sim um estado de coisas, não substitui a abundância ou a cultura, e sim é um meio para usufruir uma e outra.

Por outro lado, a cultura não pode se desenvolver vigorosamente e com continuidade onde não existe um mínimo de condições econômicas e de liberdade de criação e divulgação. Esta concepção integral do desenvolvimento se encontrou com o pensamento de Sen, pois para ele, se essa integralidade for conquistada ela se torna libertadora. Se Angola almeja um desenvolvimento coerente, a reconstrução nacional deve se pautar nos pilares estabelecidos, a saber, os da integralidade e da liberdade.

E para não permanecer buscando-se o desenvolvimento como uma abstração, como superação de representações estatísticas regionais lamentáveis, como um sonho, convém também considerar em Hermet (2002), a compreensão dos labirintos de cada contexto, as capacidades de saberes e práticas locais, suas metamorfoses pois, a dimensão cultural, humana, uma germinação endógena, se não contemplada por políticas de desenvolvimento, são fadadas ao fracasso.

E a propósito de integralidade e complexidade, no conjunto de aspectos sobre os quais recaem as reflexões sobre desenvolvimento, modernidade e ciência, aqui recuperadas, é interessante, conforme refere Veiga (2008), observar que não só desenvolvimento, mas o que se propõe desde fins dos anos de 1980 como desenvolvimento sustentável, continua a exigir observações e análises, a fim de que se evite a utilização vazia desses termos para justificar projetos e interesses não importa qual segmento social os acione. Sem negar as controvérsias

conceituais, a sustentabilidade no tempo das diversas experiências sociais humanas vai depender, de acordo com este último autor, de suas capacidades de submissão aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. E por isso é pertinente referir desenvolvimento sustentável, no sentido do socialmente *includente*, ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo, isto é, sem esgotar as reservas de recursos. E então planejar ações de governo para que o desenvolvimento econômico perceba sua necessidade ambiental e seja sustentável convém considerar:

- a) O socialmente justo defende que os produtos explorados em uma determinada localidade devem beneficiar a população que lá se encontra, dando melhores condições a mesma (escolas, hospitais, entre outros);
- b) O ambientalmente correto exige que o cuidado com o meio ambiente proceda a reposição de espécies no caso dos recursos renováveis vegetais por exemplo;
- c) O economicamente viável recomenda que o capital obtido deve ser investido no desenvolvimento, a fim de que eleve o nível e o bem-estar das populações.

Tratando-se do contexto angolano, vejamos o que a Lei de Bases do Ambiente de Angola define como desenvolvimento sustentável³⁰:

[...] é o desenvolvimento baseado numa gestão ambiental que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer o equilíbrio do ambiente e a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem também as suas necessidades (ANGOLA, CDI/MINPAM, 2005, p. 18).

Porém, a exploração excessiva de recursos naturais em Cabinda, por exemplo, não se baseia nessa concepção, estando subsumida completamente à racionalidade econômica a qual Leff (2006) analisa e demonstra a impossibilidade de, dentro dessa lógica, alcançar-se a sustentabilidade. Para este autor, a reapropriação social da natureza é que se anuncia como exequível a partir do prevailecimento de uma outra racionalidade, a ambiental, construída coletivamente, com base em uma ética a considerar a natureza ambiental extra-humana em seu valor intrínseco, em seu direito de existir de acordo com seus ritmos, do contrário sempre haverá o perigo do esgotamento, colocando-se em risco a própria presença das sociedades humanas sobre a Terra. Estes conceitos de desenvolvimento convergem em certa medida para o conceito de Sen, para quem o sentido do desenvolvimento está além do Produto Nacional

³⁰Lei de Bases do Ambiente – Lei nº 5/98 de 19 de Junho – Diário da República – 19/06/1998.

Bruto (PNB), que pode alcançar números impressionantes sem estar associado ao aumento de renda das pessoas, à industrialização, a avanços tecnológicos endógenos ou modernização social; sem estar associado ao bem-estar coletivo.

Por essa razão é que se vem tentando na África fazer corresponder o crescimento econômico, o desenvolvimento humano e as exigências ambientais. Em 2008 a SADC, em cooperação com a New Partnership for Africa's Development (NEPAD), desafiaram Angola a reduzir substancialmente a pobreza em 50% até 2015. O cumprimento desta meta, que dificilmente será operacionalizada, exigiria um esforço contínuo e vigoroso da parte do governo e de todos os parceiros da sociedade angolana, para se programar um desenvolvimento libertador. Neste esforço Angola precisaria estar atenta ao tipo de cooperação para o desenvolvimento que poderá estabelecer. Ferreira (2003)³¹, em “*Os desafios das Relações Europa-África*”, afirma que relativamente à Cooperação para o desenvolvimento,

[...] o continente africano tem sofrido uma marginalização crescente, uma vez que, por um lado, se verifica uma diminuição dos níveis de ajuda e, por outro lado, existe uma relutância cada vez mais acentuada por parte das agências de doadores em assumir riscos. Além do mais, é prática corrente entre os doadores procurar que seja a realidade a adaptar-se ao seu quadro institucional em vez de ser este quadro adaptar-se a realidade, o que mais uma vez, vem confirmar a necessidade de encontrar abordagem inovadora e alternativas aos moldes em que decorre tradicionalmente a cooperação para o desenvolvimento (2003, p.4).

Assim, a abertura de cooperação para o desenvolvimento com a NEPAD, SADC e Banco Mundial podem ser ainda pertinentes; porém, torna-se necessário, encontrar novas formas de coordenação e sustentabilidade nas ações de cooperação e desenvolvimento dos países participantes. É recomendável que se priorizem as relações entre pares contextuais, unidos em parceria para negociar com outros cenários.

Após esse passeio pela literatura concernente às questões da modernidade, da ciência e do desenvolvimento – tendo em vista refletir sobre o significado das iniciativas de Reconstrução em Angola após o estabelecimento dos Acordos de Paz em 2002, nos próximos

³¹ Patrícia Magalhães Ferreira é autora do *background paper*, cujas recomendações foram apresentadas aos chefes de Estado e de governo de países da Europa e da África em fins de 2003. Na altura Ferreira estava vinculada ao Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI), sediado em Lisboa. Trata-se de uma instituição de pesquisa sem fins lucrativos, dedicada à promoção do debate acerca de questões internacionais em suas dimensões política, cultural, econômica e da informação. Cf. www.ieei.pt.

capítulos intentaremos visualizar a aldeia de Fútila e a vila de Buco Zau nesse contexto de reforço no discurso do desenvolvimento e da modernização em Angola, cujas ações parecem não repercutir em termos de mudança em relação à lógica anterior e pós-independência. Como as pessoas, as comunidades têm resistido, têm organizado a sobrevivência frente à permanente centralização de poder, concentração da riqueza, submissão cultural, ausência dos elementos de política pública que garantiriam sua liberdade substantiva?

CAPÍTULO V – DAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA ALDEIA DE FÚTILA E VILA DE BUCO ZAU

A abordagem das diferentes relações construídas será relacionada em função da presença de fatores externos ligados à exploração dos recursos naturais, nestas localidades, esta abordagem será vista sob ponto de vista das diferenças causadas pela interferência do uso privado de espaços comuns e de bens coletivos, pelas entidades exploradoras de madeira e petróleo, afetando de maneira intensa essas sociedades excluindo-os cada vez mais e com uma produção sucessiva de injustiças diante das diferenças socioculturais.

Com as transformações sociais visíveis ocasionadas desde o colonialismo até a guerra civil, a insistência de interferências das exploradoras agrava a alteração não só do *modus vivendi* dessas sociedades, como alteram todo um conjunto do ecossistema, na qual fazem parte a organização territorial, a morfologia, a paisagem, a ecologia, produzindo outras dinâmicas. Assim, um período de interferências, por exemplo, no caso do petróleo há de se considerar do momento em que se procede o trabalho de prospecção até a obtenção do produto final.

5.1 SOBRE A CULTURA

Quando retratamos a realidade histórica de Angola e de Cabinda em particular, visualizamos quão forte tinha sido a influência cultural sofrida pelas populações fruto da colonização. Estes impactos começam na interferência dos colonizadores nas estruturas pré-coloniais e se perpetuaram nas estruturas chamadas pós-coloniais, com o descultivo, de um complexo de padrões, de crenças e comportamento, que eram transmitidos colectivamente às sociedades. Esse descultivo se repercute na sociedade, desde o comportamento até as relações interpessoais, ora construídas num todo, formando uma nova espécie de angolanos, futilenses e buco zauenses. Isto significa dizer que o choque cultural que há nessas localidades e comunidades é de fruto de várias externalidades, e persistem hoje com as interferências já mencionadas. Quanto à dimensão sociocultural podemos aqui referir os saberes tradicionais que essas aldeias ainda praticam e como são impactados. Questionados sobre que saberes tradicionais locais que ainda são valorizados, nas suas respostas foi possível perceber, as seguintes convergências e divergências na *práxis* dos saberes tradicionais nas duas localidades

de pesquisa. Saberes tradicionais ligados a ritos que confirmam a ordem social dessas populações (MACAMO, 2008).

Do ponto de vista da transmissão de saberes tradicionais a atividade pesqueira é uma das que, em Fútila, tem apresentado mudanças importantes. A nova geração não vê na atividade pesqueira uma solução para o seu futuro. Uma atividade que já foi desenvolvida por seus ancestrais, e motivo de movimentação das comunidades do interior para o litoral, hoje ela é mantida por pessoas cuja idade em média, estão acima dos 45 anos de idade (Ilustração – 7).



Ilustração – 7 – Canoas usadas na atividade pesqueira e um ancião pescador consertando suas redes de pesca – Fútila - 2009

Fonte: Acervo CANGA, J. - 2009

Todavia, existe um esforço para a manutenção dos saberes tradicionais, ou populares. Seja de forma consciente ou inconsciente. Esses saberes populares são aqueles que a ciência considera de senso comum, Santos (1988) *considera, senso comum como um conhecimento cotidiano que orienta as nossas ações e dá sentido as nossas vidas* é nesse sentido que as populações existem em praticar esses saberes. A reorganização do atual Ministério do Ensino Superior e da Ciência e da Tecnologia de Angola prevê na sua estrutura a criação do Instituto Nacional do Conhecimento Tradicional, que pelo que se espera, vai procurar resgatar este tesouro, denominado conhecimento ancestral. As comunidades são em parte as mais interessadas neste resgate. Vejamos a súmula desta resposta nos dizeres de **Muila e Tzaca:**

Nas nossas bualas (comunidades), ainda valorizamos os saberes da pesca, da caça, do palmar, das parteiras tradicionais. Os curadeiros

tradicionalis que tratam com folhas da mata, as mulheres da aldeia ainda continuam a ir na lavra e cuidar dos filhos, os homens que têm dinheiro ainda dão alabamento³² ou dote, ainda praticamos as nossas danças, comemos as nossas comidas típicas como muamba de gingumba ou de denden, maiaca, chicuanga, bitoto, sacafolha etc. As mulheres ainda se enfeitam com tranças na cabeça, e se vestem de panos. As nossas línguas ainda são faladas principalmente o kioymbe e o kiouio. Mas o grande problema é que muitos jovens já não querem aprender muito desses saberes. Acaba que, só os mãis velhos as praticam. Afirmam os jovens que, com esses saberes não se tem futuro, porque existe muito risco hoje para exercer por exemplo a caça, a pesca, e a agricultura em alguns casos. Nós que pescamos somos proibidos a pescar perto das plataformas e no mais já não há muito peixe no nosso mar precisamos ir muito distante para pescar, sendo que por vezes, o peixe anda todo contaminado pelo petróleo, nas lavras a comida seca e tem que se pagar dinheiro para ir fazer lavras em outras localidades e gasta-se muito e na maioria das vezes sem rendimento. Quanto a caça, palmar, fazer lavras e tirar coisas da mata que são as nossas práticas no mayombe tudo está muito difícil, diz Muila. Os elefantes invadiram as lavras, em busca de comida e destroem tudo principalmente as bananeiras, tem muitos militares na mata, e as empresas madeireiras cortam tudo na hora de cortar madeira, os animais fogem para mais longe.

Diante das falas dos interlocutores quanto aos saberes tradicionais, que ainda estão sendo valorizados, é necessário destacar as comunalidades e as singularidades. Elas ficam patentes nas atividades como a *pequena agricultura* (Ilustração – 8), *a criação de animais o extrativismo, que assenta nas atividades de caça, palmar, a extração de lenhas, o extrativismo de frutas silvestres e de folhas medicinais; a medicina tradicional, a gastronomia, com uma ou outra alteração no conjunto dos ingredientes, a pesca, embora seja uma atividade muito mais intensa na aldeia de Fútila por estar geograficamente situada na costa marítima, considerando que na vila de Buco Zau, é feita nos rios de forma não expressiva.*

³² Uma espécie de dote



Ilustração – 8 – Atividades de agricultura familiar observáveis no Fútila e no Buco Zau – 2009, mulheres com N’pindi nas costas transportando bens agrícolas como banana e sakafolha
 Fonte: Acervo CANGA, J. - 2009

Do ponto de vista cultural, a dieta alimentar e as bebidas utilizadas, quer nos convívios sociais, como nas manifestações culturais, têm sofrido influência da colonização e da atual modernidade. Se no passado, a alimentação era na base de óleo de palma, obtida através do dendê, através do qual também se obtém a muamba, esse saber vai sendo aniquilado. Primeiro pelo derrube das áreas de palmares que tendem a diminuir com o tempo, segundo pela redução de pessoas que sabem subir numa palmeira (Ilustração – 9). Seja na aldeia de Fútila, seja na vila de Buco Zau, a cultura alimentar é similar.



Ilustração – 9 – Palmar para obtenção de dendê e marrufo, bebida local extraída mediante a seiva da palmeira - Fútila e no Buco Zau - 2009
 Fonte: Acervo CANGA, J. - 2009

Quanto à atividade de criação de gado, ou seja, a pecuária, as localidades tendem a ver essa ocupação entre os seus habitantes. Todavia, na aldeia de Fútila é mais comum as famílias possuírem galinhas, ao passo que na vila do Buco Zau, além de galinhas, as

populações praticam a caprinocultura como maior destaque, seguindo-se da bovinocultura (Ilustração – 10).



Ilustração – 10 – Criação de animais – pecuária - Buco Zau - 2009
 Fonte: Acervo CANGA, J. - 2009

A beleza feminina no que concerne a tranças e as vestimentas, o dote através do alambamento, as danças locais, são um conjunto de saberes comuns as duas aldeias. Por outro lado, o Tchikumbi, uma manifestação relacionada com o cumprimento de rituais de iniciação e de transição feminina é uma singularidade das populações de Fútila, ao passo que a construção do mwanza, local de conversa, de diálogo, de educação, de julgamento, de festa comunitária, é uma singularidade da população da Vila de Buco Zau.

Diante das comunalidades e singularidades, embora se formasse uma nova espécie de futilenses e buco zauenses pela interferência exógena e endógena, a manutenção da organização social da população dessas aldeias, ainda se remetem a atividades ancestrais para o enfrentamento das contradições já mencionadas. A terra para o cultivo, o mar para pesca, a floresta para o extrativismo recebem um valor simbólico intrinsecamente ligado à sobrevivência (TURCO, 2006).

Importa aclarar que os saberes fundamentais relacionados com o *modus vivendi* não se esgotam no conhecimento científico racional. Esses saberes tomam como suportes e aportes a linguagem, como forma de transmissão dos saberes, embora não sejam muito acatados pelas novas gerações. Ainda sim, por meio da linguagem, esses atores sociais elaboram estratégias, e se comunicam, sendo por isso detectada a convergência do pensamento de **Muila**, declarando que *as nossas línguas ainda são faladas principalmente o*

kiomybe e kiouio. **Muila** explica o significado da língua para essas aldeias. Para ela, essas línguas são muito importantes porque é mediante elas que nos comunicamos.

Segundo Vygotsky (1987), que compreende a linguagem como uma ferramenta psicológica, algo que é utilizado por cada um de nós para atribuir sentidos à experiência. Ela também é uma ferramenta cultural, aquilo que usamos para compartilhar a experiência e dar-lhe sentido de modo coletivo e conjunto. Neste caso, o *kyombe* e *kiouio* são duas línguas da mesma origem – bantu. É através destas línguas que as populações destas localidades se articulam na interação cotidiana na resolução de seus problemas, como nas trocas comerciais dos excedentes advindos das fontes de sobrevivência (Ilustração 11), nomeadamente, o peixe, a mandioca, a sacafolha, as grandes variedades de batatas, banana, a carne de caça, os derivados da mandioca, a saber, a mayaca, a chiguanga, a farinha da mandioca, o fubá e a giboa, a lenha, o carvão entre outros, incluindo os frutos silvestres.



Ilustração – 11 – Comercialização dos produtos excedentes obtidos da pesca e da agricultura – Praia de Artur e Mercado de Cabassango(2009)

Fonte: Acervo CANGA, J. - 2009

Esses saberes não só os possibilitam o enfrentamento das contradições, os identificam como povos que detêm um conjunto de valores, saberes e normas para construir a sua organização social (CASTELLS, 1999). São saberes tradicionais ligados a memória coletiva que considera o ritual como ponto primordial de verdade e de guardiães, (MAURICE, 1990), são saberes e memórias que passam de geração em geração, que acabam se tornando tradição.

Acredito que se não houvesse tanta interferência das entidades exploradoras dos recursos naturais, exercendo a cada momento tensões e tirania sobre o desenvolvimento dos saberes locais dessas populações, daria possibilidades a estes de criarem outros modos de crescimento.

Ainda que essas populações se esforcem em manter os saberes as interferências externas são muito agressivas e os levão a sucumbir. A língua é uma que enfrenta esse dilema. Os jovens alegam que para conseguir trabalhar, nas empresas madeireiras ou na exploração petrolífera, é imperioso o domínio de duas línguas “*impostas*”; o português e o inglês. Pergunta-se: o que estimula o jovem aprender *kyombe* e o *kiouio*?

Para a indústria petrolífera não se trata só do português, mas do inglês também, por isso, hoje a preocupação é a busca do conhecimento linguístico na língua inglesa. Esses impactos levam a juventude a desistirem a aprenderem esses saberes se deslocando para cidade em busca de formação acadêmica ou das melhores condições de vida e na maioria das vezes mal sucedidas, provocando assim, um crescimento desordenado das cidades (VENÂNCIO, 2000).

Ainda no que concerne a saberes culturais ou populares, **Tzaca** apresenta uma particularidade de saberes muito praticadas na aldeia embora não cumprido na íntegra, o *tchicumbi*, ritual de passagem para moças, um saber cultural que já não é praticado na Vila de Buco Zau um saber que se extinguiu-se há décadas. **Tzaca** afirma:

Hoje o *tchikumbi* já não é como antigamente, que as meninas entravam na casa de tinta não grávidas e demoravam de 7 dias a 2 meses ou mais dentro de casa. Para sair, usava-se *tukula*. A menina saía bonita, e só entrava com a idade certa sem nenhum envolvimento sexual. Esse tempo foi diminuindo. Hoje só fazem dois a três dias usam perfume com pó, muitas delas já entram grávidas. Muitas vezes por falta de dinheiro quando entra uma, aproveitam também que as outras meninas entrem só para fazer de conta. às vezes com 8 – 9 anos

de idade. Só para cumprir o ritual simbólico. A televisão mudou muitas coisas.

O tchikumbi ou nzo kualama é um rito de iniciação feita nas meninas na aldeia de Fútila. Os ritos de iniciação tanto para menina como para rapazes é uma prática ancestral imaterial. Os ritos de iniciação para as populações de Fútila caracterizam um processo de passagem de estágio para outra de convivência cotidiana, considerados como processos infinitos enquanto vivos e que terminam com a morte. Esse processo leva-os à renascência para uma nova vida, assumindo novas responsabilidades e aprofundando outras. É de ressaltar que os ritos de iniciação variam de lugar para lugar. Nas comunidades angolanas, por exemplo, esse ritual é denominado de tchikumbe em Cabinda e de ficu no sul do país, especificamente na província da Huila.

Outro ritual que atinge os rapazes é a prática da circuncisão. São ritos ainda muito praticados em alguns clãs. Ela marca em alguns casos, a passagem para a vida adulta. São rituais que, via de regra, são realizados no momento de puberdade tanto para meninas como para rapazes fazendo um paralelismo com o ocidente é conhecida a festa dos 15 anos ou festa de debutantes. Kikumbi significa virgem (*chinkumpa*). A partir do momento que a moça entra na “casa de tinta” uma denominação dada pelos portugueses, ela passa a ser conhecida de kikumbi até que contrair o matrimónio.

Martins (1972) nos apresenta duas perspectivas no que concerne ao rito de iniciação para as meninas enquanto costume ancestral: O *nzo kumbi kimpilo* e o *nzo kualama* ou *nzo kumbi kibuala*. A primeira é: NZO KUMBI KIMPILO. Era considerada a casa de tinta onde a menina entrava logo depois da manifestação da puberdade. Quando acontecesse o primeiro sinal da puberdade, no caso a primeira menstruação, a menina comunicava à mãe ou uma amiga muito próxima. De posse dessa informação os pais reuniam a família para elaborar estratégia para realização do ritual de passagem. Esse ritual era marcado por festas, e algumas cerimônias como a preparação do tukula³³. O local onde a moça será localizada, a casa onde vai passar os dias ou os meses, e como as amigas vão ornamentar a casa com esteiras.

Tudo ocorre sem o aviso prévio da kikumbi. Por isso, ela é retirada da aldeia no momento dos preparativos, e só volta quando tudo estiver pronto para então se dar o início do

³³ Tem o nome científico de *Pterocarpus tinctorius-Welw*, é o cerne da árvore reduzido a pó, serrim muito fino, com uma pigmentação vermelha e preparado como esfoliante, que é pintado na pele da kikumbi durante os dias que estiver de resguardo cumprindo o ritual, clinicamente esses paus são conhecidos de lukunga ou (pl.zinkuga)

ritual. Durante o tempo de resguardo que variava de 1 semana a 3 meses, era acompanhada por amigas e colegas da mesma faixa etária ou um pouco maiores, para que ela não se sentisse só. Isto porque ela chora pensando o tempo da infância que se finda. Em todo esse processo, há uma adulta de boa maturidade dentro dos preceitos clânicos. Esta tinha a responsabilidade de dar banho na menina, pintar o tukula. O mesmo tukula servia também para ela escovar os dentes. Era ornamentada com miçangas, braceletas, com argolas de ferro, cobre nos braços e nas pernas. Transmitia-se os ensinamentos à kikumbi no que concerne à vida adulta, as novas responsabilidades que vai assumir, sobre a preparação de alimentos, cuidar da casa, dos irmãos menores, aprofundar a questão do respeito à hierarquia etc.

O marco desta passagem era a raspagem do cabelo simbolizando uma nova vida. É bem patente que o ritual não se esgota numa simples passagem de estágios. Era carregado de um processo educativo que preparava a kikumbi para vida adulta. Com o passar do tempo, a kikumbi já na idade para se casar, ela vai agora para a NZO KUALAMA.

O NZO KUALAMA OU NZO KUMBI KIBUALA é a segunda perspectiva. Ele significa a casa da virgem da aldeia que se prepara para o casamento. O processo é quase o mesmo. A diferença é que aqui, o processo educativo ronda, em termos de vida a dois. Sobre a constituição da família o respeito com a hierarquia, o respeito com o futuro esposo, sobre a criação dos filhos entre outros ensinamentos.

A essa festa do Nzo Kualama, nenhuma rapariga poderia evitá-la. Seria faltar às leis do Nkisi-Nsi, às leis de lusunzi ou de luamda, quem casasse ou tivesse relações sexuais sem se sujeitar às cerimônias próprias da Nzo kualama que reúnem em todo cerimonial e que era próprio do Nzo Kumbi (MARTINS, 1977, p.200).

O tukula pintada na menina é um dos símbolos da cerimônia do ritual de passagem, uma formade registrar as leis do Nkisi-Nsi, as leis do lusunzi. Quem faltasse a essa lei era rigorosamente punida.

Na perspectiva de alguns clãs na África como já referenciado a iniciação para esses povos na sua essência marca uma etapa de passagem da infância para vida adulta, a construção de uma consciência na participação da vida comunitária e o contato com o transcendental, visto que todas as etapas que estão intrínsecas no ritual, desde do nascimento até a morte nos remetem a um jogo de papéis fundamentais no enquadramento das relações sociais do ser humano em uma determinada comunidade. É nessa conformidade que depois

dos ritos de passagem a moça começava se aprofundar em termos de conhecimento, dos saberes tradicionais, sobre o cultivo da terra, a preparação dos alimentos, como cuidar uma casa entre outras atividades cotidianas. O tchikumbi tinha um simbolismo valorativo para a comunidade do Fútila, intrinsicamente ligado ao mistério da fecundidade. Por isso, a cerimônia de iniciação da menina era oferendanda ou dedicada a Nkisi-Nsi, ou seja, ao deus da terra Martins(1977).

O simbolismo valorativo do tchikumbi vai se deteriorando com o passar dos dias como afirma **Tzaka**. *Há a substituição do Tukula em pó talco, assim como o tempo não é obedecido. Agora o tempo vai de 3 dias a uma semana*, entre outras substituições e modificações. Está deteriorização começa quando a virgindade destas moças passou a ser comercializada com os colonos isto já no período colonial. Esperava-se que, logo que a menina entrasse no *Nzo Kualama*, tivesse já o noivo pronto a pagar um bom dote. Caso não, sua virgindade era vendida ao colono, que em troca dava vinhos, bacacelas, aguardentes, sal, entre outros gêneros modernos. O cúmulo desta comercialização é a entrega da moça à prostituição, caso não tivesse noivo pronto a pagar e um colono para comprar a virgindade. Com incorporação da educação ocidental, onde esse ritual é considerado do senso comum, os pais já não aceitam de maneira nenhuma a menina passar tanto tempo na casa de tinta sem ir à escola. Por outro lado, a presença da empresa multinacional, que explora petróleo em Fútila, tem ocasionado mudança na vida dessas populações, a obtenção de bens primários de sobrevivência se tornam cada vez mais escassos. Dessa forma para algumas famílias a realização do ritual passou a ser deficitária, visto que a multinacional não apresenta a eles outras soluções de obtenção desses bens, porque nem sempre são empregos pela multinacional, nem pelo funcionalismo público. Aliada a esses fatos a presença da televisão é um outro vetor de mudança. Como o ritual é considerado de senso comum, os programas apresentados nos meios de comunicação de canais televisivos não fazem menção da importância educativa de alguns saberes tradicionais ou populares como ritual de passagem das meninas, por exemplo. São programas voltados a um modo de estar moderno. Na Vila de Bucu Zau, onde acontece a exploração de madeira, tal prática já foi extinta há muitas décadas com a forte presença da Igreja protestante. A falta de um ponto de encontro do pensamento ocidental; o moderno transforma esse saber tradicional de forma agressiva tais rituais que são considerados senso comum por não terem uma sistematização do patamar científico (SANTOS, 1988).

A incorporação do pó talco e a desencorporação do tukula foi uma invenção da Igreja protestante e que pode ser considerada como inclusão de um elemento moderno simbolizando o tukula. Para a doutrina protestante, o tukula carrega consigo um valor místico que não coaduna com as crenças cristãs. A grande transformação é que a descontinuidade na reconstrução continua do passado com a ação prática, tem nos levado a grandes colapsos sociais. Diante destas mudanças não é possível ainda encontrar um ponto de encontro entre a modernidade e os saberes tradicionais. A sensação é que modernidade se adapta aos saberes tradicionais e se petrifica até o ponto de aniquilá-los.

Os pais e as meninas têm tomado os seguintes posicionamentos: quem estuda só estuda, não pode fazer mais nada. Com isso, as meninas crescem sem saber fazer o básico, como fritar um ovo, não consegue se administrar. Fruto disso surgem as gravidezes precoces, visto que existe uma discrepância brutal, entre o que a modernidade propõe e a vida real. Diante dos preceitos do ritual de iniciação foi possível observar que existe uma imbricação entre o ritual e a tradição. O primeiro se concretiza na prática, a subjetividade se objetiva nas tarefas pragmáticas da atividade cotidiana (GIDDENS, 1997).

Ainda falando das singularidades, os sujeitos, da vila de Bucu Zau, colocam um saber, que eles acham muito importante embora esteja desaparecendo por influência da televisão. É a valorização do mwanza. Eles convergem dizendo o seguinte:

Era costume da, nosso buala fazer mwanza³⁴ na frente da casa porque não é qualquer pessoa que era permitido entrar na casa. Só entrava com a permissão do n'fumo n'zo ou seja, do chefe da casa. Se o chefe de casa não tivesse ele tinha que esperar no mwanza, e as refeições também geralmente ocorriam no mwanza. A sala era um lugar privado. Hoje as pessoas chegam muitas vezes sem bater a porta, vão entrando. A forma de cumprimentar mudou. As vezes nem cumprimentam vão sentando. As vezes se são parentes direito vão logo abrindo as panelas para ver o que tem para comer, e a mulher não pode dizer nada, senão é mal falada.

Para Milando (2007), no mwanza acontecem um conjunto de mecanismos que visam assegurar a conformidade dos indivíduos perante as normas sociais estabelecidas, que resultam em controle e regulação sociais. Uma das regulações é evitar a invasão de privacidade, embora o grau de parentesco fosse muito próximo entre as famílias, havia a necessidade de regular e controlar a entrada e saída das pessoas para dentro de casa. Os

³⁴ Uma espécie típica Jango com o teto feito de palhas;

problemas familiares como alabamentos³⁵, a festa da saída de casa de um recém-nascido, ou velórios eram resolvidos no mwanza. Por outro lado, a maioria das atividades cotidianas ocorriam no mwanza. As refeições, as conversas, as brincadeiras etc. O mwanza era considerado como o espaço de recreio também. A transmissão e construção de muitos saberes culturais ocorriam no mwanza. Esses saberes eram demonstrados na fabricação de muitos artesanatos, como o N'pindi,³⁶ N'tete³⁷, tchiteva ou sicuala³⁸, N'tende³⁹, N'cosi⁴⁰, Disa⁴¹, Sipú, Sungo-situma⁴², N'Baça⁴³, N'koko⁴⁴, Lulongo-Lun'ti, Luto-Lun'ti e soma -n'ti⁴⁵ entre outros.

Da costa (s/d)

acrescenta que mwanza genericamente é um símbolo da organização social tradicional, fundado sobre o parentesco matrilinear. Ele é antes de tudo, um quadro do poder político tradicional, em representação de um chefe de família. É um centro educativo tradicional, onde os velhos expõem os seus conhecimentos aos assistentes, em provérbios, onde órfãos são acolhidos e os ricos e pobres comem juntos sem distinção.

O significado educativo do mwanza se concretiza no seguinte provérbio “*Nsi wadi, mbembo wadi*”. Da costa (s/d) acredita que o significado textual do provérbio é o seguinte: *Dois povos, duas línguas*. Porém, o sentido educacional é:

cada povo tem os seus princípios morais e culturais, sabe como resolver os seus problemas, como punir o criminoso ou justificar um inocente; cada povo tem a sua maneira de agir, pensar, trabalhar e sua forma de realizar os casamentos, de expressar distintamente de outro povo.

A realização do casamento tradicional nas aldeias de Fútila e na Vila de Buco Zau é mediante o dote. Neste caso quem paga o dote é o rapaz com ajuda da sua família.

³⁵ Dote ou casamento tradicional;

³⁶ Utensílio que as mulheres usam para carregar produtos, principalmente agrícolas;

³⁷ Utensílio utilizado para o processamento de mandioca fermentada para preparação da mayca ou chikuanga;

³⁸ Esteiras feitas de ramos de palmeira;

³⁹ Cestos de diversas utilidades;

⁴⁰ Arco para palmar ou extrair marufo (vinho de palma);

⁴¹ Espécie de um cesto para pesca. Essa é especialidade praticada por mulheres na Vila de Buco Zau é sazonal;

⁴² Panelas de barro;

⁴³ Utensílio feito de barro para guardar ou refrescar-se na água;

⁴⁴ Instrumento de comunicação sem fio feito de tronco de árvore escultada. Ao ser tocado comunica sons, sendo que, cada tipo de son significa uma mensagem;

⁴⁵ Talheres feitos de madeira.

O alambamento nessas aldeias tinha uma representação simbólica muito importante. O pagamento do dote por parte do rapaz para essas aldeias não significa um comércio desumano, porém, simboliza a aliança entre as duas famílias *por isso o alambamento era participativo*. Da parte do rapaz o pagamento do dote era uma prova, *sine qua no*, perante a família da moça como garantia de que ele tenha condições de assumir suas responsabilidades como marido, futuro chefe da sua família, dando o seu voto de confiança e fidelidade à moça e à sua família para a tranquilidade desses. A prática do alambamento participativo era muito expressiva na vila de Bucu Zau.

Nesta vila por exemplo um casamento efetuado fora do clã paterno, pede-se um alambamento equitativo. Às famílias, paterna e materna do noivo preparam juntamente o dote, conformando-se com a “factura” conjunta, procedente da família da noiva. Depois, as quatro famílias, paterna e materna do noivo e da noiva, se reúnem numa data previamente marcada, normalmente no dia do Nkoyo. Nesse dia os chefes dos povos e clânicos são convidados ao ato. A cerimônia dotal se realiza nas localidades dos pais da noiva e, num sítio chamado “mwanza”, [...] Durante a cerimônia, os chefes e os velhos desenrolam as suas sabedorias em provérbios e canções que o estrangeiro não pode compreender. No passado, o alambamento continha os seguintes: Tsamba (vinho de palma), Ngombu evo Nledi salu (pano de ráfia ou similar), Ngulu evo Nkombo (animal). Por outro lado, segundo os usos e costumes da vila do Bucu Zau, os pais da noiva deviam dar a família do noivo um porco ou cabrito ou ainda uma ovelha, galinha, carne fumada e bananas, algumas esteiras, a louça e roupa de cama para a filha usar em casa do marido. Feito isto, os dois noivos são chamados para receber conselhos na presença dos idosos, e desejar-lhes um lar feliz cheio de prosperidades.

“TSUNGO NA DIKOYO” é uma expressão que serve para selar o ato de alambamento. Os chefes dos povos que participaram na cerimônia dotal, recebem no final do ato “tsunga na dikoya“. Isto é, uma soma de dinheiro que os engaja como testemunhas do ato realizado na presença deles, a fim de prestar declarações a quem e onde quer que seja (DA COSTA, s/d).

Quando as fontes de pesquisa, alegam que o alambamento já não é participativo é que ao longo dos anos esse ato foi tomando uma configuração fora dos parâmetros éticos culturais. A modificação do alambamento faz com que ela tome uma configuração puramente comercial. Isso começa com incorporação da maioria de artigos modernos e a desencorporação dos artigos já utilizados no passado.

Na primeira versão apresentada por Da costa (s/d) existe uma única etapa para concretização do alambamento, com a incorporação de artigos e comportamento modernos.

Martins (1977, p.194) apresenta três etapas até chegar ao valor quantitativo do alambamento total, isto é, o Mbongo zamikina, Mbongo zikunzikila kimigo e o Mbomgo zimakuela. Ou seja, a primeira quantia é para o rapaz pedir licença à família da moça depois de já falar com a moça. A segunda é para fazer o noivado e a terceira quantia é para fazer o alambamento total.

Então, para a primeira etapa, denominada de Mbongo zamikina, era estipulado o seguinte: 1 litro de aguardente (45\$00), 5 litros de vinho tinto, ou garrafão fechado (90\$00), em numerário, cerca de 100\$00, 1 pacote de fósforos (5\$00), 1 maço de cigarros *simba* (7\$00), 1 maço de cigarros Albert (7\$00), o que totalizava o valor de 254\$00 escudos. Os valores estão em escudos, pois era a moeda que se utilizava na época colonial, quando Martins escreveu sua obra.

Para a segunda etapa, Mbomgo zikunzikila kimigo, eram requeridos os seguintes produtos: 6 litros de aguardente (270\$00), 2 garrações de 10 litros de vinho tinto (320\$00), 1 litro de vinho licoroso (30\$00), 2 peças de pano (350\$00), 2 saias de dormir (60\$00), 1 fato para o pai (200\$00), 1 lenço para a mãe, lenço de cabeça (25\$00), 1 lenço para a noiva (25\$00) e em numerário o valor de 500\$00, totalizando 2.530\$00 escudos.

A terceira e última etapa, denominada de Mbongo zimakuela, cujos objetos eram: 12 litros de aguardente (540\$00), 4 garrações de 10 litros de vinho tinto (640\$00), 1 litro de vinho licoroso (30\$00) e em numerário, 1.000\$00, totalizando 2.210\$00. O valor total do alambamento a ser entregue à família da moça é de 4.994\$00 escudos. A comercialização do alambamento começa quando a preparação do dote já não envolve as duas famílias como era no passado. O contato passou a ser entre o moço e a família da moça. O alambamento acontece em três etapas.

Hoje o rapaz ao enviar a correspondência para pedir a fatura na família da moça deve o fazer necessariamente com uma quantia que acompanha a correspondência, no mínimo, o equivalente a 100,00 dólares americanos. Se o rapaz for de uma boa posição social esse valor vai até de 200,00 a 500.000 dólares americanos. Essa correspondência hoje é chamada de sinal. De posse desta correspondência a família da moça se reúne e elabora as faturas para o pagamento do dote, visto que são elaboradas duas faturas uma da parte materna e outra da parte paterna. Seguem-se alguns exemplos das faturas atuais.

Parte paterna: 1 fato, ou seja, terno completo e 1 par de sapato para o pai da moça, 10 grades de cerveja, 10 grades de gasosa, 15 garrações de vinho tinto de 5 litros, 5 garrafas de uísque, 2 garrafas de aguardente, 2 cobertores ou colchas, 1 porco. Como gêneros alimentícios são entregues: arroz, açúcar, peixe seco e ainda uma quantia equivalente aos 500.00 dólares americanos.

Para a parte materna, são solicitados 1 peça de pano super wax, 1 lenço de cabeça, 1 par de brincos de ouro, 1 par de chinelo, esses para agradar a mãe da moça; 5 grades de cerveja, 5 grades de gasosa, ou seja, refrigerante, 5 garrações de vinho, 1 garrafa de uísque, 1 garrafa de aguardente, 5 cobertores ou colchas, 1 porco, gêneros alimentícios como arroz, açúcar, peixe seco, uma quantia equivalente a 300.00 dólares, uma mala para a noiva recheada de roupas.

A mudança do valor simbólico do alambamento tem trazido contradições em escalas alarmantes no seio das famílias. A primeira contradição está relacionada com a ausência de capacidade financeira da parte do moço para dar conta da fatura a ele atribuído. Quando isso ocorrer estes se ajuntam mediante gravidezes indesejadas na maioria das vezes, sem portanto cumprir os parâmetros ritualísticos já incorporados numa visão moderna.

Um outro aspecto de mudança está relacionada com aqueles jovens com uma posição social privilegiada. Seguem todos os passos exigidos, porém, devido a super faturação do dote, e ao não ser participativa numa cultura fortemente machista, na maioria das vezes acabam considerando a esposa como propriedade privada. Esta mesmo sendo maltratada pelo marido, muitas vezes torna-se refém da situação. A própria família a aprisiona e obriga a não desistir do relacionamento, pela impossibilidade deles devolverem os artigos já consumidos. Por isso, ela sofre calada, muita das vezes perdendo até a vida pela excessiva violência.

Para essas populações, certamente a *televisão* influencia na modificação desses costumes hoje. Para além da questão comercial do alambamento por parte de muitas famílias que se aproveitam do evento para resolver os seus problemas econômicos, há uma tendência de desincorporação e reincorporação das novas formas modernas de casamentos transmitidas na televisão através das novelas, desconstruindo assim toda uma visão criativa do alambamento tradicional, para que a modernidade saia vitoriosa (BECK, 2001). O fato é que essa desincorporação e reincorporação não devem ser atribuídas somente ao advento da

televisão. Ele é somente um dos fatores entre outros que podemos aqui mencionar, a par do processo colonial, considerado um dos grandes vilões desta mutação.

No período colonial a intenção era das pessoas quererem ser semelhantes aos seus padrões na forma de se vestir, nos hábitos alimentares etc. Na ansiedade de se querer assimilar valores chamados civilizatórios para ser semelhante ao colono qualquer negócio era válido. Passar faturas altíssimas para se arrecadar mais, a virgindade das kikumbis passou a ser negócio. Se porventura a moça entrasse na casa de tinta e não tivesse o noivo pronto a pagar o dote sua virgindade era vendida a um colono com possibilidades de dar vinhos, bacaceiras entre outros artigos. Mais tarde, se aparecesse alguém que quisesse ficar com ela, juntavam-se. Caso não, ficava abandonada. Outros casos extremos na ausência de dote e dos portugueses prontos a comprar a virgindade, era colocada a se prostituir.

Quanto ao alambamento à situação é quase idêntica. Foram adicionados vários artigos modernos na fatura, e se tornou um novo arranjo agora. Só o moço que paga o dote por falta de condições financeiras das famílias. Assim se abre uma porta para o negócio. A televisão só agrava essa situação que se havia modificado há décadas.

5.2 ASPECTOS SOCIAIS

A modificação social nas populações da aldeia de Fútila e da vila de Bucu Zau está ligada com as mutações ocorridas dentro da contextura destas populações que formam essa sociedade. Na visão de Horkheimer e Adorno (1956, p. 25)

sociedade é como uma espécie de contextura formada entre todos os homens e na qual uns dependem dos outros, sem exceção; na qual o todo só pode substituir em virtude da unidade das funções assumidas pelos co-participantes.

Essa contextura ao ser impactada provocou um êxodo rural muito forte fazendo que as trocas comerciais aconteçam na cidade sede da província de Cabinda por causa de hoje concentrar um fluxo maior de consumidores. Por isso, as populações das comunidades se deslocam das suas áreas para realizar as atividades comerciais na praça ou no mercado de Cabassango. Os pescadores geralmente fazem esse trajeto por via marítima, ou vendem mesmo junto a praia.

Das petrolíferas e das empresas madeireiras, não existem ações que possam favorecer as populações a valorizar, perpetuar e transmitir os seus saberes que resultem, de um modo de enfrentamento que seria significativo na sua sub-existência. A interferência múltipla desse mundo externo que concentra a sua fixação na exploração dos recursos naturais, com regras desconcebidas, ameaça sistematicamente essas populações e o meio ambiente, e dificulta a continuarem a exercer os saberes locais, como a sua transmissão às novas gerações.

Quanto à caça e às outras atividades extrativistas no Buco Zau, cada dia se torna difícil de se praticar. Com a devastação da floresta existe a tendência de alguns animais se refugiarem para os lugares mais longínquos das matas à procura de esconderijos. Neste caso, para os caçadores não lhes resta outra alternativa se não percorrer distâncias enormes, para conseguir algum animal.

Enquanto uma parte de espécies animais fogem à procura de melhores abrigos, outras espécies como os elefantes chegam perto das casas em grandes manadas em busca de alimento como já se fez referência. A interferência não só ameaça as relações sociais das populações como também modifica todo o ecossistema. A passagem dos elefantes deixa para trás a destruição de lavras, principalmente as plantações de bananeiras, uma cultura muito usada no mayombe, uma vez que as lavras são feitas perto das aldeias também denominadas de bualas por situações já mencionadas.

Estudos feitos por Milando (2007), para entender as dinâmicas rurais de Cabinda, especificamente no Buco Zau, mostraram que os constringimentos causados pelo tchidzau, isto é elefantes, são enormes, pois esses herbívoros, que atravessam frequentemente as propriedades agrícolas dos pequenos camponeses, deixam rastos de destruição e prejuízos avultados que o governo não quere responsabilizar e ao mesmo tempo que proíbe o abate dos elefantes, por serem considerados animais em vias de extinção.

Enquanto os buco zauenses esperam que o governo resolva a questão de invasão dos elefantes, deixando muitas vezes de praticar as atividades agrícolas, os impactos sobre os saberes culturais nesta vertente se multiplicam com o perigo de se extinguirem, uma vez que não havendo diálogo entre o governo, as empresas madeireiras e os agricultores, esses, em especial, a nova geração vai deixando de fazer a agricultura, fazendo esgotar-se o saber

cultural. Como resultado, abre-se espaço para as crises e dificuldades sociais no seio das comunidades. Como disse **N'zau**:

não gosto muito de comer arroz mas sou obrigado a comer e quase todos os dias porque quando os elefantes passam estragam quase tudo e no momento de colheita não tem quase banana, mandioca e batata que são os acompanhamentos da nossa terra e não o arroz, o arroz é dos estrangeiros.

Quanto à pesca, um dos saberes praticados pelos futilenses, as tensões provocadas pela exploradora de petróleo são narrados pelos próprios pescadores, **Macinga e Zola** afirmam que :

A actividade de exploração do petróleo afugenta os peixes do nosso mar, porque no momento da prospecção, muitos aquíferos são destruídos por causa das explosões sísmicas afectando a reprodução dos peixes, e somos proibidos de pescar perto das plataformas de petróleo. Isso tudo faz com que os pescadores viagem léguas de distância para pescar e muitas vezes voltam sem peixe e quando há peixe perto é todo contaminado pelo petróleo.

As ações que conduzem a exclusão das comunidades no processo de desenvolvimento dos saberes culturais da pesca em Fútila, parece ser linear para todos os nativos, na agricultura e na alimentação. As áreas de agricultura ficam distantes. Para efeito deve-se reembolsar valores para o transporte. Diz **Muilaque** *gasta-se muito sem rendimento*.

As ações de exploração de petróleo não interferem só negativamente no ecossistema marinho dessa localidade, a emissão excessiva de gases do efeito estufa já mencionada modificam todo ecossistema, seja na flora marítima, os mangais que secam, atingindo também a flora terrestre. A cada dia o nível do mar aumenta e as áreas que eram utilizadas para o cultivo se tornaram improdutivas. Neste caso, os agricultores se deslocam para outras aldeias a fim de exercer a agricultura familiar. Ao se deslocar para outras áreas, já não o fazem caminhando é preciso transporte, e com isso desprendem valores monetários que no somatório, são elevados para custear o transporte que os leva até as localidades de cultivo. Muitas vezes não há dinheiro para fazer essas distâncias, e no final da colheita seus rendimentos são muito insignificativos, havendo só produtos para a sobrevivência imediata.

Já em Buco Zau a agricultura familiar é praticada bem perto das estradas, das vias por causa da situação político-militar do passado, em função de algum risco de acionar-se um engenho explosivo. Para além da invasão dos elefantes, existem também os assaltadores de lavras. Os custos e os benefícios são muito desproporcionais, por falta de transporte. Nem

sempre se consegue levar os excedentes para a cidade para a comercialização, acabando por vezes por degradar.

Em termos de emprego por exemplo, Angola vive um grave problema de desemprego, isso atinge automaticamente essas populações. Nem o governo, nem as empresas exploradoras, nas suas políticas contemplam essas populações de forma plausível de modos a atender a questão social, com particularidade para o aumento da renda, saneamento básico, acesso à água potável, luz elétrica, sistema de transporte rural e abertura de estradas. Dados obtidos revelaram que tanto na comuna Malembo onde Fútila faz parte tanto no município de Buco Zau, a maior empregadora é o governo através da função pública com menos de 3% contra cerca de 0,90% das empresas privadas, quer sejam petrolíferas, madeireiras ou outras e a maioria absoluta, acima de 95% que se ocupam das atividades ancestrais entre elas, agricultura, pesca, criação de animais.

As informações apresentadas falam por si só, quanto as demandas sobre emprego que ainda são insatisfatórias, se considerarmos a política pública com expressão da postura do poder público em face dos problemas da sociedade e dos diferentes atores que compõem o cenário e sua intenção de dar respostas afeiçãoadas ao papel do Estado na sua relação à sociedade. É bem claro que neste momento de reconstrução nacional são bem nítidas as intenções do Estado em dar resposta ao problemas da sociedade mais ainda sim, os números dizem que a execução das intenções ainda não é satisfatória.

E quanto às empresas sediadas nessas localidades as suas políticas não apresentam intenções claras em relação à empregabilidade principalmente das populações que estão sediadas nas suas áreas de exploração. Quando perguntamos a essas populações que relações têm com as exploradoras sediadas nessas localidades, foram unânimes em dizer: nenhuma. Por exemplo, diz **Muila**, *que poucos de nós conseguimos emprego nessas exploradoras porque não temos estudos e não sabemos falar inglês no caso da Chevron. Aqueles que conseguem, recebem muito pouco porque não estudaram muito.* Quanto a questão dos estudos que **Muila** aponta, é bem verdade que um dos pressupostos para garantir um bom emprego nessa era da modernidade e de competitividade, a palavra de ordem nas grandes empresas exploradoras é o letramento, uma condição *Sine Qua Non*. Não se trata de um simples letramento, trata-se de conhecer mais de uma ou duas línguas, de manejar as novas tecnologias como a informática entre outras, já que o motor do desenvolvimento industrial

nessa nossa época tem a sua matriz no pensamento ocidental cujo conhecimento científico é a via para se alcançar os objetivos preconizados.

Um dos grandes problemas que a população de Fútila vive hoje é falta desse suporte para concorrer de igual patamar com os estrangeiros que têm melhores condições para ocupar tais vagas. A exploração de petróleo em Cabinda acontece há quase 50 anos, mas o polo Universitário da Agostinho Neto, em Cabinda, só chegou em 1998 e a maioria dos cursos são virados para Ciências de Educação e Ciências Humanas como Pedagogia, Psicologia, Matemática, Biologia, Economia e Direito, sem nenhuma engenharia. Com a criação de novas universidades privadas e públicas, no início de 2000, Cabinda teve a presença da Universidade Lusíada de Angola, com os cursos citados acima. O mesmo aconteceu em 2003 com o surgimento da Universidade Privada de Angola. A partir desta data surgem os cursos de Informática e Arquitetura, mas que, ainda assim, não fornecem os cursos mais solicitados pelas empresas exploradoras.

Em termos de analfabetismo, dados apresentados pelas Ongs e pela SADC de 2002 a 2009, demonstraram que 72% das mulheres angolanas são analfabetas, e entre os homens são 44%. Essa realidade vai mudando em um ritmo muito tímido. Olhando para as fontes de informação, constata-se que, no Buco Zau 60% são analfabetos e em Fútila, 26,6% são apenas alfabetizados. Só essa situação coloca os fútilenses em posição de desvantagem em termos de possibilidades para obter emprego na exploradora Chevron. A Chevron, ao não se atentar a esse fato, de modos a agir para que se busquem outras possibilidades de inclusão dessas populações na vida da empresa e mitigar as questões sociais, vai aumentando o clima de tensão e enfrentamento.

Diante dessa realidade procuramos saber da empresa da Chevron, como entidade exploradora de petróleo que tipos de projetos sociais possui, e como garante a tranquilidade das pessoas que vivem nestas áreas de exploração. O **representante da Chevron “A”** afirmou:

Embora tenhamos projetos sociais para contribuir com o desenvolvimento das comunidades principalmente as sediadas nas nossas áreas de exploração, essa é uma tarefa exclusiva do governo porque nós não podemos substituir o governo. Por outro lado, a exploradora já paga a taxa de licença ao governo, e, cabe ao governo implementar as políticas públicas que garantam a sobrevivência saudável para essas populações, como luz elétrica, água, saúde, educação, saneamento básico entre outros.

O depoimento do **responsável “A”**, deixa claro que a grande responsabilidade do desenvolvimento social das populações dessas aldeias é do governo e não da exploradora por pagarem taxas de licença de exploração. Por isso, os seus projetos se limitam a ações “*paliativas*” que não dão respostas consistentes àquilo que seria considerado benefícios sociais duradouros. Entende-se, então, que, caso houvesse uma avaliação de impacto ambiental e as ações de mitigação contemplar uma ação específica, pois constata-se que o crescimento econômico do país, não se traduz de forma concreta em políticas públicas que possam servir para a mitigação das necessidades substantivas dessas aldeias. O **representante “B”**, questionado, diz o seguinte:

“Na Chevron os projetos sociais existem desde 1992. São projetos de responsabilidade social cooperativa da empresa. Estes projetos existem para garantir a licença para operar com maior propriedade. São escolas, centros de saúde, pontos de obtenção de água potável, cobertura de bolsas de estudos, programas de distribuição de redes mosquiteiros, medicamentos, materiais escolares, cooperação com entidades do Estado, como a educação, no patrocínio de programas como o ‘Aprende Brincando’ que é transmitido na Estação Provincial da Rádio Nacional de Angola entre outros. Quanto ao emprego a Chevron recruta o pessoal consoante às necessidades. O processo de acesso é através de testes. Os que preencherem os requisitos entram. Só que temos que admitir que a demanda é maior do que as vagas. Os salários variam de escalão para escalão. Acrescenta o representante B que esses salários não podem exceder ao do presidente da República”.

Dados obtidos de conversas informais acenaram que a Chevron controla aproximadamente 2.780, junto com as prestadoras de serviços, empresas como (Halliburton, ServiMar, Cabestiva, Schumnerger, Lassarati, Projecto CBI, Petromar etc) esse número pode chegar de 4 a 5 mil funcionários entre nacionais e estrangeiros. O salário varia de 400 dólares a 10.000 mil dólares. São poucos nacionais que chegam a usufruir esse salário, a maioria fica abaixo de 3.000 mil dólares.

Os salários praticados pela Chevron estão ligados ao nível de formação dos trabalhadores, o que significa dizer quanto menos a formação menor é o grupo salarial, como aponta *Muila* *Aqueles que conseguem, recebem muito pouco porque não estudaram muito.* Como o nível de formação da população da aldeia de Fútila é consideravelmente baixo as chances de emprego são poucas e quando conseguem são enquadrados em muito baixo salarial.

As questões sociais, vividas pelas populações de Fútila e Bucu Zau, possuem outro motivo de preocupação. É com as gerações futuras, frente aos riscos ambientais, o que tentaremos ver no tópico seguinte.

5.3 SOBRE O AMBIENTE

Quanto ao petróleo, desde a prospecção, extração, transportação, refino e no momento de combustão, em todas essas fases o lado nocivo deste mineiro sobre a flora e a fauna marítima é explícita. Essas fases desembocam nas possibilidades do derrame do petróleo, dos perigos que advém da contaminação dos resíduos da refinaria, e a emissão na atmosfera do gás natural e o dióxido de carbono, que são considerados gases do efeito estufa. Em suma, há um impacto ambiental que interfere nas atividades culturais dessa localidade. Áreas contêm verdes, observa-se neste momento uma modificação da vegetação.

A prospecção petrolífera é um processo que acontece para detectar áreas onde há possibilidades de encontrar reservas de petróleos no mar. Dependendo do projeto de prospecção ela pode acontecer no período de 40 a 60 dias, 24 horas por dia. São utilizados canhões de ar comprimido que geram sons de elevada energia no fundo do mar. Estas ondas sonoras penetram no fundo do mar e, nas interfaces entre os diferentes tipos de rochas que voltam a refletir sobre a superfície equipada de tecnologias próprias para a detenção ou não da reserva. Este barulho do som e a interferência nas rochas fazem com que a fauna marítima se desloque para outros locais.

Caso se encontrem as reservas, poços são abertos, e começa a exploração. Nesse processo de exploração, via de regra, os derrames sucessivos acontecem, ainda que sejam de menor dimensão ou amplitude. Estudos feitos pela IPIMAR por solicitação do Centro de Investigação Pesqueira de Angola determinaram os níveis de hidrocarbonetos alifáticos, isoprenoides maioritários e hidrocarbonetos aromáticos policíclicos em peixes, moluscos, sedimentos e água recolhida na zona costeira de Cabinda incluindo a Costa de Fútila.

Estes estudo concluíram que os seis hidrocarbonetos aromáticos policíclicos mais perigosos em termos de saúde humana, o benzo [b] fluranteno, benzo [k] fluranteno, (benzo [&] pireno, dibenzo [&,h] antraceno, benzo[ghi]perileno, indeno[1,2,3-cd]pireno) não foram detectados nos organismos analisados ou aparecem em concentração muito baixa. Se eles aparecem em concentração baixa quer dizer que existe a contaminação. Desde 2002 que venho acompanhando os derrames de petróleo na costa marítima de Cabinda. Em geral as consequências da contaminação são morte de peixes, longos períodos de proibição da pesca e de consumo de peixe vindo da costa.

O curioso é que, após os derrames, os estudos feitos sempre apresentam as mesmas conclusões sem, portanto levar em conta os riscos daí decorrentes (BECK, 2001). Em cada derrame há impacto nos saberes culturais, na pesca, visto que, as atividades dos pescadores de Fútila são interrompidas mutilando assim os valores produtivos dessa sociedade. Este impacto não só desfavorece a fonte produtiva e de sobrevivência mas também altera todo um ciclo de transmissão de seus saberes às novas gerações, por isso há o sentimento de renúncia desses valores na parte dos mais jovens por falta de espaço de articulação. Assim vai se esgotando uma fonte de aplicação de saberes culturais que resultam na sobrevivência dessas populações, para os enfrentamentos das situações impostas pela modernidade concebida como a única forma de desenvolvimento de uma sociedade até então.

Ainda que a biota marítima seja renovável, a sua contaminação sistemática implica no não uso dela por implicar danos à saúde humana, danos que podem ser de curto, médio ou longo prazo, visto que, nem sempre o resultado da contaminação de produtos químicos em seres humanos é mediático. Essas pequenas porções que os estudos consideram não danosos aos seres humanos, a cada consumo pode se depositar em pequenas porções até taxa que poderão colocar em perigo a vida humana (BECK, 2001).

A atividade da exploração de petróleo na zona de Fútila como é de praxe é feita em águas profundas. Evidências têm mostrado que desde a prospecção até o produto final existem impactos ambientais. Não será possível quantificar o número de prospecções feitas nos últimos 8 anos, porque são informações inacessíveis por serem consideradas de uso privado da empresa, porém, neste período acompanhei três consultas públicas para novas prospecções por parte da Chevron cujo discurso afirmava que tudo esta acautelado para evitar impactos negativos. Quanto aos derrames, segundo **Tzaca**, confirmando informações que obtivemos, durante o período em questão, foram notificados mais de 5 derrames, sendo os mais impactantes os de 2 de maio de 2007 pelas 22horas ocorrida no campo de tacula do Bloco-0 e os de 28 de fevereiro de 2006. Impacto que modificam o espaço físico e as atividades tradicionais, colocando em risco a vida dessas pessoas, privadas de exercer as atividades como a pesca de forma direta, e a agricultura de forma indireta, duas fontes de sobrevivência na aldeia de Fútila. **Tzaca** diz:

Porque existe muito risco hoje para exercer por exemplo a pesca e o cultivo, nós que pescamos somos proibido a fazê-lo perto das plataformas e no mais já não há muito peixe no nosso mar. Precisamos ir muito distante para pescar e muitas das vezes, o mesmo peixe encontra-se afetado pelo petróleo. Nas lavras, a produção seca e tem

que se pagar dinheiro para ir fazer lavras em outras localidades mais distantes. Gasta-se muito e na maioria das vezes sem rendimento.

Essa realidade e fazendo prova das palavras de **Tzaca**, principalmente no que consiste à área de exploração e de localização das sondas petrolíferas em Cabinda pode-se constatar que, praticamente toda costa marítima de Cabinda encontra-se tomada de plataformas petrolíferas (Figura 2, ver p.64).

Quanto à falta de peixe, os derrames que são frequentes por exemplo, e que são ocasionados no momento da transportação e da exploração do petróleo, produzem como consequências a mortandade de peixes, contaminação da água e da praia (Ilustração 12), destruição das redes de pescadores (Ilustração 13), interdição da pesca por longos dias entre outros impactos ambientais derivados da queima de gás, mediante a emissão de CO₂.



Ilustração 12 – Morte de peixe e praias atingidas pelo derrame de petróleo - Bacia de Malembo. É da espécie de corvina

Fonte: Acervo de BENJAMIM (2007)

As ilustrações 12 e 13, obtidas de Benjamim (2007), que acompanhou um dos derrames de petróleo, são a prova inequívoca de que a exploração petrolífera tem provocado um enorme impacto ambiental negativo para as comunidades da costa marítima de Cabinda, com destaque para os da aldeia de Fútila.



Ilustração 13 – Derrames de petróleo e suas transformações ambientais nos utensílios de pesca - Bacia de Malembo. Redes estragadas e pescador tentando recuperar alguns restos da rede
Fonte: Acervo de BENJAMIM (2007)

Segundo Alier (2009) esse gás é considerado um dos carros-chefes do efeito estufa e grande vilão do aquecimento global. Pode ser também considerado como um dos vetores do fenômeno de queima nos cultivos nas lavras e que, **Tzaca** diz poder estar relacionado com as altas temperaturas e ao excesso de concentração de CO₂ no ambiente.

Em termos de preservação do ambiente, a empresa Chevron ainda não detém políticas claras para o efeito. Segundo o **responsável C**, na apresentação do projeto de conservação da natureza da Chevron, pode-se perceber que o mesmo deu o seu início em 2003 através de uma ação de criação de recifes artificiais para reprodução dos peixe.

É notório que esse recife artificial era uma antiga plataforma que havia ficado inutilizada. Hoje o projeto se resume em monitorização de tartarugas marinhas que chegam as suas zonas de exploração. Outra ação acontece sempre que as populações são atingidas com o derrame de petróleo, através de compensação com alguns valores ou restituição de instrumentos de pesca.

Essa política conservacional é comum na maioria das empresas exploradoras, principalmente nos países chamados em via de desenvolvimento. A falta de políticas corretivas da parte do governo faz com que essas exploradoras não assumam de forma concreta as suas responsabilidades ambientais. Um dos maiores derrames assistidos em Cabinda foi o que ocorreu na comunidade de Malembo e atingiu toda costa de Malembo onde Fútila faz parte. Com a interferência, mudou-se a vida dessa comunidade. Não só peixes, praias e água tinham sido atingidos. Também vidas humanas foram afetadas com

enfermidades, mudança da dieta alimentar etc. Não foi necessário fazer análises laboratoriais para constatar que os níveis de hidrocarbonetos alifáticos e aromáticos tinham sido altíssimos ocasionando danos de várias ordens de dimensão ambiental.

Embora a Chevron desse alguma indenização para essas populações, acredito que a sua estrutura social e cultural, não foi resposta e será difícil de ser resposta visto que o valor simbólico do mar vai além de indenização. A transformação atinge a contaminação e as restrições à pesca. Quando **Tzaca** diz que *Precisamos ir muito distante para pescar*, significa dizer que com todas essas interferências, incluindo a escassez de peixe na costa marítima de Cabinda, ele expressa e confirma a informação presente nos relatórios do Instituto Nacional de Pesca Artesanal - IPA de 2002 a 2008. Segundo esses relatórios, o total do pescado fornecido por todas as associações de pescadores de pesca artesanal em Cabinda não chega a uma tonelada por ano, conforme se observa no Quadro 2.

Ano	Captura de pescado na pesca artesanal em(Kg)
2002	899.771
2003	898.521
2004	819.596
2005	635.275
2006	373.325
2007	455.552
2008	220.925

Quadro – 2 - Capturas do pescado em Cabinda na Pesca Artesanal de 2002 a 2008

Fonte: ANGOLA/IPA (2008).

Observando os dados apresentados, comprova-se que, cada ano que passa, a captura do pescado tende a diminuir consideravelmente constatando-se uma baixa considerável no ano de 2008. Esses anos foram acompanhados de intensas atividades de exploração na costa marítima como já haviase referido. Na oralidade das populações, afirmam que tem havido uma grande diminuição, considerando que em outros momentos o peixe era

capturado à beira-mar sem necessidade de ir-se distante. Embora o governo da Província de Cabinda tenha anunciado propostas, estratégias e ações para o relançamento da atividade pesqueira entre as associações, incluindo a construção de uma ponte, um cais pesqueiro em Cabinda e projeto de capacitação de pescadores artesanais de 2002 a 2004, essas ações ainda não tiveram a sua execução.

Quanto à exploração florestal, embora algumas vezes afirmam que a floresta ainda não foi manejada o suficiente, é bom ressaltar que já existem algumas espécies em extinção. Se já existe extinção significa dizer que a ação do homem sobre a floresta já é significativa. **Mabiala** afirma que já não se tem o cuidado que se tinha antigamente. Com a utilização dos instrumentos modernos arrastam-se todo o tipo de espécie que por sua vez não é aproveitada.

Quanto à caça, o palmar, a lavoura, o extrativismo, que são as nossas práticas no Buco Zau, segundo **Nzau**, tornou-se difícil. Os elefantes invadem as lavras, em busca de comida e destroem tudo principalmente as bananeiras. As empresas madeireiras cortam tudo na hora de cortar madeira. Os animais fogem para mais longe.



Ilustração 14 – Áreas devastadas e transporte de madeira extraída – Buco Zau
Fonte: Acervo CANGA, J. (2009)

Aí reside uma das ignorâncias ecológicas que Buza, Tourinho & Silva (2006) se referem nos seus estudos. A cada dia são abatidas e transportadas toras e toras de madeiras deixando grandes áreas devastadas como se observa na Ilustração 14. Segundo dados do IDF (2008), no período de 2002 a 2008 foram extraídos 28.788,00 m³ de madeira e plantados 2,70 hectares, o que apresenta de forma clara a progressão deste fato. Pelos dados aqui

apresentados não existe um projeto de reflorestamento preciso nem da parte do IDF nem por parte das empresas exploradoras para a regeneração da floresta. Um projeto de reflorestamento bem concebido daria possibilidades de empregar os nativos que estão em busca de emprego.

A outra ignorância ecológica está ligada à desvalorização de um conjunto de significados tradicionais que a floresta tem com relação às populações da Vila de Buco Zau. Um significado que vai além da exploração. Quando **Biuoco** diz: “Cortam tudo na hora de corte” significa dizer que existe um desrespeito em relação à floresta na hora de corte. Deveria existir toda uma atenção para preservar as espécies daquele ecossistema, como a plantas medicinais, que muitas populações recorrem para uso fitoterapêutico, as plantas que dão vários frutos silvestres. Observa-se uma predominância do extrativismo muito forte. A pecuária se destaca com o gado caprino. Em síntese, os impactos nas duas aldeias são alarmantes, e os projetos ambientais existentes não atendem o objetivo de mitigar os impactos causados. Essa observação é reconfirmada pelo fato de não ser aplicada a obrigatoriedade da avaliação do impacto ambiental uma exigência, já legislada e regulamentada no ordenamento jurídico angolano.

A Ilustração 15 apresenta a constatação de Buza, Tourinho e Silva (2006), de que as picadas são abertas sem uma preocupação ambiental e no processo de corte, grandes quantidades de resíduos ficam na floresta sem serem aproveitados.



Ilustração 15 – Extração de madeira – Buco Zau
Fonte: Acervo Abílio de Amorim (2008)

5.4 DOS ASPECTOS POLÍTICOS

A abordagem de impacto político nessas comunidades será vista sob ponto de vista da organização popular, tipo de organização, as representações políticas e como as empresas de exploração tem participado neste processo de organização.

Visto que a dimensão sociopolítica do homem está imbricada a uma convivência social e sob uma autoridade, com vista a possíveis êxitos na gestão do bem comum, a sociabilidade e a politicidade, no homem, não são obras do acaso. Elas se completam na sua existência visto que a sociedade política deriva a sua origem diretamente das demandas naturais da pessoa humana. Segundo Mondin (2004), o homem é essencialmente sociável. Por si só não pode satisfazer suas necessidades, nem realizar suas aspirações. Somente pode obter isto em companhia dos outros. Com efeito, é a própria natureza humana que induz o indivíduo a associar-se com outros e a organizar-se em comunidade e Estado. Nesta conformidade, a sociedade entre os homens não pode ser um fenômeno de sucessivas contradições e instabilidades. Ela precisa se petrificar e tornar-se estável porque dela depende, afinal, a felicidade dos homens e a sobrevivência.

Nesta visão, manter a estabilidade fundamentada em pressupostos sólidos a este vínculo que une o homem é a função irreplicável do Estado e de todo o aparato que o constitui. Nesta vertente, o Estado nasce das demandas essenciais da natureza humana. Por isso, é seu o dever de promover articulações entre estes aparatos que o sustentam ou o delegam o poder, para facilitar e regular a vida em comum, e por último afiançar a consecução da felicidade entre os homens.

Para Mondin (2004), o motivo pelo qual nasce o Estado é o de tornar possível a vida da sua nação, uma vida que aspira à felicidade. E visto que o alvo da vida humana é a felicidade, a razão de ser do Estado é a de propiciar relações que objetivem a obtenção da felicidade. Esta felicidade só é alcançada através das políticas públicas que o Estado expressa, visto que, considerada a política pública a expressão do poder público em face dos problemas e dos diferentes atores que compõem, o cenário e a sua intenção de dar respostas afeiçãoadas ao papel do Estado na sua relação com a sociedade.

As políticas públicas são sustentadas em três pilares básicos a seguir: Planejamento, que consiste em concepção ou formulação das políticas, Orçamento, que aponta para a locação de recursos para viabilização das políticas e a Execução que contempla a implementação a operacionalização das medidas para realização das políticas públicas.

Embora de forma teórica, o Estado angolano estabeleça estes pilares no seu plano de ação nessa fase da reconstrução nacional, as políticas públicas implementadas para o desenvolvimento social das populações angolanas neste momento de reconstrução nacional ainda não tomarão maior concretude nas comunidades de Fútila e de Buco Zau, no que consiste em dar resposta às demandas sociais, quanto à mitigação das necessidades substantivas das comunidades. A má qualidade de vida ainda se revela na miséria, na fome, na falta de saneamento básico, educação e saúde de qualidade para a maioria das populações, especificamente na aldeia de Fútila e da vila de Buco Zau onde apresentam um cenário de degradação.

Como mudanças sociais e físicas que interferem em várias dimensões e escalas espaciais e temporais, e tendo em conta que as políticas públicas devem passar por um planejamento, disponibilização do orçamento e a execução das políticas públicas pelo Estado com os seus parceiros, pode-se observar que o Estado e as empresas exploradoras ainda não têm contribuído em políticas satisfatórias dessas aldeias que impactam positivamente de forma a favorecer o processo de mudanças sociais que possam alavancar mudanças sadias no meio dessas comunidades, de forma a diminuir as diferenças.

Analisadas as questões organizacionais, começamos na aldeia de Fútila e posteriormente na vila do Buco Zau. Existe a coordenação da aldeia, que representa o poder administrativo local, e também o Soba que responde pela autoridade tradicional. Existe também, ainda que de forma incipiente, a associação dos pescadores e a dos camponeses, que controlam e supervisionam as atividades pesqueiras e camponesas na comunidade.

Quanto à vila do Buco Zau, o poder local é aí representado pela autoridade municipal por se tratar da sede do município. Com a administração municipal trabalham os diferentes serviços públicos de âmbito municipal, como alguns de âmbito provincial ou nacional cuja incidência de suas ações atingem a vila. Também existem uma associação de camponeses e as autoridades tradicionais, através dos regedores e os sobas que fazem a intermediação e ligação entre a autoridade do Estado e as populações, muito mais nos

assuntos de âmbito de convivência cultural. Agora vejamos como nessas mudanças se enfrentam as contradições.

CAPÍTULO VI - ENFRENTAMENTOS E CONTRADIÇÕES NAS DUAS COMUNIDADES

De modos que se possa qualificar os mudanças mediante os seus efeitos no *modus vivendi* das populações das duas comunidades, tendo como base os resultados obtidos na pesquisa, considerando os ganhos, campanhas, perdas, denúncias, ações de organizações não governamentais, igrejas e outras, o efeito da mídia, construiu-se uma matriz qualitativa, tomando como ponto de observação os interlocutores com quem conversamos, sendo 15 de Fútila e outros 15 de Bucu Zau, conforme o Quadro 3.

ASPECTOS DE ANÁLISE		ALDEIA DE FÚTILA		VILA DO BUCO ZAU	
Perfil dos interlocutores		Fr	%	Fr	%
Religião	Cristã Católica	15	100%	1	6,7%
	Cristã Evangélica	-	-	14	93,3%
Nível escolar	Analfabetos	-	-	9	60,0%
	Alfabetizados	4	26,6%	-	-
	Primário concluído	3	20,0%	-	-
	Frequência do Ensino Fundamental	4	26,6%	-	-
	Frequência do Ensino Médio	4	26,6%	4	26,7
	Ensino Médio concluído	-	-	2	13,3
Faixa Etária predominante	31 – 40 anos	4	26,7%	-	-
	41 – 50 anos	-	-	6	40%
Renda familiar mensal (USD)	<100,00	9	60,0%	9	60,0%
	100,00 – 150,00	4	26,7%	6	40,0%
	> 150,00	2	13,3	-	-
Influência Cultural (Maior/Moderado/Pequeno)					
Preservação do saber popular nas atividades produtivas dos ancestrais (Agricultura e Pescas)		Maior (-)		Maior (-)	
Na preservação linguística		Moderado (-)		Pequeno (-)	
Na preservação gastronômica		Moderado (-)		Pequeno (-)	
Na preservação das manifestações familiares (Kikumbi, alambamento, uso da mwanza)		Moderado (-)		Moderado (-)	
Influência Social (Maior/Moderado/Pequeno)					
Emprego		Maior (-)		Maior (-)	
Habitação		Maior (-)		Maior (-)	
Educação Fundamental		Pequeno (+)		Pequeno (+)	
Saúde		Moderado (-)		Moderado (-)	
Saneamento básico, água potável e luz elétrica		Maior (-)		Maior (-)	
Influência Ambiental (Maior/Moderado/Pequeno)		Maior (-)		Maior (-)	
Influência Político (Maior/Moderado/Pequeno)					
Organização social da comunidade		Pequeno (+)		Pequeno (+)	
Participação nos eventos e vida da comunidade		Pequeno (+)		Pequeno (+)	
Representação da comunidade		Pequeno (+)		Pequeno (+)	

Quadro 03 – Matriz qualitativa a partir dos interlocutores - 2010

Fonte: Pesquisa de campo(2008/2009)

Para melhor interpretação do Quadro 3, apresento os conceitos e as determinações usadas neste trabalho. As mudanças são as influências. Elas foram vistas de forma qualitativa, a saber, melhora (+) ou piora (-). Foram melhoras quando se entende que a ação externa, advinda da modernidade, do desenvolvimento e da presença das empresas exploradoras, tem contribuído para a melhoria. Foram consideradas piores, quando estas mesmas mudanças forem maléficas. Ou seja, são as direções que tomam a influência. Para melhora ou para a piora. Por outro lado, para se ter uma apreciação da dimensão das mesmas mudanças, tomou-se 3 níveis diferentes nomeadamente, Maior, Moderado e Pequeno.

Teve o nível Maior, quando a influência foi observada de forma clara, sem dificuldades. Considerou-se Moderado, quando essa interferência é observada com uma análise superficial. Passou a ser Pequena, quando praticamente não é possível observar a influência ou quando ela se torna difícil de determinar. Tratando-se de um juízo de valor, ele foi dado pelos próprios interlocutores.

Compreende-se do exposto no Quadro 3, em função do indicativo dos interlocutores, que a comunidade de Fútila é majoritariamente cristã católica, sendo a vila de Bucu Zau com a maioria cristã evangélica, todavia, com uma presença católica na vila. A explicação desta realidade relaciona-se ao processo de colonização. A Igreja Católica Romana, como denominação religiosa oficial dos colonizadores, teve o privilégio de exercer o sacerdócio nas áreas mais próximas dos centros urbanos, ao passo que os missionários evangélicos eram afastados para o interior.

Do ponto de vista da formação acadêmica, um dado a reter em comparação com a faixa etária mais destacada, observa-se que em Fútila, concentra-se 26,7% na faixa de 31 – 40 anos, ou sejam nascidos entre 1969 a 1979, logo, chegaram no ano da independência com 6 anos de idade, os mais velhos desta faixa. Este fator indica que tiveram condições de ao menos alfabetizar-se. Isto não acontece com a comunidade do Bucu Zau que tem na faixa etária 41 – 50 anos, a de maior destaque com 40%. Logo, justifica-se que cerca de 60% dos interlocutores, como indicativo, sejam analfabetos.

Quanto à renda familiar, ela é baixa. Observamos que, quer na aldeia de Fútila, como no Bucu Zau, 60% dos entrevistados estão com a renda abaixo do equivalente aUS\$100,00 (cem dólares americanos). A diferença observável é originada por se tratar de pessoas que trabalham na Chevron, no caso de Fútila e na função pública no Bucu Zau. Logo,

se depreende que as atividades produtivas dos ancestrais, nomeadamente, agricultura, pescas e criação de gado, não garantem sustento digno.

A consequência da dificuldade de sustentar-se com as atividades produtivas dos ancestrais fez com que a nova geração, deixa de exercer essas atividades e fossem buscar outros saberes que pudessem garantir um futuro melhor. Assim, observa-se um maior impacto negativo na preservação dos saberes populares relacionadas com as atividades produtivas dos ancestrais, quer em Fútila como em Buco Zau.

A presença da televisão como veículo de comunicação, a preocupação e a necessidade de domínio da língua portuguesa e da inglesa têm provocado um impacto negativo na preservação das línguas nativas, nomeadamente o uoio e o kiombe, em virtude das novas gerações estarem fazendo, em parte, pouco uso dela. Todavia, esse impacto, é moderado na comunidade de Fútila, explicado pela proximidade com a área urbana, e pequeno na vila do Buco Zau, interior da província.

Igualmente, constata-se que, a falta de condições para que a produção agrícola local possa concorrer no mercado com os produtos importados, a vida dinâmica e de correria que caracteriza os dias atuais dessas comunidades, as interrupções de pesca e a escassez de pescado, levou a adaptação gastronômica, resultando daí, a um impacto negativo na preservação gastronômica, pois observa-se na dieta alimentar de ambas comunidades a constante presença de arroz, alimentação feita com óleo vegetal, uso de produtos enlatados etc. Ainda assim, a transformação de que me refiro é moderada em Fútila e pequeno na vila do Buco Zau, onde, a carne de caça, a sacafolha, a banana e o óleo de palma ainda são uma constante na dieta alimentar.

Outra área da matriz, relacionada com o impacto cultural, diz respeito à preservação das manifestações culturais e familiares. De certa forma, quer na aldeia de Fútila, como na vila de Buco Zau, sente-se os efeitos tendentes a uma piora que o chamado desenvolvimento e modernidade trazem na preservação destas manifestações. Em ambas as localidades, uma transformação para pior e moderado.

Quanto às mudanças sociais, as dimensões são idênticas para ambas as comunidades. Depara-se com a falta de empregos, oportunidades de serviços nas empresas que explorão recursos naturais nas localidades, o que provoca um êxodo rural. As

comunidades carecem de recursos para construir casas mais dignas para si. Pelo contrário, acontece o avanço das construções de outras pessoas passando a ocupar os espaços que um dia foi usado pelos camponeses para fazer agricultura. O aspecto da dignidade também se reflete na falta de saneamento básico, acesso à água potável e luz elétrica o que concederia aos habitantes de uma localidade que produz valiosos recursos e receitas indispensáveis, o bem-estar. Os três aspectos avançados são muito influenciados e tendentes a piorar.

Como tudo deve ser visto como um sistema, entende-se que um fator de influência, também modifica o outro. Deste modo, não havendo saneamento básico, e havendo dificuldade de acessar a água potável, logo, a questão da saúde passa a ser uma preocupação. Olhando para as condições sanitárias que as localidades oferecem, pode-se dizer que, quer em Fútila, como nem Buco Zau, a mudança do desenvolvimento e da modernidade é moderado tendente a pior. Dos aspectos de âmbito social, o que apresenta um aspecto digno de esperança é a educação fundamental. Bem ou mal, com restrições ou não, as pessoas hoje, podem dizer que estão dadas as condições mínimas para se obter a formação acadêmica fundamental, ou seja, da alfabetização até a 9ª classe. Por este fato, a transformação pode ser considerada como pequena mais tendente a uma certa melhoria.

No que consta observar sobre as mudanças ambientais, elas foram analisadas tendo em consideração os males que as ações de modernidade têm produzido para o ambiente, inclusive o próprio processo de exploração dos recursos naturais. Seja o que acontece com a floresta em Buco Zau, como o que se observa na costa marítima da aldeia de Fútila, leva-nos a afirmar que o ambiente tem sofrido uma mudança muito tendente a piorar, com desmatamento, subaproveitamento de resíduos de corte de árvores, contaminação das praias, águas e dos peixes, através de derrame de petróleo.

A influência política, no que se relaciona com a organização, a participação e a representação comunitária são pequenas e com certas melhorias, quer para a aldeia de Fútila, como para a vila de Buco Zau. Melhorada porque não se observa muita mudança naquilo que era a estrutura ancestral, pequena, por não ser muito ponderada essa mudança. As autoridades tradicionais, naquilo que é convivência e *modus vivendi* da população na comunidade, continuam a ser uma voz respeitada e considerada. Diante da matriz considerada, veremos neste instante, como as comunidades têm enfrentado as contradições.

6.1 RESISTINDO, ENFRENTANDO

O que significa enfrentar alguma coisa? Significa encarar. É olhar de frente para uma situação, um comportamento, uma pessoa, sem medos. No mesmo sentido, autoenfrentamento é encarar a si próprio. É enfrentar a si mesmo. Na verdade a população das duas aldeias pesquisadas já vem enfrentando as contradições desde o período colonial, pós-colonial, no momento da guerra civil e agora em tempo de paz, em pleno processo de reconstrução nacional. No decorrer dessas etapas, o pensamento moderno sempre esteve acima do desenvolvimento social.

No período colonial, ao invés de desenvolvimento social acompanhado da modernização dessas comunidades foram colonizadas, para modernizar e desenvolver socialmente outros povos. No pós-colonial essas comunidades acompanharam a guerra civil, não havia espaço para desenvolvimento social nem modernização das mesmas. As atenções do Estado estavam voltadas na aquisição de material bélico sofisticado, moderno e tecnologicamente avançado para defender a soberania do país, diante da guerra civil.

Nesta etapa de reconstrução nacional as atenções parecem estar voltadas para a modernização de Angola. Uma tentativa de se ver incluído no bloco dos países modernos, nos quais, as populações, abrangendoas destas comunidades, possam usufruir de um novo plano de desenvolvimento social que desde muito, tem sido adiado, afetando e desfacelando os saberes culturais. Para sobreviver a todas essas contradições, as populações dessas comunidades têm mobilizado várias formas de enfrentamento dessas contradições. Essas várias formas de enfrentamento podem ser consideradas melhoradas e outras tendentes a pior.

A mobilização melhorada está ligada à perpetuação dos saberes tradicionais, da pesca, da agricultura familiar, das trocas comerciais dos excedentes agrícolas, da criação de animais e do extrativismo. Organizam-se em associações para reivindicarem os seus direitos. Cabinda conta com mais de 15 comunidades de pescadores reconhecidas pela IPA, integradas em 3 associações. Existem mais de 450 cooperativas de camponeses reconhecidos pela UNACA. A aldeia de Fútila conta com uma associação de pescadores, sendo que quer a aldeia de Fútila, como a vila de Bucu Zau, possuem camponeses associados.

Uma outra forma de enfrentamento melhorado é o dikelemba ou kichikila⁴⁶ que Milando se refere quando fala da resiliência. O processo funciona da seguinte forma: quatro ou cinco pessoas que trabalham na mesma empresa ou em empresas diferentes, assim como as pessoas que não podem contar com o financiamento bancário, se organizam em associações informais de poupança e crédito rotativo. Milando (2007, p. 108), citando Ducadose Ferreira afirma o seguinte:

Tais associações caracterizam-se pela existência informal de um grupo de pessoas, que contribuem periódica e regularmente com determinado montante financeiro, para um fundo comum cuja totalidade e rotativamente distribuída, em intervalos regulares, a cada um dos elementos constitutivos do grupo sem juros. O dikelemba permite assim o auto-financiamento de certos segmentos populacionais.

Essa criatividade permite a esses grupos resolverem aqueles problemas que requerem maiores valores monetários. A mobilização tendente à piora está relacionada com a desistência de muitos jovens, como adultos, e adolescentes das comunidades para tentarem a vida na cidade e que na maioria das vezes, por falta de oportunidades se direcionam para a delinquência, prostituição ou trabalho infantil.

Quanto ao trabalho infantil, é uma realidade antiga de enfrentamento dessas contradições. Quando narrei sobre as minhas raízes e vivências, eu falo da minha história e da minha trajetória, da qual o trabalho infantil fazia parte. Quanto à prostituição, uma prática muito aliada ao turismo nos países chamados subdesenvolvidos, tal aliança comentada por Fanon quando fala, da realidade das garotas de Copacabana nos anos de 1960. Essas são as consequências da falta de inclusão dessas populações dos benefícios advindos da exploração dos recursos naturais principalmente das petrolíferas as grandes contribuintes do PIB de Angola.

Segundo Fernandes (2004) e BBCA (2008), a produção atual no Bloco 0, correspondente ao *off-shore* de Cabinda situada na aldeia de Fútila, é de aproximadamente 400 mil barris/dia o que representa cerca de metade do total de barris produzidos em Angola. Quanto aos investimentos feitos nesta área, a Agência de Notícias Panapress anunciou que Angola recebeu investimentos de 66 bilhões de dólares americanos no setor de petróleo, entre 2008 e 2011, em projetos de pesquisa, exploração e desenvolvimento de crude, assim disse o

⁴⁶ Associações de crédito de poupança rotativo, ou organizações economicamente conhecidas como roscas.

presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Manuel Vicente, na abertura da II Conferência e Exposição Regional Africana de Exploração de Petróleo em Águas Profundas, que decorreu na capital de Angola (ANGOLA/PANAPRESS, 2008).

O administrador afirmou que, daquele valor, 51,6 bilhões de dólares serão canalizados para projetos de desenvolvimento, sobretudo em águas profundas e ultraprofundas, assim como no início de atividades nos blocos licitados em 2005 e 2006. Veja que neste depoimento não estão inclusos projetos de desenvolvimento social das áreas onde acontece a exploração; tudo está voltado à prospecção e à exploração futura. Isto significa dizer que existe falta de atenção máxima, tanto das empresas como das algumas entidades do governo que intermediam esses contratos, e que recebem as taxas e financiamentos para investimentos. O Quadro 4 demonstra os índices de exploração de 2002 a 2008 comparando-o com o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano no mesmo período. Enquanto a Produção de Petróleo dobrou de 900.000 para 1.900.000 milhões de barris de petróleo/dia, o crescimento econômico que aponta o ganho econômico do país cresceu de 15,3% até 23,0%, não atingindo o dobro, sendo que o IDH que sinalize a incorporação do ganho para as populações, seu crescimento foi ainda menor. Isto permite dizer que nem sempre os ganhos da exploração de recursos naturais são repassados para a comunidade, mediante o bem-estar.

Ano	Produção de petróleo (em milhões de bpd)	Crescimento econômico	IDH
2002	900.000	15,3%	0,381
2003	950.000	16,6%	0,381
2004	989.000	17,8%	0,439
2005	1.250.000	19,8%	0,439
2006	1.411.000	20,1%	0,439
2007	1.700.000	20,1%	0,446
2008	1.900.000	23,0%	0,446

Quadro 04 – Relação de Indicadores de produção, crescimento econômico e IDH – 2002 - 2008

Fonte: SONANGOL (2008), PNUD (2008) CPLP (2008), OCDE (2008).

O IDH é calculado pela esperança de vida, pela alimentação e pelo nível de escolaridade. Os estudos apresentados no último relatório do PNUD sobre Angola apontam para as doenças endêmicas e mostram como elas ainda afligem as populações. O programa

identifica a malária (paludismo) como "causa principal de morte" no país, "com uma dimensão crítica na mortalidade infantil", enquanto em relação ao HIV-SIDA a incidência estimada de 2,5 por cento é considerada reduzida quando comparada a outros países africanos.

Desde 2002, com o marco do fim da Guerra Civil – uma das maiores conquistas de Angola, é que o PIB angolano aumentou mais de dez vezes; de 471 mil milhões de kwanzas para perto de 4,5 bilhões de kwanzas (59 mil milhões de dólares). O ritmo frenético de crescimento econômico (com média anual 15,3% a 23,0 % entre 2002 - 2007). O crescimento do produto na indústria extrativa, sobretudo na petrolífera, explica a maior parte do aumento, mas quase todos os setores registram crescimentos expressivos nos últimos anos. Em 2006, a indústria extrativa representou diretamente mais de 60 % do PIB; mas o seu contributo indireto – através de setores como o comércio, construção ou indústria transformadora – coloca o seu peso econômico em cerca de 80 %, segundo o Banco Mundial.

O Banco Mundial, conhecendo a importância da economia do petróleo em Angola, chamou a atenção do governo para as políticas públicas implementadas, para que haja uma relação entre as riquezas produzidas e o *modus vivendi* das populações. Para isso, fazem-se necessários projetos concretos para a inclusão das populações aos benefícios extraídos desta tão importante fonte de crescimento econômico de Angola. Embora a empresa diga que existe a atividade social desde 1992, a realidade no terreno é adversa; é a teoria não-justificada na prática, visto que as populações não têm acesso suficiente, aos produtos essenciais advindos do petróleo, que seriam necessário para suprir algumas necessidades básicas, como medicamentos para a saúde já que, o desenvolvimento moderno não reconhece a medicina tradicional, tecidos para fabricação de roupas, óleo diesel para iluminação, (Figura 7).

A grande contradição deste cenário é que Angola só explora. A transformação de todos os derivados representados no fluxograma não é feita em Angola. A agregação de valores ao petróleo bruto acontece em outros países principalmente dos EUA. Essa explicação é importante para ter a clareza de que Angola só explora para exportação e não para produção, por falta de tecnologia e de pessoas capacitadas e qualificadas na produção de tais derivados, como afirma TORRES (1998), de que os países africanos hoje não são só miseráveis em termos de desenvolvimento social; são também tecnologicamente miseráveis.

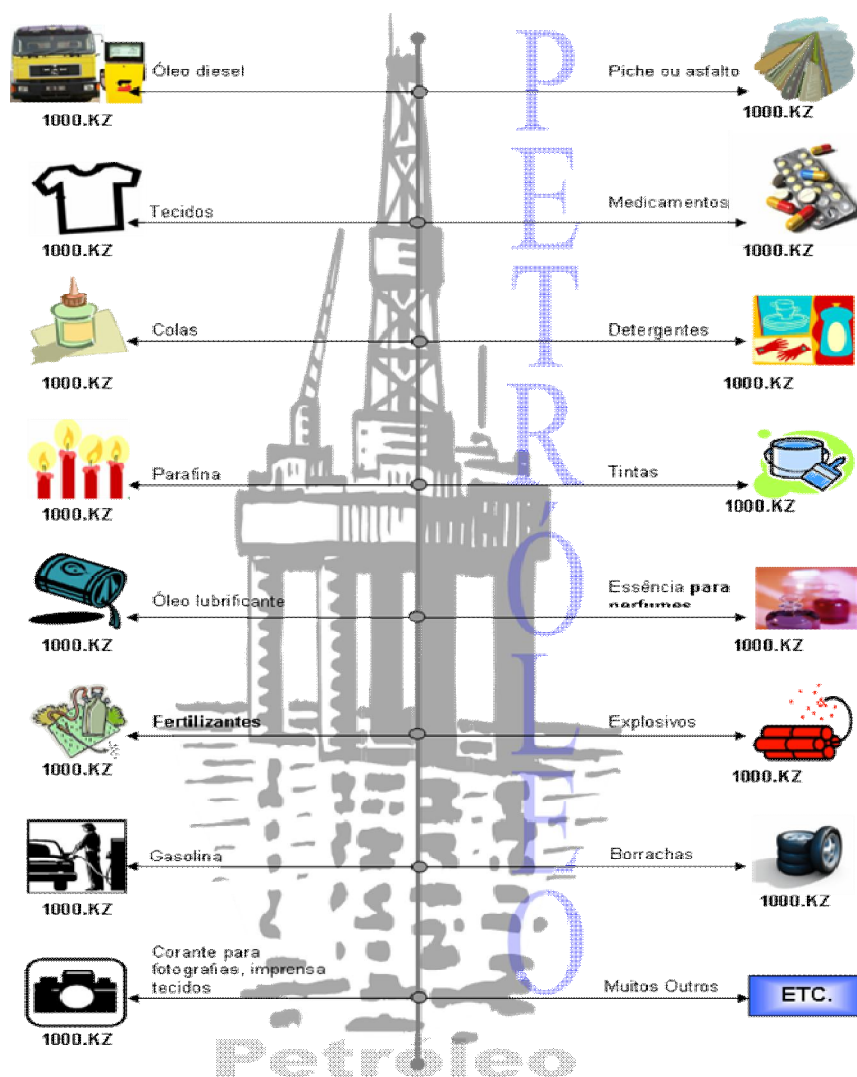


Figura 6 – Potenciais produtos de origem petrolífera - 2010
 Fonte: Adaptação da pesquisa de bibliográfico

Vale ressaltar que não estou aqui reforçando um desenvolvimento, a base de exploração exacerbada de matéria-prima e construção de mega indústrias que possam aumentar os problemas ambientais. Somente desejo mostrar que os produtos daí derivados voltam a procedência de forma errônea ou é para provocar guerras entre as etnias ou é para beneficiar uma parcela muito mínima de indivíduos, ou seja, somos inclusos e excluídos numa proporção muito grande, persistindo um abismo em comparação com os países chamados mais “desenvolvidos”. Falar de exclusão de dois mundos é somente considerar que os funcionários da petrolífera na maioria são expatriados, ou seja, estrangeiros e os nacionais, que não residem em Cabinda, não possuem contato com os cidadãos que habitam o local onde exploram. Diz-se que entrar no campo é como ir para um outro país. Existe uma cerca

separando os dois mundos (Ilustração 16). Num processo neocolonial esta cerca representa o mundo do colono e o mundo do colonizador, como Fanon (2005,p.28) afirma:

A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro.É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes de lixo regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondada. Os pés do colono nunca estão à mostra, salvo talvez no mar, mas nunca ninguém está bastante próximo deles. Pés protegidos por calçados fortes, enquanto as ruas de sua cidade são limpos, lisas, sem buracos, sem seixos. Dentro deste mundo isolado por cerca elétrica existe toda uma estrutura moderna.



Ilustração 16 – Cerca separando dois mundos na mesma localidade – Fútila – 2008, Malongo como é chamado é uma cidade dentro da aldeia de Fútila

Fonte: Acervo CANGA J. (2008)

Esta cerca é a representação nítida da não inclusão dessas populações de forma satisfatória nas políticas de trabalho dessa exploradora. Esta cerca não deixa de representar uma ideia de uma exploradora com uma economia de enclave dessassociada da realidade da comunidade vizinha.

Quando a população é questionada sobre a cerca, ela admite que não existe nenhuma relação. Não é só em termos de empregos mas também, de relacionamentos e convivência. Cada um no seu mundo. Compartilham o mesmo espaço, sendo uns para manutenção da exploração e outros para a sobrevivência. A evidência nítida da supervalorização do material em relação à vida humana. Os recursos daí retirados não proporcionam a felicidade dessas populações. Essa constatação é bem clara na afirmação do **responsável “B”**, quando questionado sobre o significado dos projetos de responsabilidade social e cooperativo da empresa.

Segundo ele, esses existem como garantia da licença para operar com maior propriedade. A grande preocupação é a garantia com maior propriedade na manutenção da sua estrutura e não de bem-estar das populações. Talvez porque, tais projetos, ainda que existam, não têm um retorno significativo. Existe uma inversão de valores onde se ama as coisas e se usam as pessoas.

Para além da cerca elétrica, a Chevron possui uma equipe de segurança altamente preparada, com a responsabilidade de vigiar a área de jurisdição da companhia. Os pescadores nas suas atividades são constantemente vigiados pela empresa de segurança da exploradora. Se forem apanhados pescando perto das plataformas isso acarreta uma série de tensões das duas partes.

Da parte da segurança, há necessidade de cumprir os deveres como funcionários. Precisam salvaguardar a área, nem que para isso a forma de ação seja severa. Por parte dos pescadores, muitas vezes se mostram resistentes em termos de desocupar o local. Por isso é considerado como risco, visto que, em caso de resistência, a punição é inesperada. Isso pode colocar as duas partes em risco. Já que as tensões acontecem no mar, o risco é maior para os pescadores já que os seus direitos não são segurados.

Para além da falta de emprego, a falta de políticas públicas que atendam as questões de saneamento básico, a educação de qualidade, saúde de qualidade, água potável, luz e boa moradia (Ilustração 17) são bem evidentes. Ainda que o governo esteja empreendendo esforços, e a exploradora tenha projetos sociais, essas necessidades, consideradas substantivas na visão de um desenvolvimento como liberdade, ainda não são supridas (SEN, 2000). Aqui está o mundo do colonizado ou pelo menos a cidade subdesenvolvida [...] Aí se nasce não importa aonde, não importa como. Morre-se não importa de quê. É um mundo sem intervalos, [...] as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz [...] (FANON, 2005).



Ilustração 17 – Falta de saneamento e casas confortáveis – Fútila. Mulheres preparam farinha um dos derivados da mandioca ao ar livre

Fonte: Acervo CANGA, J. (2009)

Esse esforço na parte do governo teve maiores ações a partir de 2002 e da parte da exploradora os projetos sociais começam em 1992 depois de completar 54 anos de exploração de petróleo. Entre os projetos sociais observáveis na aldeia de Fútila são apontados uma praça ou mercado, um posto médico, escola do Ensino Fundamental e um chafariz ou ponto de obtenção de água potável (Ilustração 18).



Ilustração 18 – Edificações feitas através dos Projetos Sociais da Chevron na localidade de Fútila

Fonte: Acervo CANGA, J (2008)

De 2007 a 2009 a exploração do petróleo atingiu 1.700.000 a 1.900.000 milhões de bpd e a maior parte dela foi explorada pela Chevron, sediada na aldeia de Fútila. Essa exploração contribuiu com o crescimento do país em 20,1% a 23. Nestes dois anos, porém, para além do asfalto que está sendo reabilitado e algumas obras isoladas, o cenário ainda é de grande discrepância. Milando (2007) considera a ineficácia destes projetos, em benefício das populações, ao desconhecimento profundo da cultura das mesmas por parte da exploradora. Acredito, que essa ineficácia não deve ser atribuída apenas a este fator. São vários os fatores que culminam nesse descaso, desde a falta de uma boa articulação da parte dos nativos que fazem parte na implementação desses projetos até a desvalorização da vida humana.

Porque existem problemas de fundo que precisam ser levados em consideração, desde os objetivos dos projetos até a implementação. Por exemplo, qual é o objetivo de se construir um mercado se a maioria da população faz as vendas em frente das casas? Será que essa população foi ouvida antes da construção desses mercados? Se observarmos a questão de valorização dos saberes tradicionais dessas populações, veremos que as mulheres da aldeia ainda continuam a ir à lavra e cuidar dos filhos, o que significa dizer que para além da lavra as mulheres ainda se ocupam nos seus afazeres domésticos. Logo, é cômodo para elas vender na

frente de suas casas. Como ninguém mexe, quando as pessoas chegam elas saem para vender e depois voltam para as suas atividades domésticas. É melhor do ponto de vista de gestão do tempo, do que sair e ir ao mercado deixando os afazeres de casa à mercê. Esse esforço extra para elas não compensa em termos da administração do lar. Como resultado, os mercados ficam sem ser utilizados.

Fazendo uma relação com o que é arrecadado em termos de exploração e crescimento econômico, esse mercado não expressa a qualidade necessária. Quanto ao Posto Médico, nele somente são tratadas questões emergenciais não graves, diria, primeiros socorros; as doenças e casos mais complicados são encaminhados para o hospital provincial na capital sede de Cabinda, e que na maioria das vezes não dá conta da superlotação dos doentes. É nessa conformidade que quando se trata de serviço de parto na aldeia de Fútila, são convidadas as parteiras tradicionais para dar cobertura no momento de parto. A escola apresenta uma arquitetura e estrutura simples, própria dos países chamados subdesenvolvidos; enfim, uma estrutura sem grandes aportes.

O chafariz abandonado não funciona mais. Como argumenta Milando (2007), está relacionado com a questão cultural, é costume as populações desta aldeia buscarem água nos rios e nessa busca diz Milando ocorrem trocas de experiências, construção de saberes entre os grupos e por isso que a Chicumbi chora porque deixará de compartilhar as experiências e os saberes com o seu grupo fazendo parte de grupo de adultos. O chafariz acaba sendo um elemento estranho sem nenhum significado de recompensa para estes. Se for para buscar água fora de casa, então vou ao rio.

Embora a empresa argumente distribuir redes mosquiteiras, medicamentos em cooperação, com o Departamento da Saúde como afirma **o responsável “A”**, a malária ainda é a grande vilã pela morte de crianças e mulheres grávidas na aldeia de Fútila, que tem grandes problemas de saneamento básico. Os focos de malária são bem evidentes na aldeia. Acredito que se a Chevron garantisse um projeto de saneamento básico, a aldeia de Fútila seria mais salutar ao invés de um chafariz moderno que ficou inutilizado.

Por sua vez, **MavingaeMabialafalam** da exploradora madeireira nos seguintes termos, dizem:

Que só somos contratados na hora do corte depois somos despedidos esperando outro momento quando tem corte e muitas vezes não somos chamados de novo e ganhamos muito pouco. Por isso muitos jovens vão para cidade procurar emprego. Só os prospectores duram um pouco, mais também recebem mal. Eu sou prospector desde o tempo colonial. Não tenho estudos. Aprendi a conhecer a mata através do meu pai que era caçador. Eu também fui caçador, o meu pai ensinou-me como se proteger dos animais ferozes e cobras. Por exemplo, para afujentar as cobra, e para matar a fome e dar força no momento da prospecção sempre levamos conosco Makaso⁴⁷ e sal para comer. Isso dá sede e ao beber a água o prospector pode aguentar o dia todo. Na falta de água tem uma planta que o pau dele tem muito líquido e mata a sede. Também, conhecemos as árvores através do cheiro, da cor do líquido. Antes do abate assinalamos os que devem ser abatidas para não abater árvores que não devem ser abatidas. Se tinha mais esse cuidado no tempo colonial. Agora nem todos os prospectores têm cuidado na hora de abate. Por isso o governo adotou o sistema do pagamento dos impostos ambientais para se ter mais cuidado com a mata. A primeira empresa de exploração que trabalhei, foi Jomar-áfrica, tinha 16 anos já era idade de pagar imposto. O meu dinheiro já dava para pagar imposto e comprar duas peças de pano. Passei por Abílio de Amorim. Actualmente um prospector ganha de 30.000 mil Kwanzas a 35.000 mil Kwanzas muito pouco pelo trabalho que fazem. Antigamente o corte era com machado. A arrumação era com as mãos sem protecção sem nada. As picadas eram abertas com catanas, agora já tem tratores, charretes para abrir os caminhos, motosserras para fazer o corte por isso que diminuiu a mão-de-obra. Com trabalho de prospector não ganhei nada de especial na minha vida. Estou desempregado, sem reforma, e hoje vivo assim. Até madeira para fazer caixão se alguém morrer tenho dificuldade de adquirir. Não só eu mas o resto da comunidade também.

Fazendo uma análise comparativa com a situação de Buco Zau em relação à Fútila, o cenário sociopolítico não difere. As contradições são as mesmas, a única diferença é que Fútila está no litoral de Cabinda, onde acontece a exploração de petróleo e a vila de Buco Zau se encontra na floresta de Mayombe onde acontece a exploração de madeira.

A empresa Abílio de Amorim, uma das exploradoras de madeira na Vila de Buco Zau em que **Mavinga** fazia parte, começou a sua atuação nesta área em 1968, tendo no momento 43 anos de atuação. **Mavinga** hoje tem 86 anos de idade sem aposentadoria e vive em condições sociais indesejáveis e ainda com vontade de trabalhar para pelo menos suprir as suas necessidades básicas de sobrevivência. Ele chegou a terceira idade, já sem muita força para encarar a mata e encontra-se praticamente inutilizado. A trajetória de Mabiala é idêntica a de Mavinga, embora Mabiala tenha 11 anos a menos que Mavinga, ou seja, 69 anos de

⁴⁷ É uma fruta típica de Cabinda com coloração lilás e um gosto amargo muito utilizado por camponeses e que serve para matar a fome.

idade. Procurei saber como a empresa nos seus projetos sociais trata essas questões. Veja o depoimento do **representante** questionado.

Temos alguns projetos sociais a cumprir a longo prazo. São desafios tremendos como a iluminação pública, reabertura de estradas de terra batida, apoio a autoconstrução, com doações de madeira serrada, pregos e chapas de zinco. Criamos possibilidades de emprego para as povoações, que se encontram circunscritas nas respectivas áreas de concessão florestal. Montamos alguns geradores em algumas povoações do município, damos chapas de zinco a alguns habitantes, isso para justificar a licença. Quanto ao emprego, de momento a empresa já tem o pessoal fixo, como toda base administrativa, e a área semi-transformadora que é situada na capital sede de Cabinda. Os nossos trabalhadores são no total de 340 pessoas residem na cidade, o salário no valor de 28.000,00 mil kwanzas. Os que recrutamos no momento de corte não são fixos pela mobilidade dos cortes. Existe um sistema que funciona da seguinte forma: quando projetamos o corte na Vila de Bucu Zau, por exemplo, quando tudo está preparado entramos em contacto com o soba ou regedor da área para divulgar o recrutamento e delimitamos quantas pessoas são necessárias. Dependendo das necessidades vamos solicitando. Geralmente ficamos num período de 1 a dois meses em cada área desde corte até a transportação. O representante de Abílio de Amorim reafirma tudo que **Mabiala e Mavinga** relatam quanto ao emprego, e que o empregado temporário não recebe a reforma.

O depoimento dado pelo representante da empresa Abílio de Amorim e a Ilustração 19 coadunam com a constatação de Buza, Tourinho & Silva (2006) quanto à falta de investimentos que atendam as populações. Veja que as ações implantadas pela empresa seus objetivos não deixam de ser as que já relatamos quando falamos da Chevron-Exaco a Campanha sediada em Fútila, o representante da Abílio de Amorim afirma: *Montamos alguns geradores em algumas povoações do município, damos chapas de zinco a alguns habitantes, isso para justificar a licença*, mais uma vez está claro que o que está em jogo para empresa não é proporcionar propostas de bem-estar como espécie de compensação, mas as relações empresa-natureza estabelecidas a partir da exploração. Quando **Mabiala** fala que falta *madeira até para se fazer caixão*, não falta só madeira para caixão, falta madeira para carteiras escolares, para portas e janelas e para construção de bancos para serem colocados nas paradas de autocarros.

O real valor da floresta no sentido ecológico, econômico e social até agora tem sido ignorado. A floresta é vista apenas como fornecedora de madeira, sem, no entanto, serem considerados, os critérios de corte

os cuidados necessários para manter o equilíbrio ecológico. Há também falta de investimentos de importância social e econômica para atender as comunidades que fazem parte dela sua fonte de alimento e sobrevivência. No processo de exploração florestal pouca atenção é dada aos tratamentos silviculturais limitando-se a uma extração empírica da madeira usando conhecimentos que passam de geração em geração sobre as espécies, forma de corte etc (BUZA, 2010,p.30).



Ilustração 19 – Casas populares e um detalhe de alunos em sala de aulas, assentados no chão; populares à espera do autocarro em pé – Vila do Buco Zau
Fonte: Acervo CANGA, J. (2008).

Segundo Angola/IDF (2008) e resultados publicados por Buza, Tourinho e Silva (2006), confirmam que entre as 30 espécies mais extraídas e comercializadas na floresta de Mayombe são destacados cinco principais: a tola branca, livuite, limba, Ngulu-mazi e Kambala. A justificação para esta escolha é que muitas espécies que eram extraídas no passado têm sido pouco encontradas é o caso do pau rosa, cujo corte encontra-se proibido. As espécies extraídas são utilizadas pela indústria local de móveis, sendo a outra parte empregada na construção naval, especificamente na construção de canoas e pequenas embarcações para pesca e na construção civil. Laminados e contraplacados e móveis (carpintaria) mobiliários, cabos para utensílios agrícolas, dormentes para os caminhos de ferro etc. são também outros usos da madeira extraída da floresta do Mayombe.

Todavia, existe um distanciamento da dimensão de utilidade com o *modus vivendi* das populações e se constata a incapacidade do comprimento triádico que Leff defende.

Quanto à questão da vila de Buco Zau a constatação de Buza, de que existea *falta de investimentos de importância social e econômica para atender as comunidades que fazem parte dela, sua fonte de alimento e sobrevivência*, encontra vínculo na visão de Veiga, que ensina, na lógica do desenvolvimento moderno baseado na exploração de recursos naturais, que existe na maioria das vezes a intencionalidade de desenvolvimento econômico sem a preocupação com o desenvolvimento social que a Ilustração 19 apresenta.

Em síntese, a despreocupação com o cumprimento da visão triádica que Leff e outros autores defendem está intrinsecamente ligada à insistência em um modelo de desenvolvimento moderno que não dá conta de atender questões básicas do homem, uma racionalidade apostada a uma única lógica exploração é igual ao crescimento econômico, embora a empresa exploradora tenha nos seus projetos de desenvolvimento distribuição de chapas, montagens de grupos geradores entre outras atividades, todavia, a realidade ainda é constituída de diferenças.

CONCLUSÕES

As contradições do desenvolvimento e da modernidade em Angola têm o seu marco desde a desestruturação das sociedades ancestrais, pautadas nas trocas comerciais dos europeus, com o rei do Kongo, e a escravatura, desde o reinado da rainha Njinga. Teve sua culminância na colonização total de Angola, considerada na época como uma atitude anticultura, enfatizada pela preexistência da violência social, econômica, mental e política, com implicações no surgimento de movimentos em prol da libertação de Angola, e de todo o continente africano, do jugo colonial. Entre esses movimentos, está o nativismo, o pan-africanismo e a negritude.

A religião exerceu, exerce e se espera que ainda exercerá um papel importante. Foi usada para a colonização. Os colonizadores passaram a batizar os nativos, iniciando com os reis. Foi um instrumento para “aculturar” os nativos, mas também sabe-se que três dos grandes líderes dos três movimentos de libertação, Antônio Agostinho Neto (MPLA), Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA), saíram de lares evangélicos cristãos protestantes, nomeadamente Metodista, Batista e Evangélica Cristã, respectivamente.

Durante todo o período de colonização, a África, e Angola de forma específica, serviram de fontes para garantir recursos para a Europa. As localidades de Fútila e de Buco Zau também foram partícipes deste processo, porquanto a exploração de madeira e de petróleo já vinham acontecendo muito antes da independência.

Com a independência, começa uma guerra civil. Cabinda igualmente não fica de fora e as localidades de Fútila e do Buco Zau, também passam por este processo. Em Cabinda, não apenas estava a questão da guerra civil que envolveu o governo e a oposição através da UNITA, mas também com uma terceira força, a da FLEC que reivindicava a autodeterminação de Cabinda.

Fútila e Buco Zau sobreviveram ao conflito armado e a guerra civil, ao sistema econômico planejado e centralizado, e participam do novo processo de reconstrução do país, tendo vencido a fase da 1ª República de 1975 – 1992.

A transição da Primeira para a Segunda República é marcada pelo multipartidarismo, pela economia do mercado, pelas primeiras eleições, mas também pelo

reacender da guerra. Tudo porque a solução que se oferecia era do pensamento ocidental. Sabe-se que os líderes fecharam-se no pensamento ocidental não articulado ao senso comum da organização social e política dos ancestrais, não se despertando para a positividade do senso comum. Em termos de evidências, a organização ancestral tinha uma matriz própria, onde as regras eram explícitas e transparentes e com governos definidos.

Na Segunda República, também é observada a ação mais marcante de várias organizações internacionais que chegavam no país. Entre elas, as ligadas à ONU, como o PNUD e o FMI para ajudar a organizar a economia angolana através de palestras, treinamentos e capacitação de técnicos para entender melhor as matrizes da economia do mercado. Esse processo vai até 2002, ano em que morre o líder da Unita, Jonas Malheiro Savimbi, e Angola vislumbra as possibilidades de uma paz duradoura. Assim começa o processo de reconciliação nacional executado pelo Governo de União e Reconciliação Nacional em funções desde o reacender da guerra em 1992.

A 2ª República fecha-se com as segundas eleições gerais no país, ocorridas em 2008, após o período que podemos chamar de transição, tendo como o grande marco a caída em combate de Jonas Savimbi. Essa transição até 2008 quando começa a 3ª República, observam-se a expansão do Ensino Superior, do Ensino Médio, alguns investimentos para melhoria das estradas, aspectos que atingiram a aldeia de Fútila e de Bucu Zau, reservando as respectivas restrições e relativismos.

Essas restrições estão relacionadas ao processo de desenvolvimento adotadas por Angola no pós-guerra civil, os projetos executados até então para promover o desenvolvimento, para a reconstrução nacional, estão submetidos à matriz colonial, pautada na exportação de bens primários e na importação de bens industrializados ou modernos que a cada dia encarecem o mercado. Por outro lado, o desenvolvimento em Angola é equiparado ao crescimento econômico visto que nos últimos 8 anos de paz efetiva o crescimento econômico de Angola variou de 15,3% a 25%, porém, um crescimento econômico que não oferece ainda novas perspectivas de qualidade de vida sadia para a sua populações, um processo de desenvolvimento que continua influenciando o exercício da cidadania para a maioria de seus habitantes.

Para as populações de Fútila e da vila de Bucu Zau, esse processo de desenvolvimento perverso é marcado por situações muitas vezes desumanas, pelo *modus vivendi* e

operandis dessas populações, nas tensões constantes entre elas e as empresas e companhias exploradoras, nas áreas de exploração um desenvolvimento que não têm nenhum significado para essas populações, mesmo que a economia de Angola seja considerada uma das melhores na África.

O fato de Angola ser rica em recursos naturais renováveis e não renováveis ainda não lhe autoriza como um país moderno e desenvolvido, ainda que haja elementos que sinalizam a modernidade o fosso entre os chamados modernos e desenvolvidos com Angola é muito grande. Enquanto não se superar as liberdades substantivas das populações essa realidade tenderá para pior.

Visto que em termos culturais essa matriz de desenvolvimento baseada na exploração e exportação modifica todo um conjunto de organização social onde as interferências ocasionadas pelas exploradoras fazem com que um conjunto complexo de padrões, de crenças e comportamentos que eram transmitidas coletivamente sejam aniquiladas. Pela impossibilidade das populações continuarem a transmiti-las às novas gerações já que estas não vêm nelas um certo valor.

Quanto a aspectos sociais, a desestruturação do tecido social das duas localidades em *locus* têm provocado um êxodo rural muito forte, onde na maioria de jovens e crianças se deslocam para capital da província em busca de melhores condições de vida deixando para trás as pessoas de idade mais avançada e muitas vezes casas inteiras abandonadas, fazendo com que haja um fluxo maior da população na capital da província. As transformações ocasionadas em todo ecossistema dessas duas localidades afetam diretamente as relações sociais dessas populações, a falta de emprego e a falta de mecanismos seguros de sobrevivência deixam essas populações numa situação desabonadora.

Já que quando se trata do ecossistema considera-se um sistema como um todo, as transformações já relatadas atingem o meio ambiente de forma bastante agressiva, os derrames consecutivos de petróleo em Fútila e derrubes sistemáticos de árvores na vila de Bucu Zau não só prejudicam as fontes de sobrevivência dessas populações como ocasionam fortes problemas ambientais, além de interferirem em todo um conjunto de saberes tradicionais que deixam de ser praticados. As empresas exploradoras até então ainda não assumem mecanismos de ações que apresentam um plano de conservação. Com essa interferência muitas árvores hoje são consideradas extintas na floresta de Mayombe, onde se

situa a vila de Buco Zau, já em Fútila a pesca se torna cada vez mais precária por falta do peixe no mar.

Quanto aos aspectos políticos, colocados nas dimensão sociopolítica do homem, embora o governo tenha elaborado várias ações neste momento de reconstrução nacional em termos de políticas públicas essas ações ainda não se fazem sentir de forma plena nas localidades em foco. Os problemas de falta de saneamento básico, hospitais, escolas, luz, água são questões que ainda constroem essas populações, ainda que as autoridades tradicionais façam a elo entre o governo e as comunidades a maioria das situações ainda não está resolvida.

Todavia, as populações resistem a essa matriz num esforço de manutenção dos saberes tradicionais, ou populares. Seja de forma consciente ou inconsciente. A pesca, o cultivo da terra, o extrativismo, entre outras ações, ainda de forma tímida, são modos de resistência a este modelo, vias de sobrevivência a apontar principalmente mudanças, transformações, nas sociedades africanas.

Com a aprovação de uma Nova Constituição em 2010 e um novo sistema tributário cujas arrecadações retornam de forma proporcional para as localidades de origem, assim como a criação de um fundo proveniente das receitas de petróleo, para atender as ações sociais, aliada à aprovação do Instituto Nacional do Conhecimento Tradicional, entende-se que as ações vão passar a pautar por uma abordagem contextual, valorizando a prática do conhecimento ancestral e cultural.

Com todos esses instrumentos já aprovados, espera-se para Fútila e a vila do Buco Zau novas perspectivas de desenvolvimento que possam atender as necessidades substantivas dessas comunidades. Pelos resultados, percebe-se que as influências culturais, sociais, ambientais e políticas podem ser resolvidas, caso se lance mão de estratégias para implantar um conceito diferente de desenvolvimento e modernidade. Todavia, precisa-se de uma organização e cumplicidade de todos os autores, cidadãos e membros da comunidade. E aqui a Sociologia pode e deve contribuir abordando a complexidade e as transformações que as experiências sociais em África realizam.

REFERÊNCIAS

ANGOLA, ANGONOTÍCIAS. *Angola precisa de 'mudança radical' no politica, diz OCDE*. Disponível em www.angonoticias.com/full_headlines.php?id acesso em 08/06/2008.

_____. *Dubai absorve 30% do diamante angolano*. acesso em 21/06/2008.

ANGOLA, CONSTITUIÇÃO. *Constituição de Angola*. Imprensa Nacional. Luanda. 2010.

ANGOLA – GPC, GOVERNO DA PROVÍNCIA DE CABINDA. *Programa Geral e Plano específico de 2002 a 2008*, ed. Geointer. Cabinda: 2008.

ANGOLA, IDF. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. *Relatório de extração de madeira de 2002 a 2008*, Cabinda: 2008.

ANGOLA, IPA: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL: *Relatório de actividades desenvolvidas de 2002-2008*. Cabinda 2008.

ANGOLA, DR - DIÁRIO DA REPÚBLICA: *Decreto-Lei Sobre o Estatuto Especial Para a Província de Cabinda*, 2 de janeiro de 2007. Conselho de Ministros de Angola. Imprensa Nacional. Luanda: 2007

ANGOLA, CDI/MINPAM, LEI DE BASE DO AMBIENTE: *Legislação Ambiental, publicado em Diário da República, Angola- 2005*.

ANGOLA, MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, *Parlamento Angolano aprova Orçamento Geral do Estado para 2011*. Disponível em: http://www.minfin.gv.ao/press/news_255.htm. Acesso em 30.12.2010

ANGOLA, PANAPRESS. *A perspectiva africana: Angola recebe investimento de 66 bilhões no sector dos petróleos*. Disponível em www.panapress.com. Acesso em 14/11/2008.

ALIER, J. M. *O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de Valoração*, Tradução de Maurício Waldman. Ed. Contexto, São Paulo: 2009.

BAUMAN, Z. *Vidas Desperdiçadas*. Jorge ZAHAR Editor, Rio de Janeiro: 2005

BBCA. *Chevron-Texaco reúne administração em Angola*. Disponível em www.bbc.co.uk/portuguesafrica/news/story/2004 acesso em 14/11/2008.

BECK, U. *La Societé du Risque: sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Alto: Aubier, 2001.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BERTELSMANN STIFTUNG. *BTI 2010 – Angola Country Report*. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 2009.

BUNGE, M. *Ciência e Desenvolvimento*. São Paulo/SP:Ed.Itatiaia, 1989.

BUZA, A. *Ecologia e Teologia em diálogo diante da crise ambiental*. Belém: Ed. do Autor, 2009.

_____. *Exploração Florestal no Mayombe*. Belém:ed. do Autor,2010.

_____. *Potencialidades e Perspectivas Socioeconômicas dos Sistemas Agroflorestais no Município de Buco Zau, Província de Cabinda, República de Angola*. Tese de doutoramento UFRA, Belém/PA:2006.

BUZA, A.; TOURINHO, M.; SILVA, J. Caracterização da colheita florestal em Cabinda. *Revista de Ciências Agrárias*. Nº 45, Janeiro/Junho, Belém: p.59 – 78, 2006.

CANGA, J. *O Ensino de Ciências em Cabinda/Angola: condições da prática docente, idéias de professores e desafios*.Dissertação de mestrado/UFPA, Belém: 2007.

CASTELLS, M. *Fim de milênio*. (tradução: Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *O poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra 1999a.

_____. *Sociedade em Rede*. 9 ed.São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CALEY, C. *Contribuição para o pensamento histórico e sociológico Angolano (intervenções e reflexões)* Nzila, Luanda: 2005.

CAPRA, F. *O ponto de mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cutrix, 1982.

COSTA, A. *Filosofia Tradicional do Casamento no Mayombe*. Luanda: Ed.Ponto um Gráfica. S/d

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Tradução de José L.de Melo., Rio de Janeiro:Civilização Brasileira,2005.

FERNANDES, A. *EUA e Angola: a Diplomacia Económica do Petroleo UCC Principia* 2004.

FERREIRA, M. *Petróleo e Poder: Realeconomie e Realpolitik nos Recursos Naturais em Angola*.Disponível em abemdanação.ed de 2005.

FEYERABEND, P. K., *Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento*.Rio de Janeiro/RJ:F. Alves,1977.

FRANCO, M. *Análise de conteúdo*.Brasília:Plano Editora,2003.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*.Rio de Janeiro:Editora Paz e Terra 1967

FRETAG, B. *A teoria crítica, ontem e hoje*. 5 ed. São Paulo:Editora Brasiliense, 1994.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4ed. São Paulo: Editora Paz e Terra.1996.

GIANNOTI, J. Arthur, *Os pensadores – Comte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. 2ª Reimpressão. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____.A vida em uma Sociedade Pós-tradicional. Modernização Reflexiva, Política, Tradição e Estética, na Ordem Social Moderna. Tradução de Magna Lopes, SP:ed.Unesp1997.

_____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. RJ e SP:Ed.Record,1999.

HERMET, G. *Cultura & Desenvolvimento*; tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HODGES, T. *Angola: Do Afro-Estalinismo ao capitalismo selvagem* UCC, Principia. 2002.

_____. *O Papel da Gestão de Recursos na Construção de Uma Paz Sustentável*. Disponível em www.angolanistas.org 13/4/2008.

HORKHEIMER, M; ADORNO, T. W. *Dialéctica do Esclarecimento* fragmentos filosóficos (tradução: Guido Antônio de Almeida). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. *Temas Básicos de Sociologia* (tradução de Álvaro Cabral). São Paulo: Cultrix, 1956.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990

LEFF, E. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*, tradução Luís C.Cabral.RJ: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Epistemologia Ambiental*, tradução de Sandra V. 4ed.São Paulo:Cortez,2006a.

MENEZES, S. *Mamma Angola: Sociedade e Economia de um País Nascente*. São Paulo: Fapesp, 2000.

MACAMO, E. Black Gold, Social Change and Reflexivity: Sociology avant la lettre in Mozambique. BayreuthUniversity In: www.afasa2007.org/uploads/paper/Macamo-Grahamstown.doc. Acesso em 19/01/2008.

MARTINS, P. *Cabindas. História – Crença - Usos e Costumes*. Cabinda: Ed. Comissão de Turismo da Camara Municipal de Cabinda. 1972.

MATUMONA, M. *A reconstrução da África na Era da Modernidade: Ensaio de uma Epistemologia e pedagogia da filosofia Africana*. Uíge: SEDIPU, 2004.

MILANDO, J. *O Desenvolvimento e Resiliência Social em África: Dinâmicas Rurais de Cabinda*, Lisboa:ed. Periploi, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Atlas Geográfico*. Volume 1. Luanda:Ed. Ministério da Educação,2008.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. (Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio F. da Silva), 7 ed. Rio de Janeiro:Bertrand,2005.

MOUNIER, E. *L'éveil de l'Afrique noire (1948)*. Paris: Presses de la Renaissance, 2007. (Collection Petite Renaissance).

MONDIN, Battista. *Introdução à Filosofia: Problemas, Sistemas, Autores,Obras*. Tradução. J Renard e Luiz J.Gaio. Rev. Danilo Morales e José Sobral. São Paulo: Ed.Paulus,2004.

NANEMA, J. "Présentation". In: MOUNIER, E. *L'éveil de l'Afrique noire (1948)*. Paris: Presses de la Renaissance, 2007. (Collection Petite Renaissance).

NGUMA, V, *Reflexões sobre a colonização portuguesa em Cabinda*.Luanda: Edições CHÁ DE CAXINDE, 2005.

OIKOS. *Relatório sobre Indicadores Socioeconômicos de Angola*.[www.OIKOS.Pt/ INDEX](http://www.OIKOS.Pt/INDEX). Acesso em 8 de agosto de 2008.

PEREIRA, A. *Governança da Água em Angola*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro, Secção Autônoma de Ciências Sociais Jurídicas e Políticas, 2008.

PERRUZZA, T E CANTO, E. *Química na abordagem do cotidiano: Breve história de química*. São Paulo:Ed. Moderna Ltda,1999.

PINTO, A. *Nós os Cabindas: Domingos José Franque e a História Oral Das linhagens de Cabinda*. Lisboa:ed. Novo Imbodeiro,2003.

_____. *Cabinda e as construções da sua história 1783-1887*.Lisboa:ed. Dinalivro,2006.

PRIGOGYNE, I. *O Fim das Certezas: Tempo, Caos e as Leis da Natureza*. São Paulo: ED. UNESP. 1996.

SANGREMAN, C. *O Desenvolvimento e o bem-estar na África Subsaariana: o caso da cidade de Bissau*. Travessias, 2008

SANTOS, B. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Geral, 1989.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência* 6 ed. São Paulo/SP: Cortez, 2007.

_____. *Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna*. Artigo da Revista de Estudos Avançados. USP, p.46-71. Mai – ago., São Paulo/SP:1988.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*, tradução de Laura T.Motta. São Paulo/SP: Campanhia das Letras, 2000.

SILVA, R. L. *Ensino de ciência e cidadania*. In: SCHHNETZLER, R. P. & ARAGÃO, R. M. R: UNIMEP/CAPES Campinas: 2000.

TORRES, A. *Horizontes do Desenvolvimento no Africano: No Limiar do Século XXI*. Ed. Lisboa: Vega, Universidade/Ciências Sociais e Políticas, 1998.

TURCO, A. *Mythos e techne: a função intercultural do território na África*. Novos Cadernos do NAEA/UFPA, Belém: 2006.

VEIGA, J. *Desenvolvimento sustentável: desafio para o século XXI*.ed. RJ:Garamond, 2008. E disponível em books. google.com. br Acesso em 13 / 4/ 2008.

VENÂNCIO, J. *O Facto Africano. Elementos para sociologia de África* . Lisboa: ed. Veja, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. A resiliência de profissionais *angolanos*. *Revista de administração pública*. 42 (4): 701 – 18, Jul/Ago.2008.Rio de Janeiro:FGV-EBAPE, 2008.

VYGOSTKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política – 1904. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1992.

www.inluanda.com (acesso em novembro de 2009).

YIN, R. *Case Stud Research: Design and Methods*. Ed.Thousand Oaks, CA: SAGE Publications 1994.

ZASSALA, C. *Orientação escolar e Profissiona em Angola*. Luanda:ed. Kulonga, 2003.

ANEXOS

1. Questionário e roteiro aplicado nas entrevistas semiestruturadas;
2. Cópias das capas ou folhas de rosto de alguns relatórios e documentos utilizados:
 - Relatório da empresa Abílio de Amorim;
 - Realizações do Governo da Província de Cabinda (2002 – 2008)
 - Governo da Província de Cabinda - Estudo do Setor Madeireiro de Cabinda – Fevereiro de 1996
 - Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal – Relatório Anual – 2002
 - Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal – Relatório Anual – 2003
 - Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal – Relatório do 2º Semestre – 2004
 - Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal – Relatório Anual – 2005
 - Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal – Relatório Anual – 2006
 - Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal – Relatório Anual – 2007
 - Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal – Relatório do 1º Semestre – 2008
 - Decreto-Lei Sobre o Estatuto Especial Para a Província de Cabinda – DL nº 1/07 de 2 de janeiro
 - Revista Publicitária da Chevron
 - Jornal da Cabinda Gulf – Março, nº35, 1º trimestre de 2008.
 - Governo da Província de Cabinda – Proposta de estratégia e ação para o relançamento da atividade pesqueira m Cabinda – Outubro de 2002.
 - Governo da Província de Cabinda – Projeto de Construção da Ponte Cais Pesqueira de Cabinda – Triênio 2002 – 2004.
 - Governo da Província de Cabinda – Projeto de Capacitação de pescadores artesanais – Abril de 2003.
 - Governo da Província de Cabinda – Programação financeira e cronograma de ações dos investimentos para o setor da agricultura e do desenvolvimento rural, pescas e ambiente no âmbito do programa especial para Cabinda no triênio 2003 – 2005. Agosto de 2003

- Governo da Província de Cabinda – Direção Provincial da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Pescas e Ambiente. Programa de Ação – 2002.
- Estudo sobre níveis de hidrocarbonetos em peixes, moluscos, sedimentos e águas da zona de Cabinda após um derrame acidental de petróleo. INIAP/IPIMAR – Fevereiro de 2005.
- Estudo sobre níveis de hidrocarbonetos em biota e sedimentos da zona de Cabinda após um derrame acidental de petróleo. INIAP/IPIMAR – Novembro de 2005.

CENTRO DE ESTUDOS AGROECOLÓGICOS E SOCIAIS-MAYOMBE

O Centro visa realizar trabalhos de cunho científico a fim de avançar propostas de educação ambiental e trazer os fatos sociais das comunidades na província de Cabinda. O objeto de estudo do Centro estará centrado nas comunidades tendo como instrumento ou vetores de sua realização, as instituições governamentais e não governamentais públicas ou privadas. Nesta primeira fase as nossas pesquisas estarão centradas na comuna de Malembo, especificamente na aldeia de Fútila, município de Cabinda e na sede do município de Buco Zau, tendo como alvos, as indústrias petrolíferas com ênfase na Chevron e suas associadas, assim como os exploradores de madeiras, com realce para a empresa Abílio de Amorim. Numa pesquisa preliminar o Centro precisa descrever o perfil e caracterizar as empresas com as respostas das questões abaixo descritas:

- 1) Quantos anos têm as indústrias em questão?
- 2) Que projectos de desenvolvimento possuem?
- 3) Qual é o nível salarial dos trabalhadores?
- 4) Que tipo de taxas que pagam ao governo?
- 5) As licenças são renovadas de quanto em quantos anos?
- 6) Como é feito a contratação do pessoal para o vínculo empregatício?
- 7) Como funciona o quadro administrativo?
- 8) Quais são as obrigações ambientais e sociais que possuem?
- 9) Quais são as vossas contribuições voluntárias no âmbito social e ambiental?
- 10) Existem repatriados na indústria? Fale um pouco sobre os vínculos existentes com a indústria empregatícia.

Tratando-se de um centro de estudos é imperativo ter a área de pesquisa contextualizada e bem caracterizada. Assim sendo, será necessário obter dados complementares que visam responder as seguintes questões classificadas em três blocos:

- Quanto à província.
 - a) Como surgiu a província de Cabinda?
 - b) Quais as implicações que estavam na base da criação da cidade de Cabinda como enclave?
 - c) Qual é a religião predominante?
 - d) Quantas etnias têm a província de Cabinda?
 - e) Quais as línguas faladas na província?
 - f) Qual foi a influência dos colonizadores na província de Cabinda?
 - g) Qual é o número de filhos em média por família?
 - h) Quais os impactos da modernidade na província?

- Para a comunidade de Fútila e de Buco Zau

Com base na exploração de petróleo e da floresta buscar sobre os impactos existentes nas comunidades através de algumas personalidades, será necessário saber: idade, nível de

escolaridade, função que ocupa, renda, religião, etnia e sexo dos interlocutores. Assim, os questionamentos são os seguintes:

Quanto aos impactos, influências, transformações e/ou mudanças:

- a) Quais os saberes tradicionais ainda estão sendo valorizados?
- b) Ainda existem parteiras tradicionais, curandeiros tradicionais; como funciona o tchicumbi hoje? E como pode ser considerado o tchicumbi antes, durante e depois da colonização?
- c) Quanto à aprendizagem da nova geração, no que toca os saberes tradicionais, que ainda estão sendo construídos; como anteriormente estavam divididos em grupos de trabalho? Os homens dedicavam-se a pesca, a caça, palmar e as mulheres cuidavam da casa dos filhos e da lavra?

Registos fotográficos

- a) Elementos que simbolizam a modernidade como: a televisão, antenas parabólicas. Ainda pode se observar que se cozinha na lenha, é utilizado casas de banho fora de casa (latrina).

Com a exploração do petróleo. Quais impactos e/ou influências ambientais, sociais, positivos e/ou negativos? Quais os benefícios?

- a) Como se processa a relação entre as famílias e a empresa? Os jovens como se comportam diante da empresa, se querem estudar ou trabalhar na mesma.
- b) Quantos elementos vivem na aldeia do Fútila?
- c) Quanto às políticas públicas. Existem políticas que atendam as comunidades? Quais?
- d) No que se relaciona às questões sociais. Quais os benefícios e malefícios são registrados?
- e) No campo econômico, quais os investimentos, e retornos acontecem e são registrados pela comunidade, de retorno para ela?